

TERMAS ROMANAS DE SÃO PEDRO DO SUL: PROJETO DE REABILITAÇÃO

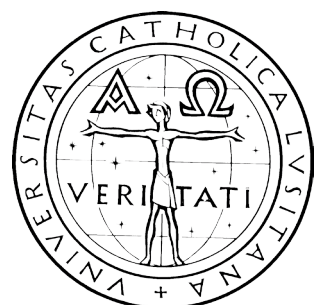
DANIELA BENTO PÁSCOA

RELATÓRIO DO TRABALHO DE PROJETO DE MESTRADO
PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM ARQUITETURA.

ORIENTAÇÃO PROFESSORA DOUTORA ANA PINHO
COORDENAÇÃO PROFESSOR DOUTOR JOÃO MENDES RIBEIRO

OUTUBRO DE 2014

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
CENTRO REGIONAL DAS BEIRAS
MESTRADO INTEGRADO EM ARQUITETURA



Em memória de Helena Frade.

Agradecimentos

À Professora Doutora Ana Pinho e ao Professor Doutor João Mendes Ribeiro agradeço, acima de tudo, por me terem guiado, por terem partilhado comigo os seus saberes e por ter tido o privilégio de contar com as suas valiosas contribuições neste trabalho. Um muito obrigado!

Agradeço também aqueles cujo contributo foi fundamental, em especial ao Professor Doutor Victor Mestre, cujas palavras foram sempre um verdadeiro conforto e incentivo. Ao Vereador Francisco Matos e à Arquiteta Ana Carriço da Câmara de São Pedro do Sul que muitas vezes vieram invadidos os seus gabinetes, agradeço a paciência e a disponibilidade. Ao Professor Doutor João Inês Vaz que amavelmente se demonstrou disponível para me ajudar.

Às minhas meninas Joana, Kátia, Rita e em especial Matilde e Vanessa, que mesmo nas horas complicadas com vocês nunca me senti sozinha.

Aos meus colegas de turma por me mostrarem que é realmente verdade que a união faz a força.

Para que não fique ninguém de fora, agradeço o contributo de todos aqueles que direta e indiretamente me acompanharam ao longo deste processo. Não só por estes últimos meses, mas ao longo deste fatídicos cinco anos.

À Pintas a minha companhia de quatro patas.

E como se costuma dizer, o melhor fica sempre para o fim. Um agradecimento muito especial e do fundo do coração às pessoas mais importantes da minha vida por terem estado sempre do meu lado e nunca terem deixado de acreditar em mim:

Ao meu pai, a minha referência!

À minha mãe, o meu conforto!

Ao meu irmão, o meu orgulho!

Abstract

The purpose of this research was to observe and analyze the structural interventions done over the roman ruins of Termas de S.Pedro do Sul, which were listed as national monument in 1938.

Built in the early years of Christian age, in the beginning of the 1st century, in a delightful site down by the Vouga River, these ancient hot spring resorts – Caldas de Lafões- are considered the most important ones in Portugal. Although object of some additional construction work, they have been kept active for centuries, since the moment of their foundation up until the end of the nineteenth century. From the fifties on, mainly during the three decades that followed them, several excavation expeditions have been done on the site, which led to the discovery of relevant elements that help us understand how that specific place was occupied throughout the centuries (Frade 1992:518) .

One considers that the facilities, regarded as cultural heritage, must be, such as they were in the past, treated as a chief component of the community in which they are inserted in. So, we suggest a new programmatic use for them – an Interpretation Center – which we think would be appropriate both in its particular historical context as well as in the region.

The Termas de S.Pedro do Sul are held both as a touristic destiny and as health target choice, which makes this process even more interesting because it would enable local leisure industry to benefit from this initiative and, at the same time, offer us the chance to honor the venue's origin and memories.

Key-words: Thermal Center, Monument, Heritage, Tourism, Culture

F.1 — Porta da Capela das Termas Romanas de São Pedro do Sul

FONTE Daniela Páscoa

Résumé

Le développement de ce travail est l'objet d'analyse et d'intervention les ruines romaines thermal de S. Pedro do Sul, classé comme monument national en 1938.

Construit dans les premières années du 1er siècle de l'ère chrétienne, localiser à un endroit très agréable, sur les rives du Rio Vouga, l'ancienne station thermale - Caldas Lafões - se sont imposés comme les plus importants du Portugal. Celle-ci sont resté active avec sa fonction primitive pendant plusieurs siècles, avec juste quelques modifications et améliorations, mais opérationnel jusque à la fin du XIXe siècle. Depuis les années 50 du siècle dernier, et au cours des trois décennies suivantes, plusieurs études archéologiques y ont été réalisées, les quelles ont contribué à la découverte d'éléments importants pour la compréhension de l'occupation de cet espace, aux longs des siècles (Frade, 1992: 518).

Considérant que le bâtiment en tant que patrimoine culturel, il doit encore être traitée comme autrefois: un élément central de la communauté dans laquelle il opère. Dans ce contexte, la proposition est une nouvelle typologie - un Centre d'Interprétation - qui se présente adapté à la fois à l'environnement et aussi à la région.

Les thermes de S. Pedro do Sul sont une destination touristique et de santé, c'est de tout intérêt savoir profiter de ce bien précieux dans la promotion du tourisme local et préserver la mémoire culturelle de ses origines.

Mots-clés: Centre Thermal, Monument, Patrimoine, Tourisme, Culture.

Resumo

O desenvolvimento deste trabalho tem como objeto de análise e intervenção as ruínas romanas das Termas de S. Pedro do Sul, classificadas como Monumento Nacional em 1938.

Construídas nos primeiros anos do século I da era cristã, num local aprazível junto à margem do Rio Vouga, as antigas termas - Caldas de Lafões - afirmaram-se como as mais importantes de Portugal. Estas mantiveram-se ativas com a sua função primitiva durante vários séculos, contando com algumas reformulações e melhoramentos, mas operacionais até finais do século XIX. A partir dos anos 50 do século passado, e durante as três décadas seguintes foram realizadas várias escavações arqueológicas no local que contribuíram para a descoberta de elementos importantes para a compreensão da ocupação daquele espaço, ao longo dos séculos (Frade, 1992: 518) .

Considera-se que o edifício, enquanto património cultural, deve voltar a ser tratado como fora outrora: um elemento central na comunidade em que se insere. Neste contexto, propõe-se, uma nova tipologia programática - um Centro de Interpretação - que se apresenta como adequada tanto para o contexto como para a região.

Sendo as Termas de S. Pedro do Sul é um destino turístico e de saúde, é de todo o interesse saber aproveitar este bem precioso, em prol do turismo cultural local e da memória das suas origens.

Palavras-chave: Centro Termal, Monumento, Património, Turismo, Cultura



Índice

Índice de Figuras	10
índice de Esquemas	11
índice de Desenhos	11
Introdução	13
I. Enquadramento Teórico	
1. TERMAS ROMANAS	
1.1. A origem e importância dos edifícios termais no Império romano	19
1.2. Características arquitetónicas e espaciais	21
2. PATRIMÓNIO CULTURAL	
2.1. A consagração do monumento histórico	31
2.2. A salvaguarda do património cultural	33
2.2.1. Critérios de intervenção: conservação e restauro	38
2.3. Um “novo” olhar sobre o património cultural	42
3. TURISMO	
3.1. Turismo Cultural	45
3.2. Turismo sustentável na regeneração do Lugar	48
II. Estudo das termas romanas de São Pedro do Sul	
1. TERMAS DE SÃO PEDRO DO SUL	
1.1. Contextualização histórica e geográfica	53
1.2. Especialidades e particularidades	56
2. CALDAS DE LAFÕES	
2.1. O Balneum romano	59
2.2. Características arquitetónicas e espaciais	62
2.2.1. Primeira fase: século I	64
2.2.2. Segunda fase: final do século I e inícios do século II	68
2.2.3. Terceira fase: final do século XVI, século XVII e XVIII	74
2.2.4. Uma visão atual: século XXI	77
III. Proposta de reabilitação	
1. CONCEITO E PRINCÍPIOS DE INTERVENÇÃO	81
2. PROJETO DE INTERVENÇÃO	89
Conclusão	109
Bibliografia	111
Anexos	118

Índice de Figuras

F.1 — Porta da Capela das Termas Romanas de São Pedro do Sul	7
F.2 — Fonte de água mineral das Termas de São Pedro do Sul	18
F.3 — Planta Termas Stabia	20
F.4 — Planta Termas Caracalla	23
F.5 — Banho das mulheres	25
F.6 — Hypocausto	27
F.7 — Esquema da organização espacial	27
F.8 — Termas Romanas de São Pedro do Sul	29
F.9 — Piscina de água fria e fragmentos das colunas	30
F.10 — Escadas exteriores Termas Romanas de São Pedro do Sul	35
F.11 — Palestra e Natatio	41
F.12 — Rio Vouga	44
F.13 — Capela da Nossa Senhora da Saúde	47
F.14 — Vista aérea das Termas de São Pedro do Sul	52
F.15 — Alçado principal	53
F.16 — Balneário Rainha D. ^a Amélia e Balneário D. Afonso Henriques	57
F.17 — Ruínas: vista panorâmica	58
F.18 — Fuste de uma das colunas descobertas	61
F.19 — Termas Romanas de Bath	63
F.20 — Antigas fundações da P3	66
F.21 — Vestígios de tijolo	70
F.22 — Capela de São Martinho	72
F.23 — Alinhamento das colunas com a Capela de São Martinho	73
F.24 — Capela da Nossa Senhora da Saúde	76
F.25 — Banheira com azuleijos	80
F.26 — Tarja publicitária	82
F.27 — Nicho principal do caldarium	85
F.28 — Interior da Capela da Nossa Senhora da Saúde	87
F.29 — Proposta de intervenção, entrada	88
F.30 — Proposta de Intervenção, axonometria	91
F.31 — Proposta de Intervenção, entrada do edifício	74
F.32 — Sala do Caldarium	97
F.33 — Sala do banho das mulheres, varanda de observação	98
F.34 — Sala do Apodyterium	99
F.35 — Coro da Capela, sala de exposições	103
F.36 — Volume independente	104
F.37 — Materialidade do novo e do antigo	107
F.38 — Porta de entrada para o caldarium	108

Índice de Esquemas

E.1 — Metodologia de planeamento da conservação do património cultural	37
E.2 — As atividades no campo da conservação	39

Índice de Desenhos

D.1 — Planta das Termas Romanas na 1 ^a fase	65
D.2 — Planta Termas Romanas 2 ^a fase	69
D.3 — Planta Termas Romanas 3 ^a fase	75
D.4 — Proposta de Intervenção, piso terreo	92
D.5 — Planta de primeiro piso	100
D.6 — Planta de cobertura	106

Introdução

OBJETO:

O interesse pelas termas, não só para fins terapêuticos, mas também como fonte de prazer, lazer e como local de socialização é conhecido há longa data. De facto, foram os romanos que melhor tiraram proveito do uso intensivo das águas medicinais, construindo verdadeiros complexos de saúde e bem-estar – as *Thermae*, onde encontramos estupendos edifícios para efeito dos banhos públicos – os *Balneum*.

Localizadas na freguesia de Várzea, concelho de S. Pedro do Sul e distrito de Viseu, as ruínas das termas romanas são um bem característico e notável na região. Construídas nos primeiros anos do século I da era cristã, num local aprazível junto à margem do Rio Vouga, o espaço das antigas termas - Caldas de Lafões – é o que se encontra em melhor estado de conservação entre os 40 exemplares que existem em todo o país (Frade, 1992: 516). Após a retirada da sua função primitiva este foi sucessivamente ocupado o que acabou por acentuar mais o estado de degradação.

PERTINÊNCIA:

Embora sejam consideradas as termas romanas em melhor estado de conservação do país, é notório o seu atual estado de abandono. Fechado há várias décadas, o edifício apresenta-se hoje como um elemento secundário no complexo termal.

Existe, por isso, a necessidade de intervir positivamente nas suas instalações, principalmente a nível de reparação de lacunas e conservação de elementos únicos, que foram mantidos até os nossos dias. Sendo fundamental, oferecer ao *Balneum* uma nova utilidade.

Quando existe alguma intenção de conservar ou restaurar um bem patrimonial, neste caso cultural e arquitetónico, é porque se subentende que este é digno de permanecer como elemento que representa a nossa cultura, o nosso pensamento, ou mesmo sensações, por ser fruto da ação do homem. É importante perspetivar-se para o património como algo de grande importância para o crescimento social e cultural de um povo, pois estes bens culturais congregam entre si todo um conjunto de informações e valores essenciais. Em Portugal, encontram-se constantemente ruínas e edifícios com valor patrimonial sem qualquer preocupação de os preservar para que permaneçam para a posterioridade. Neste sentido, as termas romanas não são uma exceção. Deve-se a todo o custo assegurar a continuidade na história a edifícios ou ruínas emblemáticas.

Acredita-se que a sua contribuição enquanto centro de interpretação terá um papel essencial como reservatório das memórias do lugar e no desenvolvimento de atividades culturais – objetivamente do turismo cultural - assim como para o desenvolvimento local. Sendo as Termas de S. Pedro do Sul um destino turístico por excelência, é de todo o interesse saber aproveitar este bem precioso, em prol das potencialidades que poderá oferecer nessa mesma vertente. Com esta nova proposta pretende-se que as Caldas de Lafões sejam o “ponto de partida” na preservação do monumento enquanto

Património Cultural e elemento fundamental do desenvolvimento da região: preservando e divulgando as termas romanas como novo roteiro turístico termal. Não só devemos fazer dele um exemplo como elemento fundador e central das Termas, como também devemos devolver um património esquecido à região e à sociedade.

OBJETIVOS:

A principal intenção nesta proposta de trabalho é que as ruínas romanas sejam retiradas da sombra e que passem a ter um novo papel integrador na região. O edifício, enquanto Monumento Nacional, deve ser tratado como elemento central com potencialidade para a região, salvaguardando-o e conservando-o. Não que lhe sejam restituídas as suas funções primitivas, mas sim que sirva de elemento central de testemunho do passado. Permitindo o seu acesso ao público o edifício irá procurar, com isso, respeitar os princípios essenciais da conservação. Assumindo que no edifício em si, já transparece uma riqueza vasta - histórica, cultural, arquitetónica, etc. - a proposta em nada deverá interromper a leitura e a perceção do observador. Pretende-se valorizar dando uma nova funcionalidade sem, no entanto, perder as suas características.

As ruínas das Caldas de Lafões têm um forte valor patrimonial, tanto pelos vestígios da civilização romana como pela sua sobrevivência ao longo dos séculos. Pretende-se recriar naquele espaço momentos e memórias do passado, potencializando e enaltecendo o valor que, pelas ruínas, já lhes era conferido. O centro de interpretação visa dar a conhecer ao público a evolução histórica, enquanto elemento fundador do complexo termal, valorizar os processos construtivos arquitetónicos romanos, assim como valorizar os trabalhos arqueológicos, no intuito de integrar este novo espaço no desenvolvimento turístico e económico local. Assim, prevê-se que sejam contadas histórias, as histórias deste Balneum, permitindo a contemplação das termas romanas como local de evocação de uma história única.

METODOLOGIA:

A metodologia de trabalho baseou-se na recolha e análise da revisão de literatura, assim como numa longa análise de campo, destacando-se os seguintes pontos fundamentais:

- recolha e análise bibliográfica considerada fundamental e pertinente de acordo com as várias áreas de estudo;
- recolha suplementar pela consulta de documentos online;
- levantamento das condicionantes e da regulamentação da área de intervenção e das temáticas aplicadas;
- recolha de informação técnica e de opiniões pessoais junto às entidades especializadas;
- levantamento e recolha de dados in situ;

Quanto à organização do presente estudo, podemos destacar três grupos de trabalho distintos:

15

I — Enquadramento Teórico;

II — Estudo das termas romanas de São Pedro do Sul;

III — Proposta de reabilitação e conservação.

O primeiro grupo (I) encontra-se subdividido em três áreas distintas. As termas romanas, o património cultural e, por fim, o turismo. Estes campos procuram essencialmente a compreensão e contextualização:

- da origem e importância das termas romanas, percebendo como estas se mantiveram até os nossos dias e como elas se comportam enquanto testemunhos do passado, consagradas monumentos históricos;
- a dialética do património cultural juntamente com os seus valores e principalmente, o tributo ao monumento, assim como a extrema sensibilidade de intervir em edifícios patrimoniais, relacionando assim os principais critérios essenciais da conservação e salvaguarda do monumento;
- e por fim despertar a consciência da forte potencialidade que um bem consagrado património poderá constituir numa região, nomeadamente através do desenvolvimento do setor turístico.

O segundo grupo (II) aborda sobretudo, o enquadramento das Termas de São Pedro do Sul. É feita a descrição a nível histórico e geográfico das principais características do lugar, frisando algumas das fortes potencialidades da região. É igualmente, feita uma abordagem mais específica ao Balneum romano. Quando à sua imagem atual, à sua caracterização histórica e às várias fases arquitetónicas sofridas ao longo dos séculos, fazendo sempre que necessário referência a alguns casos de estudo, que serviram de exemplo.

O terceiro e último grupo (III) procura, numa perspetiva individual, propor um projeto de reabilitação e conservação das termas romanas. O projeto é dividido em três fases distintas:

- a primeira define essencialmente a intenção de clarificar uma posição concreta no ponto de vista da intervenção, explicando o conceito e justificando as escolhas;
- a segunda destina-se ao projeto de conservação, destacando as principais anomalias e possíveis soluções;
- a terceira e, última, foca a proposta de reabilitação do edifício enquanto centro interpretativo das Caldas de Lafões, descrevendo os diferentes ambientes e justificando as principais escolhas.

I. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. TERMAS ROMANAS

1.1. A origem e importância dos edifícios termais no Império Romano

19



F.2 — Fonte de água mineral das Termas de São Pedro do Sul

FONTE Daniela Páscoa

A água é peça integrante da existência humana. Faz parte dos quatro elementos da teoria desenvolvida por Empédocles – **água, terra, fogo e ar** – e a sua relação com a arquitetura permitiu imprimir na história e no território verdadeiras obras de arte.

“A pureza das águas depende da composição das montanhas, e dos terrenos aonde brotam. Se por onde elas passam ao tempo de filtrar-se encontram substâncias salinas, ou em estado salino, sulfúreas, térreas, metálicas, ou gasosas e estas em tais proporções, que em vez de saírem águas alimentosas se fazem medicamentosas, chamam-se então águas minerais”

(Tavares, 1810: 7 cit. in Quintela, 2008: 54)

As águas mineiras (F.2), conhecidas pelas suas virtudes terapêuticas, representam um grande potencial económico para uma região. Têm a sua origem em nascentes “bacteriologicamente puras” (Nunes e Tamura, 2012: 253) e os lugares circundantes, nestas fontes, denominam-se verdadeiros “laboratórios da Natureza” (Quintela, 2008: 52). De facto, o uso das águas e as suas virtudes terapêuticas são historicamente remotas, várias foram as civilizações que fizeram delas usufruto. Consideradas como um elemento fundamental para a saúde da população, as águas termais eram recomendadas especialmente no tratamento de doenças. Foi particularmente na segunda metade do século XVIII, com a descoberta da química por Lavoisier, que finalmente foram descobertas e clarificadas as propriedades químicas das águas minerais, que até à data eram consideradas águas termais, curativas, santas, miraculosas ou mesmo medicinais (Quintela, 2008: 53).

É sobre o signo da água que surge o desenho das termas, dando forma a um universo de rituais, sentidos e ideais em diferentes escalas e tipologias. Revelam-se pela expressão arquitetónica popular da região em que é inserido, ao passo que. Tornam-se, muitas vezes, o ponto de partida de um conjunto de elementos representativos que compõem a malha complexa em diferentes territórios, ou seja elas tornam-se o elo central no progresso urbano de uma região, mas em todos emerge um recurso comum: a água (Pinto e Mangorrinha, 2009: 11).

Pelo que se verifica, acredita-se que a origem dos banhos públicos começou na Grécia, no século VI a.C. (Ramos: 2005: 23). Ligada a práticas de beleza e cuidados do corpo, os banhos públicos destinavam-se essencialmente para relaxamento e também para procurar a harmonia do corpo e da mente. As instalações eram geralmente em espaços ao ar livre, cujos banhos obedeciam a uma ordem específica:

- 1º Banhos a vapor;
- 2º Banhos de água quente;
- 3º Banhos de imersão de água fria.

Foi já no século IV a. C. que os banhos públicos ganharam maior ênfase na Grécia, com o aparecimento de estruturas próprias para o efeito. Eram compostas por salas, algumas escavadas na rocha, com mosaicos a servir de ornamento das paredes e lajeado de pedra polida a cobrir o solo (Ramos: 2005: 24). Nesta época, os banhos ainda não eram considerados para efeitos de lazer e desenvolvimento de laços sociais, só mais tarde com os romanos, é que estas passaram a ser consideradas como um ponto essencial na caracterização dos banhos públicos. Contudo, é possível afirmar que foram os gregos os responsáveis pelo desenvolvimento, e conhecimento mais detalhado das virtudes terapêuticas das águas minerais, assim como pela definição das regras de utilização.

“Dos banhos Gregos, os Romanos retiraram o prazer da boa-forma física e da convivialidade, rodeados de cenários caracterizados pela monumentalidade e pelo luxo das termas, (...)”

(Ramos, 2005: 25)

Não é de todo errado afirmar que as termas em muito contribuíram para tornar Roma imortal. Pelos seus vestígios difundidos um pouco por todo o mundo, são de facto as termas que se encontram entre os mais esplendidos e admiráveis testemunhos ligados à arte dos banhos públicos. Os estabelecimentos termais surgiram segundo Ramos, como base na definição de Albert Grenier, da necessidade de criação de centros de higiene, assegurando simultaneamente o prazer e relaxamento dos habitantes do império romano, assim como proporcionar aos combatentes o restabelecimento necessário da sua forma física (Ramos, 2005:26). A palavra *Thermae*, de origem grega que significa calor, foi o termo usado com maior plenitude pelos antigos romanos para designar esses estabelecimentos.

O gosto dos romanos pelas águas vem já de muito antes da própria existência das termas. Estes tinham já o hábito de nadar nas correntes frias dos rios ou lagos. Assim como os gregos, a água era vista como símbolo de pureza e saúde, estimulando a boa forma física e renovando a integridade moral. Com o passar dos anos os romanos, que começaram por banhos frios, foram progressivamente fazendo uso das águas tépidas e das águas quentes. Descobrimo assim o prazer dos banhos, alternando temperaturas mais altas com as mais baixas, com base no modelo grego (Ramos, 2005:27). Os romanos assimilaram muitas das práticas balneares gregas, mas contudo estes foram ultrapassados pelo tamanho e complexidades do modelo termal romano.

Os romanos souberam conjugar o domínio “devoto e curativo”, e o domínio do “prazer dos banhos” (Ramos, 2005: 28). Vistas como verdadeiros complexos monumentais, as termas tinham na sua construção outras estruturas subjacentes que ostentavam o desenvolvimento e melhoria do espaço

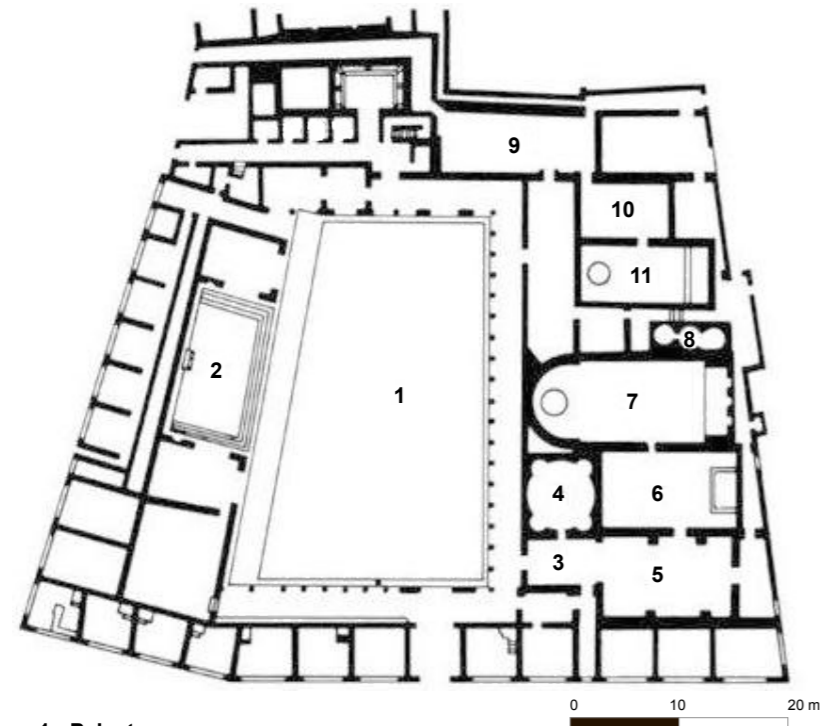
termal. Nomeadamente a construção de templos e capelas, por devoção e desejo de cura, mas também, áreas de desporto, jardins, restaurantes, salões de repouso, espaços culturais como teatros e bibliotecas entre outros. Podendo ser usufruído por um número alargado de utentes, as termas passaram a ser um grande foco de atração. Surge então, associada a estes fatores, a prática do **Termalismo**.

1.2. Caraterísticas arquitetónicas e espaciais

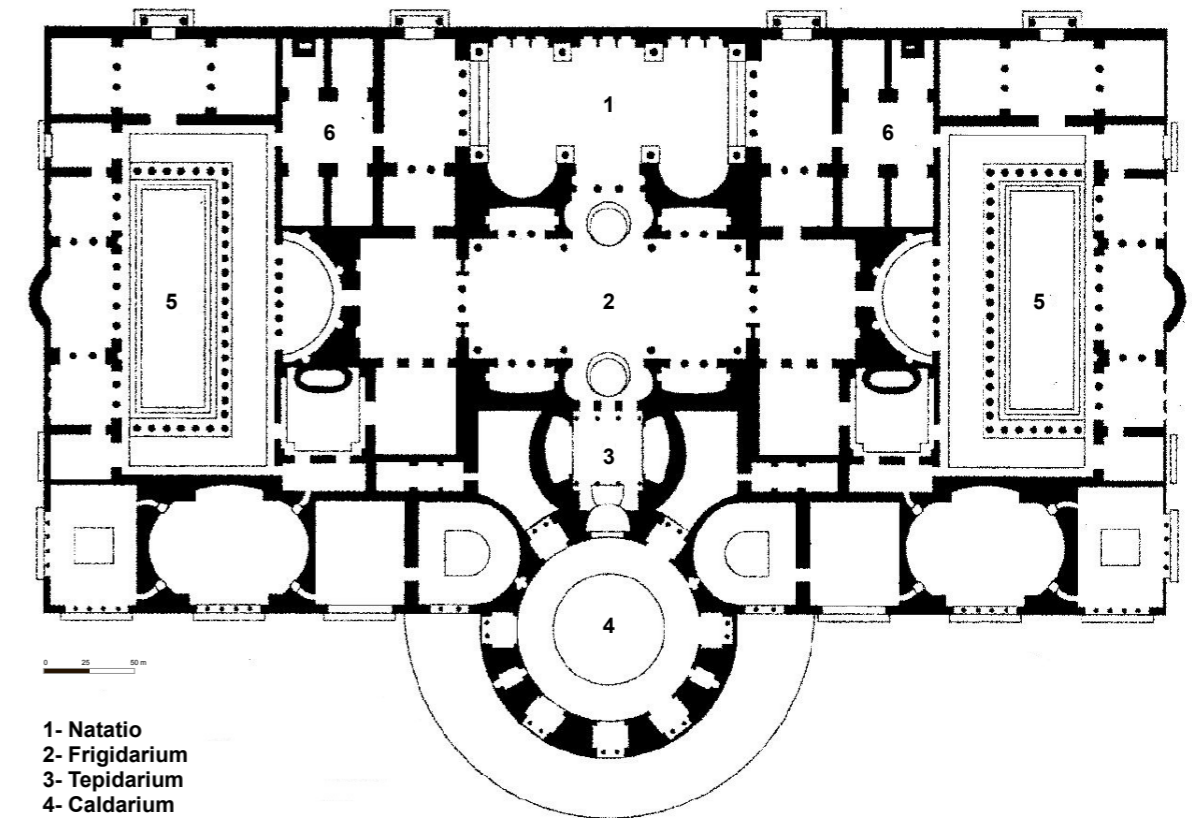
Partimos agora para uma análise mais virada para o próprio edifício quando às suas características arquitetónicas e espaciais, destacamos algumas das suas particularidades, nomeadamente até à época do Imperio Romano.

No que diz respeito à localização, os edifícios termais tendem a ser condicionados devido a pureza das nascentes de água e encontram-se geralmente em locais muito peculiares. Estes geralmente desenvolvem-se junto a aglomerados populacionais acessíveis por vias e caminhos, que fazem daquele espaço um centro fundamental para o desenvolvimento da população e da própria malha urbana: as redes de pequenas habitações ganham a possibilidade de se transformarem assim em cidades (Carriço, 2013: 83). São elementos como, as infraestruturas necessárias de apoio, a relação com a envolvente, o próprio uso das águas minerais e as tradições locais que caracterizam e diferenciam estes edifícios termais, variável de região para região. Logo, é igualmente perceptível que tendo influências diretas na cidade, esta também terá impacto na configuração arquitetónica e espacial destes edifícios termais.

Estes *Balneum's* – termo latim para designar os edifícios termais - seguem uma tipologia arquitetónica que, a nível dos elementos espaciais, podem ser obedecidos como uma regra lógica no circuito de tratamentos. Mas, na realidade, os inúmeros edifícios termais romanos existentes na Europa, apresentam características muito próprias, sendo por isso difícil definir uma tipologia arquitetónica comum para todas. A variação de tamanho, formas e equipamentos das diferentes termas romanas é geralmente determinada pela importância do local onde se inserem, a nível social, económico e territorial (Carriço, 2013:83). Outro contributo que pode influenciar a composição das termas é a sua atribuição funcional: as termas podem ser **medicinais** ou **higiénicas**. Esta atribuição depende essencialmente das componentes químicas das águas minerais, considerando-se as termas medicinais como verdadeiros hospitais de cura. Dando como exemplos as estâncias termais de referência no Imperio Romano: as **Termas de Stabia** (F.3), Pompeia e as **Termas de Caracalla** (F.4), Roma.



- 1 - Palestra
- 2 - Natatio
- 3 - Hall de entrada
- 4 - Frigidarium
- 5 - Apodyterium
- 6 - Tepidarium
- 7 - Caldarium
- 8 - Hypocaustum
- 9 - Apodyterium das mulheres
- 10 - Tepidarium das mulheres
- 11 - Caldarium das mulheres



- 1- Natatio
- 2- Frigidarium
- 3- Tepidarium
- 4- Caldarium
- 5- Palestra
- 6- Apodyterium

F.3 — Planta Termas Stabia

FONTE <http://depts.washington.edu/hrome/Authors/kjw2/BathsBathinginAncientRome/245/246/FloorPlanofStabianBaths.jpg>.1

F.4 — Planta Termas Caracalla

FONTE <http://classconnection.s3.amazonaws.com/268/flashcards/716268/jpg/10-661330113424397.jpg>

As Termas de Caracalla em Roma foram construídas em meados dos anos 212 a 217 d. C. São das termas mais importantes do Imperio Romano. Com uma arquitetura semelhante a de um palácio, a sua monumentalidade e tipologia arquitetónica, são de facto o seu grande forte. Assim como as Termas de Stabia, em Pompeia, embora mais antiga que a anterior, construída em 62 d. C, são igualmente uma referência quanto à tipologia arquitetónica. Partindo destes mesmos estudos de caso, de um modo geral, a tipologia dos edifícios obedecia a um seguimento lógico, com diversas câmaras, premindo fazer a reconstituição do percurso-tipo que os romanos traçavam nas suas idas às termas. Existiam os seguintes espaços fundamentais:

— *Apodyterium*: Local onde os utentes depositavam as suas vestes. Era sempre a primeira câmara logo após a entrada do edifício;

— *Caldarium*: Espaço destinado a banhos quentes, geralmente colocado ao centro do edifício;

— *Frigidarium*: Espaço destinado a banhos frios;

— *Tepidarium*: De ambiente seco e morno, era um espaço destinado ao repouso para ambientar o corpo à temperatura ideal na transição do *Caldarium* ou *Frigidarium*, podendo igualmente ser um espaço de massagens;

— *Laconicum*: De ambiente quente e seco, é um espaço semelhante a uma estufa de ar quente;

— *Sudatorium*: Espaço quente e húmido.

— *Hypocaustum*: Espaço com fornalhas de aquecimento das zonas quentes da termas;

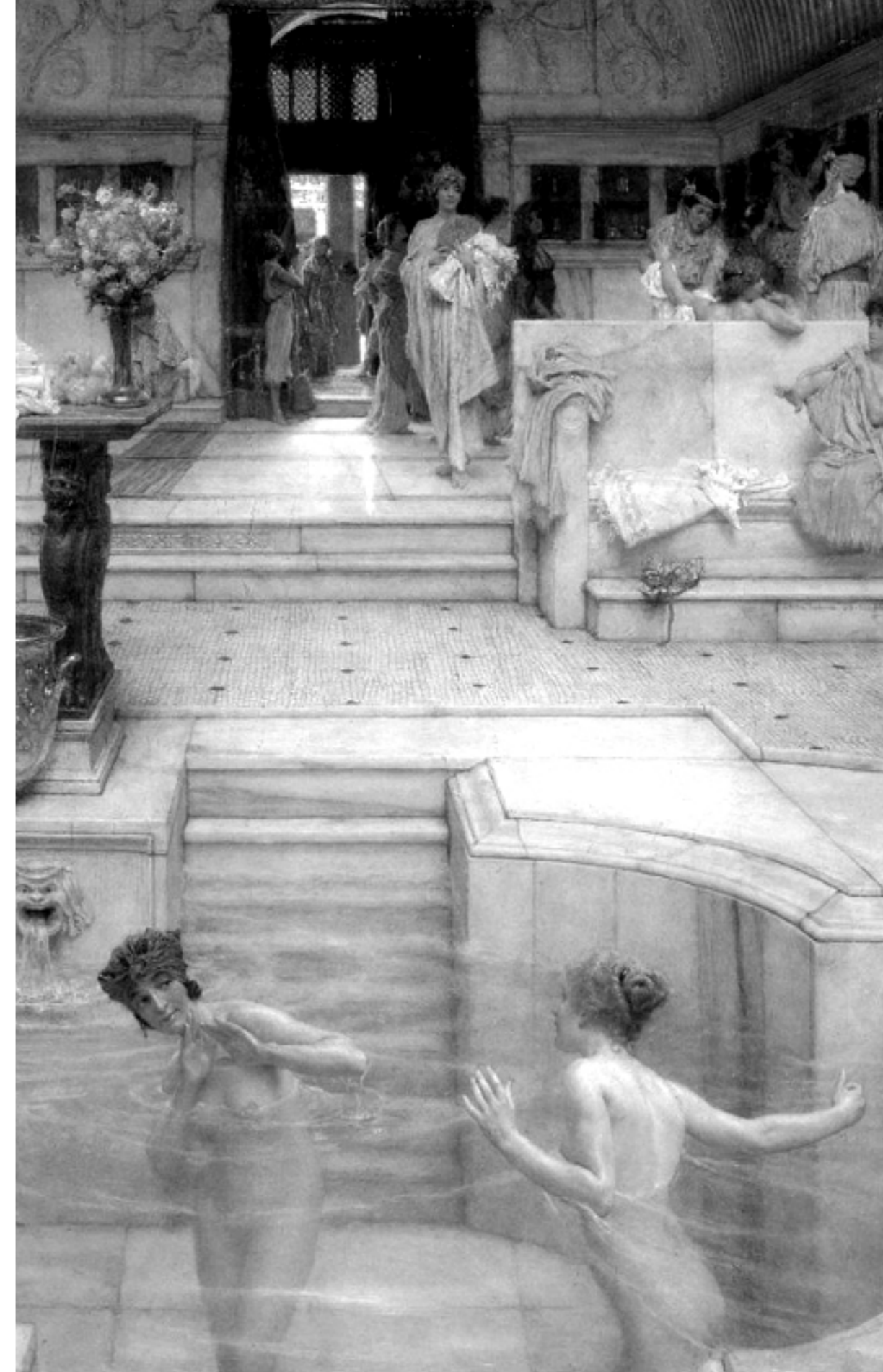
— *Natatio*: Piscina ao ar livre de água fria.

Posto isso, o percurso do utente termal iniciava-se por depositar as suas vestes, nos nicho do *apodyterium*. Em seguida, o utente seguiria para o *laconicum* ou para o *sudatorium*, dependendo da finalidade do tratamento. Após a inspiração dos vapores, o percurso continuava para a sala mais quente, o *caldarium*. De seguida para o *tepidarium*, geralmente em forma de nichos, onde podia-se repousar, para depois terminar nas águas frias do *frigidarium*.

Os romanos elevavam o ato de tomar banho a um nível ligado ao ritual de saúde e bem-estar, quase que como um cenário artístico (F.5). Os rituais que aconteciam nas diferentes salas ou espaços - **despir, tomar banho, transpirar, receber massagens e repousar** - ajudaram a definir a sequências das diferentes etapas do banho.

Como é fácil de prever, o uso dos banhos termas seria feito por caminhos distintos, separando homens e mulheres. A zona reservada às mulheres era usualmente de menor área, pois acredita-se que o número de utentes masculinos seria maior. Na ausência de áreas distintas, era igualmente possível estabelecer diferentes horários para o uso.

Visto o percurso do utente termal na época, é importante agora referir algumas regras que foram fundamentais na construção destes edifícios. Partindo dos ideais definidos por Vitrúvio no famoso



F.5— Banho das mulheres

FONTE <http://the archeology.files.wordpress.com/2010/06/a-favourite-custom-by-alma-tadema-1909.jpg?w=500&h=734>

Tratado de Arquitetura (Maciel, 2006: 196,197), é possível retirar que os edifícios para banhos públicos deveriam desenvolver-se de acordo com os seguintes aspetos:

— Os edifícios deveriam ser implementados em zonas por si só quentes, onde os ventos do norte e nordeste não tivessem tanto impacto;

— O *caldarium* e o *tepidarium* deveriam ser orientados a Sul – dado que os tratamentos serem feitos durante a tarde, estas salas deveriam estar mais expostas à luz e calor do sol;

— O *caldarium* masculino e o feminino deveriam estar colocados juntos e com a mesma disposição, facilitando a transição das águas quentes;

— Para ambos os espaços, femininos e masculinos, um único *hypocausto* serviria (F.6);

— Junto ao *hypocausto*, deveriam seguir-se de acordo com a seguinte ordem, o *caldarium*, o *tepidarium* e o *frigidarium*, para que à medida que a água fosse saindo do *caldarium* fosse passando para o *tepidarium* e assim sucessivamente, do *tepidarium* para o *frigidarium* (F.7);

— Os tectos deveriam ser abobadados, construídos de acordo com o sistema *opus caementicium*. Caso fossem usadas estruturas em madeira, então utilizar-se-ia *opus figlinum*, técnica de revestimento em barro;

— O acabamento interior das abóbadas seria estuque ou reboco;

— As dimensões destes espaços deveriam ser proporcionais à quantidade de pessoas e, geralmente, a largura ser dois terços do comprimento;

— O *caldarium* deveria ser exposto à luz direta;

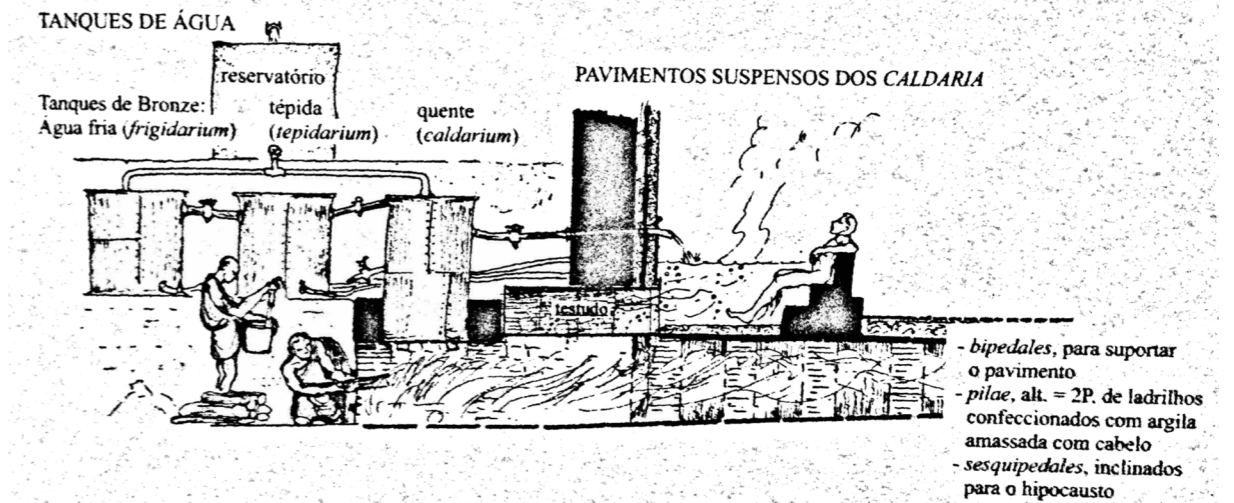
— O *laconicum* e o *sudarium* deveriam estar junto ao *tepidarium*. A sua largura deveria ser igual à sua altura até ao arranque da abóbada, com um óculo no topo central.

Caracalla e Stabia são dois exemplos que não foram destacados ao acaso. Como referido anteriormente, a complexidade das estâncias termais depende em muito da civilização onde estão inseridas. Roma, como centro dos acontecimentos, e Pompeia, com fortes influências do Imperio Romano, detinham de facto as termas mais completas e que melhor ajudam a perceber a essência e origem dos banhos públicos, sendo possível entender os vários espaços e a sua interligação entre eles.

A nível do território nacional, o Imperio Romano contribuiu para que os hábitos, a religião, mas também as técnicas construtivas e os saberes arquitetónicos, fossem fortemente enraizados e adaptadas aos terrenos conquistados, como são exemplo de Braga, com as Termas de Bracara Augusta, Chaves e as Termas de Aquae Flaviae e outros territórios como Alcafache, Manteigas, Caladas de Aregos, Águas Santas de Carvalhelhos e, principalmente, a fonte e referência deste estudo, as Termas Romanas de São Pedro do Sul (Carriço, 2013:82).

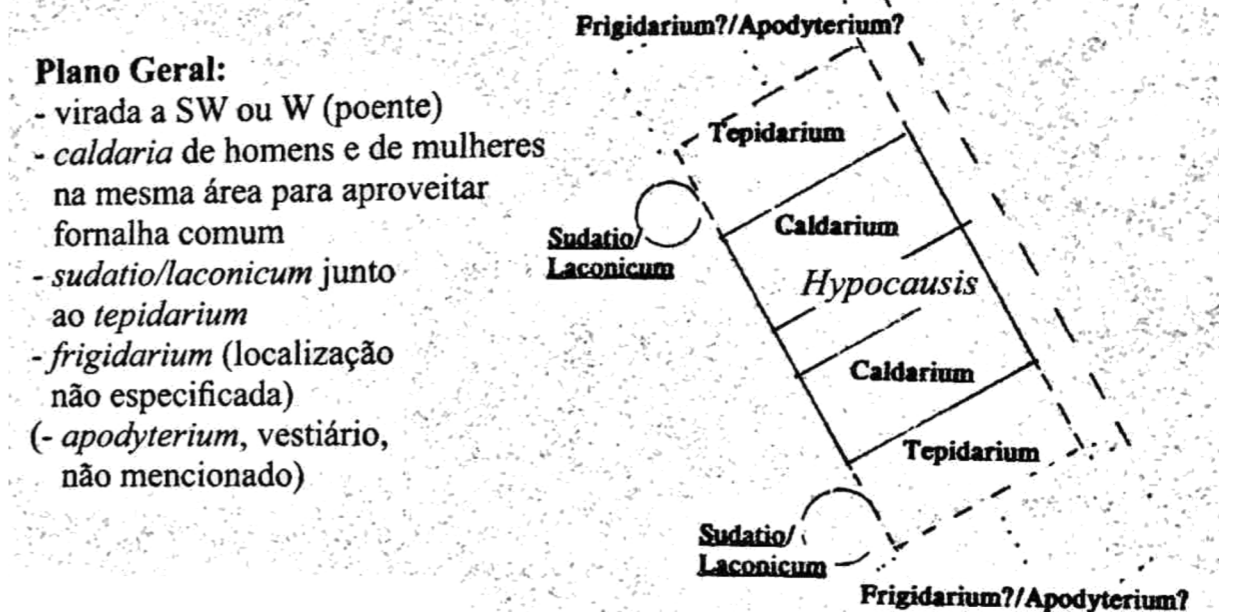
E hoje, qual é o destino das tão conceituadas termas romanas? Estes edifícios, que tinham outrora um forte valor funcional, social e económico, qual será a sua função em pleno século XXI? Os poucos testemunhos que nos chegaram até hoje têm nos servido para nos remeter à nostalgia de um

BANHOS BALNEA (5.10.1-5)



F.6 — Hypocausto

FONTE Justino Maciel



F.7 — Esquema da organização espacial

FONTE Justino Maciel

F.8 — Termas Romanas de São Pedro do Sul

FONTE Daniela Páscoa

passado que se pensa ter acabado.

“As fases subterrâneas da História portuguesa pulsam de ondas de descaracterização, de desleixo e de abandono de parte da sua memória arquitetónica, outrora significativa, que pura e simplesmente é deixada em estado de silenciosa agonia, em nome de uma ideia abastardada de progresso.”

(Silva, 2014: 12)

Termas romanas que por infortúnio foram desaparecendo, outras “são ruínas silenciosas mas ainda cheias de vozes” são “migalhas de tempos arcanos que ainda sussurram fios de história” (Silva, 2014: 13). Tentam convidar-nos a saber mais, tentam sobreviver, são testemunho do património histórico e cultural que nos avisa que, para além, ainda deve existir futuro.



2. PATRIMÓNIO CULTURAL

2.1. A consagração do monumento histórico



F.9 — Piscina de água fria e fragmentos das colunas

FONTE Daniela Páscoa

“Património. Esta bela e muito antiga palavra estava, na origem, ligada às estruturas familiares, económicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo”

(Choay, 2000: 11)

É precisamente da mesma forma que Françoise Choay começa a sua tão conceituada obra **A alegoria do Património** que dou igualmente início à reflexão neste capítulo sobre algumas das principais questões relativas ao património.

Antes de mais, numa perspetiva etimológica, a palavra património deriva do latim *patrimoniu* que remete à herança, aos bens de família e ao sentimento de posse. Serve essencialmente para reportar um legado que percorre gerações com objetivo de se transmitir no futuro de forma contínua. Não se restringindo a uma única definição, de acordo com António Arantes, os humanos atribuem valores diferenciados sobre os alvos que balizam os seus territórios, ancoram as suas visões do mundo, materializam crenças, testemunhos ou episódios marcantes da memória coletiva. Acrescenta ainda que os mesmos cultivam atividades, conhecimentos e modos de saber-fazer que identificam, diferenciam e hierarquizam categorias e estratos sociais, participando da estruturação da vida em sociedade, da formação de identidades e da alimentação do sentido de pertença (Arantes, 2009:11). Estes bens, a que Arantes se refere, são vestígios simbólicos e identitários de uma comunidade ou civilização, sendo portanto importante preservar esses elementos de afirmação cultural (F.9).

O ponto de partida, sobre as questões do património, deu-se na Inglaterra nos finais do século XVIII. Em plena revolução cultural, mais conhecida por revolução industrial, destacou sobretudo as destruições e reviravoltas dos meios urbanos e rurais. Juntamente com o aparecimento do Romantismo, esta época veio trazer a consciencialização de preservar os bens antigos e privilegiar os valores de sensibilidade estética. Emancipa-se assim a estima do monumento histórico. As consequências da industrialização, contribuíram para impulsionar os processos de desenvolvimento e difusão das legislações de proteção do monumento histórico. Favoreceu igualmente na consciência de transformar o restauro numa disciplina autónoma.

Uma definição avançada para o conceito de monumento é todo o artefacto ou conjunto de artefactos deliberadamente concebidos e compreendidos por uma comunidade humana no sentido de fazer lembrar à memória viva, orgânica e afetiva dos seus membros, pessoas, acontecimentos, crenças, ritos ou regras sociais constitutivos da sua identidade (Choay, 2011: 16). Quando se fala do valor histórico de um monumento consideramos que é “tudo o que existiu e já não existe no presente

2.2. A salvaguarda do Património Cultural

(...) aquilo que existiu uma vez nunca mais pode existir e que tudo o que existiu forma um elo insubstituível e irrevogável de uma cadeia evolutiva” (Riegl, 2013:10). Pode-se dizer portanto, que um monumento histórico não é algo que foi concebido de forma intencional.

É através dos monumentos históricos que uma cultura pode torna-se particular e singular. Os vestígios da antiguidade romana despertaram desde sempre um particular interesse, pela riqueza dos valores artísticos e históricos são de facto a referencia de magnificência patrimonial. Desde o Renascimento as antiguidades destacadas como fontes de sabedoria e prazer passam a ser vistas como uma referencia para o presente. É então a partir dos anos vinte do século XIX que o monumento histórico é apontado como algo de insubstituível: os estragos sofridos são irreparáveis e a sua perda irremediável (Choay, 2000: 119).

A área da conservação, tal como é entendida nos nossos dias, é uma atividade complexa que tem vindo ao longo do tempo a alargar o seu âmbito, aumentando a sua importância e classificando os seus princípios. Até ao século XIX, os principais gestos em monumentos históricos, edifícios monumentais ou obras de arte reduziam-se principalmente a: limpeza, manutenção, reparação de lacunas e reutilização do próprio espaço ou dos materiais. O contributo de Alois Riegl permitiu distinguir, no monumento, três tipos de valores: o valor de antiguidade, o valor histórico e o valor de memória intencional. No entanto, olhando para a realidade dos nossos dias existem vários tipos de valores, inerentes não só ao monumento como a qualquer objeto físico ou não que tenha sido classificado como património. Sejam valores culturais, económicos, políticos, estéticos, entre outros, a sua variedade é tanta que muitos acabam por se sobrepor, competindo entre eles. Os valores mudam com o passar dos anos, principalmente por influencia de fatores sociais, ou de oportunidades económicas ou então por tendências culturais.

Seja qual for os valores intrínsecos ao património, estes causam a procura incessante pelo original e único singular de cada cultura, levando à emancipação da **patrimonialização**.

“A ideia de património é, frequentemente, invocada em relação à ameaça do desaparecimento de recursos naturais e culturais, num cenário de uma catástrofe eventual”
(Peixoto, 2006: 67)

Surge assim, em pleno século XIX os primeiros movimentos de salvaguarda do património. Um pensamento que pretende proporcionar aos bens históricos e culturais a continuidade de um passado que se pensava acabado, no presente ainda à luz de florescer.

Como já referenciado, a definição de património diz respeito ao legado que herdamos do passado e que pretendemos transmitir no futuro. Isto é de facto uma definição que ainda se mantém até hoje, mas não podemos esquecer que património não se trata apenas de vestígios de um processo histórico antigo. Podemos entender que património cultural corresponde à manifestação material de uma dada cultura, de acordo com uma existência física num espaço e num período de tempo específico. Umas permanecem e outras vão perdendo o seu significado ao longo dos anos. Esta dinâmica de existir e permanecer no tempo, leva a que estes objetos do passado alimentem “a criatividade de novas gerações de produtores de objetos, que acrescentam elementos às gerações anteriores. E assim a cultura flui.” (Silva, 2000: 218) . Património cultural corresponde por isso ao testemunho de uma cultura que se pretende preservar, seja ele um objeto físico ou meramente uma tradição. Destaca-se assim, dois tipos de património cultural: o material e o imaterial. Ao património cultural material corresponde essencialmente os vestígios físicos e construídos, como é o exemplo dos monumentos. Ao património cultural imaterial, mais subjetiva, trata-se das vivências, tradições, festas ou ações exclusivas a uma única cultura. Atualmente “tudo” pode ser alvo de patrimonialização, do momento que este lhe seja atribuído um dado valor. Contudo mais importante que classificar um bem patrimonial, são os saberes de preservação.

Os projetos de conservação, num contexto do século XIX, ligados à preservação do património construído, encontram-se subjacentes a dois grupos fundamentais: a legislação de proteção e a disciplina do restauro. A legislação insere-se num conjunto de preocupações, elaboradas no seio da Europa, para a proteção e conservação do património. Esta foi fundamental para a institucionalização dos princípios da conservação; o restauro enquanto disciplina construtiva, fiel aos saberes históricos, muito pelo progresso da história da arte e da arqueologia, passa a ser uma área autónoma e prática ligada à reparação e intervenção em património. Estes são com certeza as duas importantes áreas que ajudaram a instituir a salvaguarda do património, como uma tomada de consciência mundial.

Como afirma Choay, querer e saber “classificar” um monumento é uma coisa; saber conservá-lo e restaurá-lo é um assunto que assenta sobre outros conhecimentos (Choay, 2000: 127). A grande questão que se coloca é, de que forma é que as intervenções de conservação ou de restauro podem respeitar os valores inerentes aos monumentos históricos? Qual a posição a ter quando intervimos em património cultural? Mas ainda, num contraste entre novo e antigo, de que forma se pode evitar o desaparecimento de um bem patrimonial, sem no entanto, lhe causar uma morte contestável?

O gosto pelos monumentos medievais, destacou na França o teórico Eugène Viollet-le-Duc. Apoiando os ideais intervencionistas, segundo ele “Restaurer un édifice, ce n’est pas l’entretenir, le réparer ou le refaire, c’est le rétablir dans un état complet qui peut n’avoir jamais existé à un moment donné” (Viollet-le-Duc, 1866: 14 cit in Aguiar, 1999: 23) . Com isso, o autor defende o restauro à perfeita correspondência do estado mais puro do monumento. Para tal a análise histórica e arqueológicas, tornam-se fundamentais no processo de restauro para Viollet-le-Duc. Tomando o restauro como

uma disciplina independente, este destaca que para um projeto de restauro, é necessário ter um conhecimento rigoroso e uma exatidão estilística absoluta, não existindo margem para a criatividade ou opiniões pessoais; destaca a “remise en état” dos monumentos garantindo-lhes uma nova vida e a possibilidade de regresso enquanto valor arquitetónico e de um novo uso, prático ou memorial (Aguar, 1999: 24) . A visão de Viollet-le-Dic sobre o restauro, foi facilmente propagada pelo resto da Europa, mantendo-se como a doutrina oficial em vários países. No entanto, a oposição às teorias de restauro de Viollet-le-Duc, não tardaram a surgir.

Particularmente na Inglaterra, embora que numa fase posterior, John Ruskin, foi o primeiro decifrar os possíveis valores do património. Dando especial importância e apreço às virtudes dos edifícios antigos, este afirma que “a arquitetura é o único meio de que dispomos para conservar vivo um laço com um passado ao qual devemos a nossa identidade e que é constitutivo do nosso ser” (Choay, 2000: 121). O escritor inglês marca a sua posição no século XIX pelos seus ideais não intervencionistas, descritos na obra *The Seven Lamps of Architecture*, e define que o restauro é a pior forma de destruição que o edifício pode sofrer (Ruskin, 1849: 157 cit in. Choay, 2011: 32). A sua posição preconiza a manutenção e a reparação das lacunas de forma a lhes garantir resistência. Sem partir para a substituição, as intervenções contemporâneas devem seguir-se pelas tradições identitárias da memória do objeto em causa. Os sinais da história são um dos recursos mais valiosos do objeto (F.10), sem eles o objeto perde um elemento importante da sua verdadeira natureza. Esta posição leva a querer que o destino claro de cada monumento é a ruína. O monumento encontra-se condenado a sua progressiva decomposição. O pensamento de Ruskin marcou significativamente a história, das ideias de salvaguarda do património no decorrer do século XX. O constante confronto entre conservação e restauro, veio suscitar grande controvérsia.

Por outro lado destaca-se Riegl, como o primeiro a ter proposto uma interpretação relativa sobre o restauro. Apoiada na observação dos valores contraditórios que todo o monumento tem nele próprio, este afirma que no que diz respeito ao restauro, não pode existir nenhuma regra científica absoluta cada caso deve ser visto como um alvo único, com valores particulares (Choay, 2011: 33).

“As políticas modernas de património formam-se assim na Europa como o objetivo de preservar monumentos de pedra e cal de valor histórico, artístico ou científico excepcional; a autenticidade figura nesses escritos como importante marco das práticas de conservação e restauro.” (Arantes, 2009: 13)

As questões de património têm vindo a ser desenvolvidas através de um setor público a nível mundial, sobre forma de acordos e convenções. Destacando-se na 1ª Conferência Internacional para a Conservação dos Monumentos Históricos, a Carta de Atenas do Restauro de Monumentos de 1931. Esta consistiu numa série de propostas para melhorar as condições dos monumentos como elementos únicos, conservando-os, de maneira a ficarem para a posteridade.



F.10 — Escadas exteriores das Termas Romanas de São Pedro do Sul

FONTE Daniela Páscoa

Na 2ª Conferência Internacional para a Conservação dos Monumentos Históricos deu origem à Carta de Veneza de 1964 que ampliou o conceito de património. Inovou ao dar importância à arquitetura vernacular, como a considerar que não eram apenas o monumento como elemento único que era valorizado, mas também a composição envolvente, os usos e aspetos contextuais.

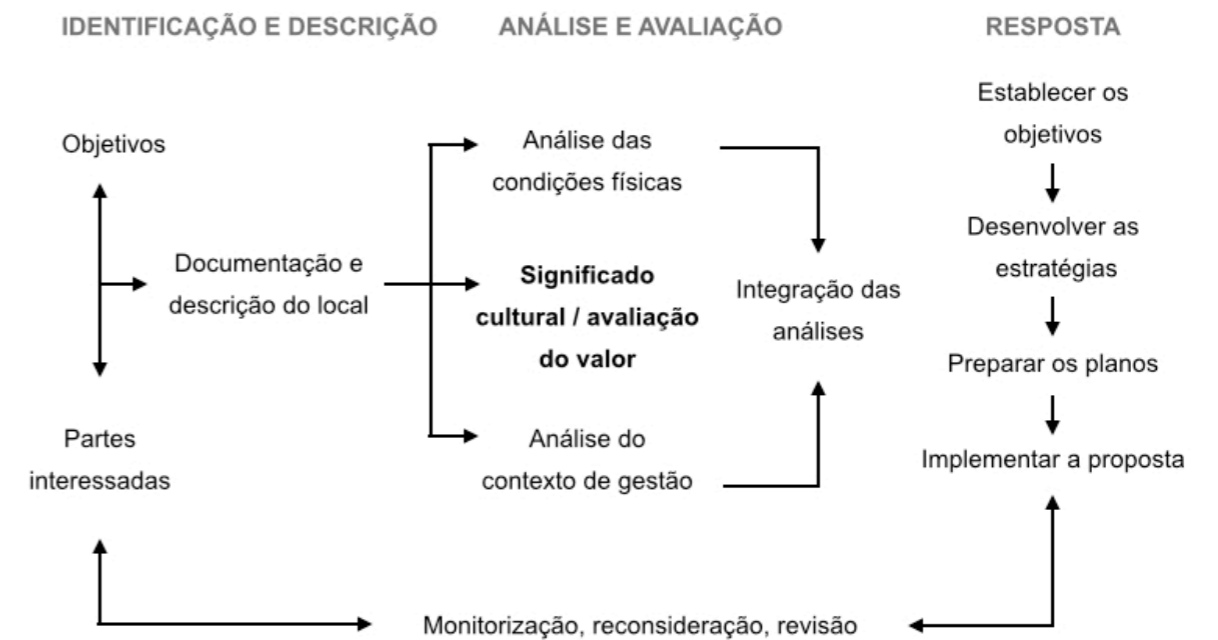
Foi na Convenção para a Proteção do Património Mundial de 1972 que realmente as questões do património começaram a ganhar outro rumo. Esta convenção “tornou-se o centro mundial de referência para o desenvolvimento das bases técnicas e conceituais da preservação, assim como o fórum onde se tem celebrado importantes acordos multilaterais sobre o assunto” (Arantes, 2009: 14); fez-se a distinção entre património cultural e património natural na afirmação de que ambos estariam cada vez mais ameaçados, e a sua degradação ou desaparecimento constituiriam uma perda para todos os povos a nível mundial. As entidades responsáveis hoje por este papel são essencialmente o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios - ICOMOS, o Conselho Europeu e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO.

Hoje, a necessidade de preservar o património cultural exige uma metodologia de planeamento centrada nos significados. É uma metodologia complexa que engloba três fases distintas mas interligadas entre si:

1. **A identificação e descrição** — é necessário, de acordo com a documentação e descrição do local, definir os objetivos e destacar as partes interessadas;
2. **A análise e avaliação** — partindo do significado cultural após uma avaliação dos valores, deve-se integrar a análise às condições físicas e contextuais da gestão do processo;
3. **A resposta** — deve essencialmente destacar os objetivos principais, a estratégia de intervenção, a preparação dos planos e por fim a implementação da proposta.

Este processo cíclico deve permitir que a qualquer momento seja possível fazer uma revisão das decisões, de forma a garantir um processo fiável (F.11)

Posto isto, facilmente se constata que as questões que envolvem a salvaguarda do património são complexas, por vezes contraditórias, discutíveis e nunca vistas como uma verdade absoluta. Partimos assim para uma análise sobre os princípios essenciais da conservação do património.



2.2.1 Critérios de intervenção: conservação e restauro

O Decreto Lei n.º 107/2001 referente ao regime de proteção e valorização do património cultural, o conceito de património cultural e os valores a este atribuídos pode entender-se de acordo o **Artigo 2º**:

1. Para os efeitos da presente lei integram o património cultural todos os bens que, sendo **testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante**, devam se objeto de especial proteção e valorização.

(...)

3. **O interesse cultural relevante**, designadamente histórico, paleontológico, arqueológico, arquitetónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico, **dos bens que integram o património cultural refletirá valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade.**

Quanto ao dever de preservação, defesa e valorização do património cultural, segundo o **Artigo 11º**:

1. **Todos têm dever de preservar o património cultural**, não atentando contra a integridade dos bens culturais e não contribuindo para a sua saída do território nacional em termos não permitidos pela lei.

2. **Todos têm o dever de defender e conservar o património cultural**, impedindo, no âmbito das faculdades jurídicas próprias, em especial, a destruição, deterioração ou perda dos bens culturais.

3. **Todos têm o dever de valorizar o património cultural**, sem prejuízo dos seus direitos, agindo, na medida das respetivas capacidades, com o fito da divulgação, acesso à fruição e enriquecimento dos valores culturais que nele se manifestam.

De facto, se na última década as preocupações de salvaguarda do património cultural parecem estar assente sobre um conjunto de bases definidas, esta nem sempre foi uma área de fácil compreensão, e provavelmente nunca o virá a ser. Geralmente, as intervenções de salvaguarda do património, são feitas e dirigidas por entidades “especializadas e competentes” na matéria.

Qualquer que seja a intervenção feita em edifícios patrimoniais, esta deve ser realizada com o máximo de sensibilidade possível. Convém perceber, antes de mais, as diferenças entre as várias possibilidades de intervenção em património:

— **Conservar** é um conjunto de ações de preservação e restauro afim de garantir uma maior durabilidade do objeto;

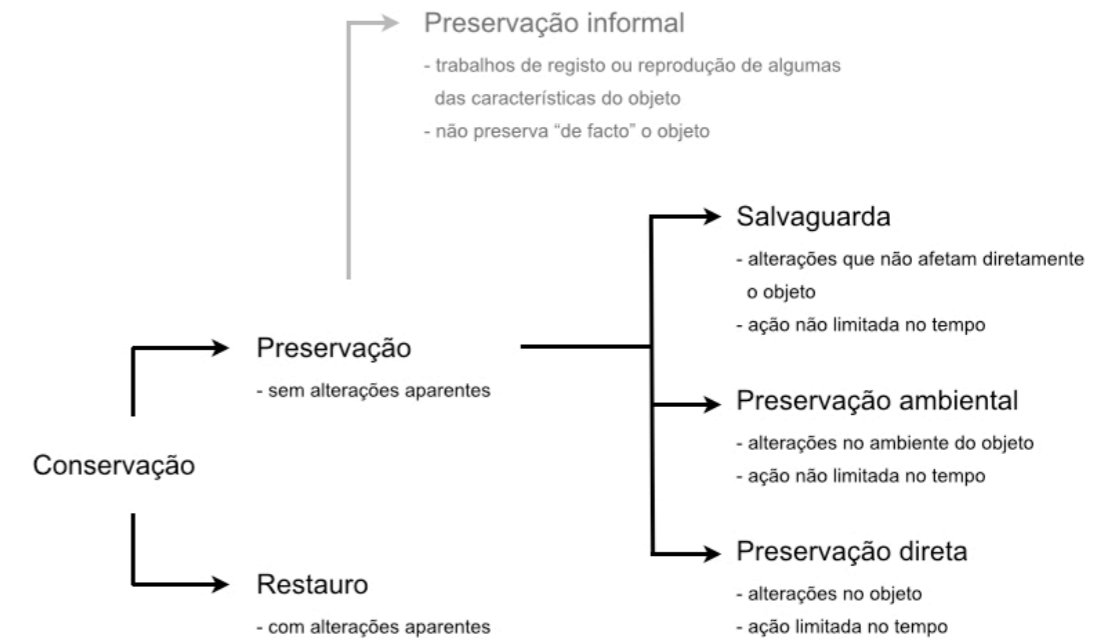
— **Preservar** é um conjunto de ações que aponta para a manutenção da integridade material do objeto prevenindo a sua deterioração a longo prazo, esta pode ser feita de forma direta ou indireta no objeto;

— **Salvaguardar** é toda a intervenção que visa a conservação sem implicar intervenções diretas no objeto;

— **Restauro** é qualquer intervenção, que cumprindo com os princípios da conservação e de acordo com um estudo prévio do objeto, visa a sua restituição legítima de acordo com a pertinência do seu futuro uso.

39

Estas possibilidades podem ser sintetizadas no seguinte esquema, adaptado de Salvador Muñoz Viñas:



São várias as possibilidades de intervir em património. Seja uma atitude de salvaguarda e/ou de conservação ou até mesmo de restauro é notório que antes da tomada de decisão, é necessário ter em conta um conjunto de normas. Apesar de cada caso ser um caso único, existem normas que devem ter um particular destaque. Por isso destaco a Carta de Cracóvia do ano 2000 (Lopes e Correia, 2014: 356, 357) no âmbito dos princípios para a conservação e o restauro do património construído. Onde, são propostas normas sobre conservação, manutenção e reparação, restauro e reconstrução, sintetizadas e colocadas em ANEXO. Assim como, outra declaração considerada pertinente, é a Carta da ICOMOS de 2003 sobre os princípios na análise, conservação e restauro de elementos estruturais do património (Lopes e Correia, 2014: 409, 410). Onde igualmente se destacou alguns pontos fundamentais e colocados em ANEXO.

A elaboração de um projeto de restauro é um processo bastante complexo que envolve alguns critérios. Geralmente o primeiro passo é fazer um diagnóstico detalhado sobre o estado de conservação do património a intervir. Definidos os objetivos e os possíveis intervenientes, de seguida deve-se analisar de forma detalhada a situação em que este se insere, quanto aos valores inerentes, à relação com as condições físicas e do contexto de gestão da envolvente. Consequentemente, é feita um cruzamento de todas as análises feitas anteriormente, para que no final estas ajudem a definir com maior exatidão, as medidas de conservação e restauro a ser implementadas. Já em processo de finalização, o passo a seguir é estabelecer uma estratégia interventiva, destacando os principais objetivos e os diferentes planos de intervenção para que seja finalmente implementada a proposta de conservação e restauro. Ao analisar esta última Carta, nota-se que nela estão expressas os princípios essenciais da conservação:

1. **Autenticidade:** inerente ao próprio objeto, considera-se autêntico o que é genuíno para uma cultura. Refere-se essencialmente ao alcance da verdade, no processo de conservação. Cada cultura é característica pelos seus significados particulares e únicos, o património constitui um reflexo dessa mesma cultura devendo ser respeitado.
2. **Conhecimento do Objeto:** as medidas de intervenção devem ser fundamentadas sobre o conhecimento do objeto, e sobre o meio em que este se insere. É necessário estudar o contexto físico e cultural, e respeitar toda a sua evolução histórica.
3. **Intervenção Mínima:** deve-se aproveitar ao máximo os materiais, elementos ou partes do objeto evitando a sua substituição ou renovação.
4. **Reversibilidade:** a solução de intervenção deve permitir ser removida no final da sua vida útil, sem causar danos aos materiais que se encontrem diretamente em contacto, sem interferir com a autenticidade do bem patrimonial sem implicar custos excessivos ou dificuldades de remoção. Deve ser possível a qualquer momento regressar à solução anterior.
5. **Compatibilidade:** as componentes físicas, químicas e termomecânicas dos materiais ou técnicas a usar, devem ser compatíveis com os materiais usados nas partes originais.
6. **Retratibilidade:** permite a repetição da aplicação de um determinado tratamento no tempo,

sem causar danos, incompatibilidade ou alterações das propriedades dos materiais tratados. Um tratamento que é hoje aplicado não deve inviabilizar futuros tratamentos, mesmo em caso de se desconhecer a sua reação a longo prazo com os materiais originais.

7. **Manutenção:** um processo contínuo de manutenção reduz a necessidade de intervenções de conservação ou restauro mais extensivas. A toda e qualquer intervenção deve ser assegurada a sua manutenção.

8. **Registo e Documentação:** quando é concluído um projeto de conservação ou de restauro, esta intervenção passa a fazer parte da história do objeto, logo é importante que todo o processo fique devidamente registado e reconhecido.

As estratégias de patrimonialização atualmente são vistas essencialmente por estabelecerem as suas ações de salvaguarda e conservação, sobre o risco de desaparecimento (F.11). No entanto, “essa é uma retórica falaciosa” (Fortuna, 2012: 25). Fica agora a pergunta se de facto as ações de conservação e proteção do património se encontram ligadas às necessidades de valorização e proteção dos bens tradicionais de cada cultura, ou se haverá novos interesses por de trás disto?



2.3. Um “novo” olhar sobre o Património Cultural

Mais do que a necessidade de garantir a longevidade do património enquanto marco de um passado que nunca mais voltará a existir, é a consciencialização que a preservação destes bens é benéfica no desenvolvimento económico das cidades. A relação entre património cultural e o estudo da economia era até aqui tratado de forma distanciada, mas nos últimos anos, nomeadamente pelo processo evolutivo do conceito de património e sobretudo pela percepção de que este pode trazer benefícios a nível social e económico nas cidades, causaram um “novo” interesse pelo património.

Atribuir-lhe o carácter de novidade poderá ser errado. Não se sabe ao certo se esta visão surgiu paralelamente à necessidade de preservar e conservar o património construído ou se foi por consequência desta, pela forte adesão das comunidades ao ponto de se tornarem rapidamente pontos de atração. O que é certo é que houve uma mudança; as questões do património passaram a fazer parte das políticas de desenvolvimento, reconhecendo o valor cultural dos bens patrimoniais, assim como, a sua utilidade social e económica.

“O património é um reflexo do nosso futuro mais do que do nosso passado. Por um lado, verificamos que a consciência patrimonial se manifesta a partir de um traumatismo de rutura. Ela é uma reação contra o desaparecimento que tem por objetivo promover a regeneração.”

(Peixoto, 2006: 67)

As cidades geralmente vivem de “símbolos”, podem ser meras recordações, memórias, ou pontos de interesse que marcam e fazem um local ser único e diferente dos outros. Quando abordamos o conceito de património, dificilmente conseguimos colocar de parte o seu envolvimento enquanto recurso turístico. Para uma maior atração das cidades, as cidades apostam cada vez mais numa revitalização dos focos patrimoniais. Não esquecendo que vivemos numa época onde a corrida à patrimonialização é cada vez maior, as cidades tentam a todo o custo destacarem-se no meio das outras, querem ser eternamente lembradas.

Como afirma António Arantes, a economia investe fortemente na “renvenção” da diversidade cultural, assim como na requalificação dos fragmentos de história sobrepostos e ligados a um dado lugar ou paisagem. As iniciativas de reabilitação do património são praticadas por um número crescente de atores e, ao mesmo tempo, tornam-se alvos de atenção de agentes publicitários e marketing (Arantes, 2009: 19). Os papéis da economia, da publicidade e do marketing estão interligados com uma única meta: cativar um maior número de turistas. São criadas ações de patrimonialização e produtos turístico-patrimoniais como estratégias para suportar uma política de desenvolvimento da cidade e afirmar os seus melhores bens, através desses mesmos recursos como pontos de chamariz.

Contudo, este “boom” na patrimonialização leva a determinar que “a sedução (ou emoção que o monumento gera sobre os públicos está ameaçada pela contínua repetição e, sobretudo, pela ausência de informação sobre o seu real significado” (Fortuna, 2012: 32). Vivemos numa época em que

os valores do património são vistos como pontos a favor para o desenvolvimento económico local. O fascínio pelo antigo, o gosto pelas origens, leva a uma grande procura a esses sítios de interesse, por parte da comunidade. Mas não nos podemos esquecer do que realmente é importante; é valorizar o que realmente tem valor. Os interesses económicos, apesar de serem uma grande ajuda, em caso algum devem corromper a verdadeira essência e causa de preservação do património.

3. TURISMO

3.1. Turismo Cultural



F.12 — Rio Vouga

FONTE Daniela Páscoa

O turismo tem merecido nos últimos anos uma particular atenção, enquanto fenómeno de grande importância a nível económico, social e cultural. Muito ligado a uma prática de lazer, o turismo veio abrir portas a novas fronteiras de conhecimento e acessibilidades a diversos bens, serviços e produtos culturais da sociedade (Fortuna e Ferreira, 1996: 4). É essencialmente uma atividade que gera mobilidade e consumo. As cidades apostam cada vez mais no turismo no âmbito da gestão e organização do território. Na preocupação de se tonarem cidades únicas, apostam na recriação de imagens e narrativas que procuram favorecer a identidade do lugar (Gomes, 2008: 55). O contributo do turista é fundamental nesse sentido. É através das relações criadas, sobre a adesão e a procura, que um dado espaço acaba por ganhar ainda mais valor. Um dos principais factores que melhor contribui para o incentivo ao turismo é a imagem visual inerente ao lugar.

“O domínio da imagem e do visual no contexto da cultura moderna corresponde a uma forma particular de representar o espaço e o tempo. (...) Instrumentalizados à medida que o consumo se apoia na cultura visual, o espetáculo e a imagem tornam-se o ingrediente por excelência do ato turístico” (Fortuna e Ferreira, 1996: 6-7)

Essas imagens são o que ficam na memória de cada indivíduo ao relembrar um dado lugar, espaço ou paisagem (F.12). São elas que nos fazem transparecer sentimentos deixando a marca na relação entre turismo e a qualidade aurática dos lugares.

As imagens enquanto representação própria da cidade, podem-nos chegar de várias formas e influências, nomeadamente, livros, postais, filmes, conversas entre outras. Acima de tudo, o turista é um observador, que ao olhar vai fazer sempre uma interpretação individual daquilo que vê. Essas interpretações individuais podem ser construídas ou condicionadas, por parte das entidades ligadas ao sector turístico, no desejo de promover elementos característicos da cidade. Com isso, as imagens como representações mentais são influenciadas tanto pelas experiências individuais, como pelas imagens publicitárias promovidas pelo marketing territorial (Gomes, 2008: 60). O desejo de que as cidades sejam associadas a uma imagem característica e a busca de qualidades intrínsecas, tem vindo a ser cada vez mais alvo de preocupação por parte das entidades ligadas ao sector económico e turístico das cidades. Estas entidades vêm dar nome à cidade, na vontade de construir narrativas e imaginários urbano, na tradução da obra física em paisagens construídas, que possam atrair e satisfazer a procura turística (Gomes, 2008: 63).

Apesar disso, é importante referir que independentemente de tentarmos, de certa forma, controlar o

que deve ou não ser visto, devido ao excesso de informação turística, o indivíduo irá sempre observar aquilo que melhor entende e irá sempre fazer a sua própria leitura. O turista passa a ser o ator principal.

O fascínio pelas cidades surge hoje, melhor do que nunca, ligado à temporalidade (Fortuna e Ferreira, 1996: 8). As cidades enquanto centros de arte são locais de forte procura, por oferecerem um conjunto rico de interesses culturais e patrimoniais, ligados à importância da cultura visual e aos valores históricos do lugar. A arquitetura histórica e monumental tornou-se um elemento essencial e por excelência da identidade local, suscitando maior interesse por parte dos turistas (Gomes, 2008: 57). O património histórico e cultural é de facto um dos maiores geradores da atividade turística, muito ligada às características - antiguidade, autenticidade, raridade e beleza - que melhor fazem transparecer emoções ao observador (F.13).

Na base das teorias de David Lowenthal, Carlos Fortuna reforça o carácter emotivo que o património promovido pelo turismo pode suscitar ao observador. Aponta para as emoções na partilha de um passado repleto de memórias pela **antiguidade** dos lugares, quanto à proximidade de uma comunidade juntamente com as características tecnológicas, artísticas e culturais inerentes a esta; o gosto pela descoberta de vestígios do passado reforça os sentidos de **original** e **raridade**, muito pela exceção em contraste com os progressos da sociedade contemporânea; a percepção evolutiva do passado como **continuidade** e **sequência** na acumulação dos valores culturais, recebidos por nós enquanto herdeiros, e na necessidade de nos tornarmos transmissores desse mesmos valores; e por sua vez a noção de **finalismo**, associado ao reconhecimento da capacidade de finalização de um projeto. Para além destas qualidades, Fortuna acrescenta, também a possibilidade de associar ao património as emoções de **autenticidade** e **beleza**, muito pelo aspecto do estado atual e do que seria na sua origem, assim como os aspetos estéticos dos elementos mais representativos (Lowenthal, 1975: 52-67 cit. in Fortuna, 2012: 27-28).

Em suma, o património e o fascínio pelo passado oferecem um conjunto de potencialidades e sensações geridas no momento entre a receptividade do objeto e o turista enquanto observador. Sensações estas que promovem as memórias de um lugar antigo em plena sociedade contemporânea. É por isso importante salientar a necessidade de promover e educar o conhecimento histórico e patrimonial, para que estas memórias não sejam esquecidas.

De acordo com a Carta Internacional do Turismo Cultural - CITC, de 1999, o património cultural pertence a todas as pessoas, cada um tem o direito e a responsabilidade de compreender, apreciar e conservar os seus valores universais. É fundamental em plena época de globalização preservar os valores patrimoniais, comunicar o seu significado e assegurar a sua conservação. Visto como uma das maiores atrações turísticas, devem ser implementadas regras que beneficiam as comunidades no sentido de proporcionar meios de motivação. É importante o envolvimento das comunidades e das entidades responsáveis para conseguir uma gestão de turismo sustentável e valorizar a proteção dos recursos para futuras gerações.

F.13 — Capela da Nossa Senhora da Saúde

FONTE Daniela Páscoa



3.2. Turismo sustentável na regeneração do Lugar

No seguimento do ponto anterior, é notória a importância do turismo cultural enquanto motor de desenvolvimento económico, social e cultural do local. No entanto, a consequência de um progresso descontrolado pode trazer efeitos negativos para a preservação do património. É nesta premissa que assenta a presente reflexão de turismo sustentável.

As preocupações sobre desenvolvimento sustentável ganharam maior ênfase nos finais do século XX e surgiram essencialmente da necessidade de solucionar problemas de utilização indevida dos recursos naturais. Entende-se por desenvolvimento sustentável, de acordo com o relatório de Brundtand (1987) da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento - CMMAD, o processo que vai de encontro às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras na satisfação das suas necessidades; é o desejo de uma vida melhor para todos no presente e no futuro. Este mesmo conceito veio reforçar a ideia que o ambiente, natural ou construído, tem um valor intrínseco superior ao seu valor como recurso turístico (Pinho, 2009: 207). O turismo sustentável deve, por isso, ter em consideração a preservação do património cultural respeitando os recursos naturais e culturais. No sentido que as preocupações ambientais, e a preservação das tradições são tidas em conta, é o dever do turismo sustentável garantir a proteção. Como sustentado por Ermelinda Oliveira e José Manso (Oliveira e Manso, 2010: 240), segundo a Organização Mundial do Turismo - OMT, as normas para o desenvolvimento do turismo sustentável devem obedecer:

- À otimização no uso dos recursos ambientais, mantendo-se os processos ecológicos essenciais;
- À conservação dos recursos naturais e a biodiversidade biológica;
- À autenticidade sociocultural das comunidades receptoras, conservando a base da sua cultura arquitetónica assim como valores tradicionais;
- À eficiência de benefícios socioeconómicos a todos os agentes.

É ainda possível reforçar, de acordo com o guia *Marking Tourism More Sustainable* (UNEP, 2005: 9), que para que o turismo seja desenvolvido de uma forma sustentável, tem de ter em consideração igualmente, quatro princípios fundamentais, são eles:

- **Sustentabilidade Ambiental:** a atividade humana deve estar em equilíbrio com o desenvolvimento e a proteção ambiental;
- **Sustentabilidade Económica:** deve promover uma melhor utilização dos recursos de forma a contribuir para uma gestão mais eficiente;
- **Sustentabilidade Social:** deve atender às necessidades da comunidade receptora, ao património histórico e cultural e à interação com os visitantes, de forma a aumentar o bem estar e o padrão de vida das comunidades locais, respeitando as tradições culturais;
- **Sustentabilidade Política:** necessita coordenar todas as iniciativas, no âmbito local, de forma a permitir a redução/ anulação das assimetrias regionais.

Embora que os autores tenham apenas considerado estes quatro princípios, eu apontaria para mais um, que considero igualmente importante, passando então a destacar cinco princípios fundamentais:

— **Sustentabilidade Cultural:** parte da necessidade de estabelecer recursos no âmbito local da região de acordo com as potencialidades culturais. Nomeadamente na consideração da identidade cultural e modo de vida da região, contando fortemente com a participação dos habitantes das decisões dos planos de desenvolvimento turístico.

De facto, todos os agentes envolvidos nas questões do turismo têm uma grande responsabilidade no desenvolvimento de uma gestão turística sustentável. O turismo pode realmente trazer numerosas vantagens para o desenvolvimento local, a vários níveis, mas a falta de consciência e a não consideração da sustentabilidade do turismo pode interferir negativamente no meio ambiente, nos objetos patrimoniais e até na própria sociedade.

Para que essa consciência seja mantida, entidades como o Programa Ambiental da Nações Unidas, a UNESCO e a Organização Mundial do Turismo debruçaram-se sobre o assunto e desenvolveram a Carta para o Turismo Sustentável em 1995 (Pinho, 2009: 209). Mais tarde surge a Carta Internacional para o Turismo Cultural proposta pela ICOMOS em 1999. Essencialmente esta última, possível de consultar em ANEXO, estabelece que:

“Todos os processos de reabilitação urbana que se venham a desenvolver em áreas turísticas, ou que visem a promover o turismo cultural como factor de desenvolvimento, passam a ter de garantir a sustentabilidade do sector. Terão assim de integrar os princípios necessários ao desenvolvimento do turismo, de modo a definir uma estratégia que promova o desenvolvimento local, sem pôr em risco o seu tecido social, económico, cultural ou patrimonial.”

(Pinho, 2009: 212)

II. ESTUDO DAS TERMAS ROMANAS DE SÃO PEDRO DO SUL

1. TERMAS DE SÃO PEDRO DO SUL

1.1. A origem e importância dos edifícios termais no Império Romano



F.14 — Vista aérea das Termas de São Pedro do Sul
FONTE Google Earth

Localizada no coração da Região de Lafões no distrito de Viseu, entre a Cidade de S. Pedro do Sul e a Vila de Vouzela, encontra-se uma das mais importantes estâncias termais do país: as Termas de S. Pedro do Sul (F.14). As águas são, aliás, reconhecidas como um destino de eleição como Turismo de Saúde e Bem-Estar, pelas qualidades e virtudes terapêuticas das suas águas, pela envolvência rica em história e belezas naturais. Este local antigo, que remonta ao século XI, foi tendo com o passar dos anos várias designações como “**Caldas de Alafões**”, “*Thermas da Rainha D. Amélia*” e, por fim, “*Termas de São Pedro do Sul*” (Oliveira, 2002: 13). Com dois Balneários em funcionamento – Rainha D^a Amélia e o D. Afonso Henriques – as termas são vivenciadas como um verdadeiro ambiente de estância de férias.

A origem das Termas de São Pedro do Sul está ligada aos primeiros vestígios de ocupação, os quais são ainda hoje pouco fundamentados, gerando alguma controvérsia. Acredita-se que as termas devem as suas primeiras edificações aos Celtas mas, por outro lado, existe quem defenda que estas nasceram durante o Império Romano. De facto espalhadas pela região de Lafões é possível constatar inúmeros vestígios arquitetónicos e arqueológicos que comprovam a passagem de diversos povos por estas terras, particularmente os romanos, cujas termas ganharam uma forte expressão devido à sua ocupação (Cruz, 1999: 59 cit. in Alpoim, 2010: 74).

Enquanto não se comprova especificamente a que civilização se deve a origem das termas, vão sendo encontrados vários vestígios pré-históricos entre as quais, dólmenes, castros, mamoa e pedras gravadas. No entanto segundo Ana Carriço, a ocupação das termas remonta já ao Paleolítico. Segundo a autora, esta civilização conhecida por saber aproveitar os recursos mais básicos da natureza, estabelecer-se-ia junto das nascentes termais, precisamente para tirarem proveito do calor das águas. Foram nomeadamente encontrados vestígios da sua passagem neste local (Carriço, 2013: 79).

A proximidade com o **Castro do Banho**, leva a crer que foi o local provável da origem das Termas de São Pedro do Sul. Os castros são conhecidos por serem um “modelo de habitat”, fortificados e compostos por várias edificações. Situados em locais de maior altitude, a sua ocupação devia-se sobretudo a por razões defensivas. A escolha destes locais obedecia a uma ordem estratégica, cujos critérios de seleção deveriam ser delimitadas com rigor, como a vista panorâmica e a proximidade dos cursos de água (Vaz, 1993 cit in Carriço 2013: 81). A sua possível ocupação encontra-se ligada já a práticas de tratamentos termais, cuja deslocação até ao local seria feita por trilhos junto à margem do Rui Vouga, ou mesmo, por navegação do mesmo. Muitos dos trilhos são ainda hoje usados no percurso turístico da rota do Castro do Banho. Para além deste, é possível encontrar ainda nas proximidades o

F.15 — Alçado principal
FONTE Daniela Páscoa



Castro da Senhora da Guia e o Castro da Cárcoda.

A edificação do primeiro balneário termal, naquele local “a cerca de 180m da nascente, aproveitando a depressão natural do terreno, provavelmente porque ajudava à captação e à concentração da água das chuvas, num local próximo da nascente de água quente, mas também do rio (para o arrefecimento e despejo das águas” (Carriço, 2013: 87).

1.2. Especialidades e particularidades

As Termas de São Pedro do Sul são conhecidas principalmente pelas suas águas únicas, contando com o contributo dos seus desenvolvidos balneários termais - o Balneário Rainha D^a. Amélia e o Balneário D. Afonso Henriques (F.16). Este fator contribui para que seja uma zona turística de grande interesse e de preferência. Os turistas/utentes procuram essencialmente desfrutar de todos os cuidados de tratamento de saúde ao mesmo tempo que o bem estar, o lazer e os laços sociais passíveis de serem criados, são vistos como uma mais valia na região.

Atualmente, o turismo de saúde encontra-se associado às bases essenciais daquilo que se pretende que seja estar em “boa forma”, com finalidades de melhorar o estado físico e psicológico. Uma vez que 28% dos utentes a nível nacional e 45% dos utentes da região centro, optaram pela frequência das Termas de São Pedro do Sul depreendemos que se constituem como uma escolha de excelência (Silva, 2012: 3). A grande afluência leva a que as termas proporcionem aos seus utentes um conjunto de atividades desportivas, lúdicas e culturais, da responsabilidade da empresa Termalitur - Termas de São Pedro do Sul, E. M., S. A., juntamente com a equipa responsável pelos programas de animação termal e em parecia com as unidades hoteleiras.

São vários os tipos de tratamentos oferecidos. Estes geralmente diferem de acordo com o tipo de águas e com o tipo de utilização pretendida. Neste caso, as virtudes terapêuticas das águas mineromedicinais das Termas de São Pedro do Sul, são essencialmente vocacionadas para doenças respiratórias, doenças de foro reumatológico e também para a medicina de reabilitação (Alpoim, 2010: 78).

Isto porque, de acordo com a informação disponível na página oficial das termas, estas águas contêm as seguintes características:

F.16 — Balneário Rainha D.^a Amélia e Balneário D. Afonso Henriques
 FONTE Daniela Páscoa

- Emergem à superfície a uma temperatura de aproximadamente de 68,7 ° C;
- Caudal de 10 litros por segundo (l/s);
- PH de 8,89 a 18°C;
- Água doce com reação alcalina elevada;
- As componentes: bicarbonatada, carbonatada, fluoretada, sulfidratada sódica e fortemente silicatada;
- Mineralização total: 303,4
- Sulfuração total: 22,8
- Alcalinidade total: 23
- Dureza: 0,8

Para além de existir um núcleo museológico, no Balneário Rainha D^a Amélia, onde se encontram equipamentos que retratam o passado histórico da termas, existe um bem ainda mais precioso: o edifício das termas romanas. Não existirá de facto melhor testemunho na percepção da evolução do termalismo, quer a nível arquitetónico, e funcional como à própria evolução da medicina termal. Encontramos, por assim dizer, nas termas romanas, a base e a origem do florescimento desta região.



2. CALDAS DE LAFÕES

2.1. O Balneum romano



F.17 — Ruínas: vista panorâmica
FONTE Daniela Páscoa

Construídas nos primeiros anos do século I da era cristã, num local apazível junto à margem do Rio Vouga, as antigas termas - Caldas de Lafões - afirmaram-se como as mais importantes do país. Se na época estas já eram fortemente reconhecidas, com o passar dos séculos, elas foram ganhando ainda mais notoriedade. Passando por vários processos evolutivos até os nossos dias, foram consagradas como Monumento Nacional em 1938 (F.17). Queria, antes de mais, salientar que a atribuição do nome Caldas de Lafões, apenas se deu a partir do século XII. No entanto, e por ser um dos primeiros nomes atribuído ao lugar, é desta forma que serão, doravante, referenciadas sempre que me reportar o balneário na sua origem.

Foi precisamente a partir do século XII que as Caldas alcançaram o seu momento de glória. Mais precisamente a partir do ano de 1169, com a vinda de D. Afonso Henriques que, segundo reza a lenda, aqui teria vindo para tratar as suas feridas causadas na batalha de Badajoz. Desde então o balneário passou a ser igualmente designado de “**Piscina de D. Afonso Henriques**” e, por ele, acredita-se que terão passado outros nomes da realeza, como é o caso de D. Manuel, responsável pela ampliação do edifício e pela consagração da Vila do Banho como **Hospital Real da Caldas de Lafões**. De facto apesar destas terem a sua origem na época romana, a partir daqui, o balneário passou a ter D. Afonso Henriques como figura central, ponto quase de parte as suas origens.

No final do século XIX, a verdade é que as instalações do velho balneário romano, quer em termos de capacidade, quer em termos de funcionalidade, já não satisfaziam as exigências e necessidades da crescente procura dos banhos termais (Oliveira, 2002: 83). Por essa razão, em 1885, a Câmara Municipal de S. Pedro do Sul empreendeu a construção de um novo estabelecimento balnear, que veio mais tarde a ser denominado de Balneário Rainha D. Amélia, igualmente ligado à vinda desta rainha ao local. Com a construção deste novo edifício termal, o edifício antigo foi praticamente extinto da sua função inicial, sendo apenas utilizado para banhos por pessoas de fracos recursos. Com isso facilmente destacamos o grande mérito do balneário romano, que se manteve ativo com a sua função primitiva durante séculos. Embora contando com algumas reformulações e melhoramentos, mantiveram-se sempre operacionais, deste o século I até finais do século XIX.

“O edifício, de fundação romana, manteve até hoje grande parte da sua estrutura primitiva. A sua contínua utilização como local de tratamentos termais, e a proteção dada pelos monarcas portugueses, ajudou a preservá-lo da destruição”

(Frade e Moreira, 1993: 518)

Com o edifício já desativado, este ainda foi sucessivamente ocupado. Na década de 30 as suas instalações albergaram uma escola primária, na década de 70 foi utilizado como café e na década de 80 serviu de arrecadação para barcos. A sua sobrevivência ao longo dos séculos, mais este peso das ocupações desajustadas, acabaram por acentuar mais o estado de degradação do edifício. Praticamente abandonado, o explanador das termas romanas estava já escondido e esquecido.

Foi então, a partir dos anos 50, que as escavações começaram a surgir, numa extensão de três décadas. A curiosidade e a vontade de saber mais, contribuiu para a descoberta de elementos importantes na compreensão da ocupação daquele espaço ao longo dos séculos (Frade e Moreira, 1993: 518). Dirigidas por Bairrão Oleiro, professor da Universidade de Coimbra sobre o apoio da Direção Geral dos Edifícios e Monumento Nacionais - DGEMN, as escavações levaram à descoberta da piscina exterior, que teria sido soterrada já há vários séculos, assim como foram descobertos os fustes e os capiteis (F.18), destacando-se um de cada, de origem romana, o que aumentou o interesse (Carriço, 2013: 86). Já numa fase mais recente, na década de 80, foram feitas escavações mais aprofundadas, percebendo com maior clareza a arquitetura e os ambientes ali vividos, por iniciativa de Helena Frade e José Beleza Moreira do Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico - IGESPAR.

O balneário romano foi o ponto de partida para que as Termas de S. Pedro do Sul conseguissem crescer e modernizar-se, sendo hoje a estância mais frequentada do país. Num local encarado como um centro turístico associada à saúde, ao prazer, ao desporto e ao lazer, com amplos recursos naturais e culturais, e crescente procura e o potencial do turismo termal foram alguns indubitavelmente, um dos fatores que contribuíram para a elevação da Vila de S. Pedro do Sul a Cidade em Junho de 2010.

F.18 — Fuste de uma das colunas descobertas
FONTE Daniela Páscoa



2.2. Características arquitetônicas e espaciais

Como já referido, não existe propriamente uma regra específica para a constituição das termas romanas. O uso e a finalidade das águas termais eram, na realidade, quem ditavam os tipos de tratamentos que, por consequência, interferiam na construção destes edifícios. Segundo González Soutelo, existem dois tipos distintos de edifícios termais (Soutelo, 2008 cit. in Carriço, 2013: 85):

1. Os edifícios com um carácter mais rural, localizadas em áreas do interior. Com aspeto mais tradicional e menos desenvolvidas e um forte carácter de devoção religiosa curativa. Destacam-se dentro destas:

- a) Os edifícios com uma estrutura mais simples, com o aproveitamento natural das águas e com carácter fortemente religioso;
- b) Os edifícios ligeiramente mais complexos onde as salas de apoio funcionam em torno da piscina central.

2. Ou então verdadeiros complexos urbanos. Edifícios de maiores dimensões e mais desenvolvidos, com estruturas mais elaboradas. Compostas por várias salas, ofereciam uma maior variedade de tratamentos.

Pode-se, por isso, constatar, nesta primeira observação, que as Caldas de Lafões se encontram subjacentes a descrição 1 a). Existe aqui uma particularidade que se destaca e que veio influenciar a perceção deste balneário romano: tratam-se de umas **termas medicinais**, logo o objetivo deste tipo de banhos era a cura. Fazer a distinção entre as termas higiénicas e medicinais é uma tarefa complexa pois ao contrário dos edifícios, públicos ou privados, de banhos públicos comum “os estabelecimentos termais medicinais romanos não obedeciam a nenhum sistema rígido de construção e organização interna de salas e compartimentos” (Frade e Moreira, 1993: 515). Destacando as Termas de Bath (F.19) em Inglaterra, construídas em 75 d. C, como um exemplo característico de umas termas medicinais.

De acordo com Ana Carriço, o que nos ajuda a distinguir estes edifícios de águas muito próprias, com particularidades que em termas comuns não existe de forma tão restrita, são os seguintes cuidados a ter:

- A construção destes edifícios devia ser feita muito próxima da nascente de forma a aproveitar as qualidades mineromedicinais da fonte;
- Devia aproveitar-se o calor das águas para os tratamentos, mas também para o aquecimento do próprio edifício;
- Uma manutenção regular deveria ser feita, de forma a que os minerais existente nas águas não danificassem as condutas;
- Não existia a maioria dos espaços, como das termas comuns, como é o exemplo do *hypocaustum*;

- O esquema funcional era simples, linear, determinado pelo percurso do utilizador;
- Configuração própria;
- Eram usados materiais que evitassem a degradação e desgaste do edifício;
- Inicialmente o percurso era ditado pelo próprio utente, mais tarde e de acordo com as recomendações médicas o percurso passou a ser ordenado;
- Sistemas desenvolvidos hidráulicos;
- Definição de áreas húmidas e áreas secas;
- Definição de áreas quentes e áreas frias;
- Definição de áreas “sujas” e áreas “limpas”;
- Eram criados locais para o culto das divindades, devido à crença na intervenção divina na cura das águas (Carriço, 2013: 83, 84).



F.19 — Termas Romanas de Bath
FONTE <http://www.panoramio.com/m/photo/42439608>

do século II e inícios do século III (Carricho, 2013: 85).

Posto isto, e partindo para uma análise construtiva mais específica, é fácil perceber que um edifício que foi mantido em funcionamento durante vinte séculos, tenha sofrido obrigatoriamente reformulações. Usando como referência o estudo da última escavação de Helena Frade e o contributo recente de Ana Carricho, destacam-se sobretudo três fases fundamentais, possíveis de constatar igualmente em ANEXO de acordo com a análise estratigráfica do edifício, realizada nas últimas escavações.

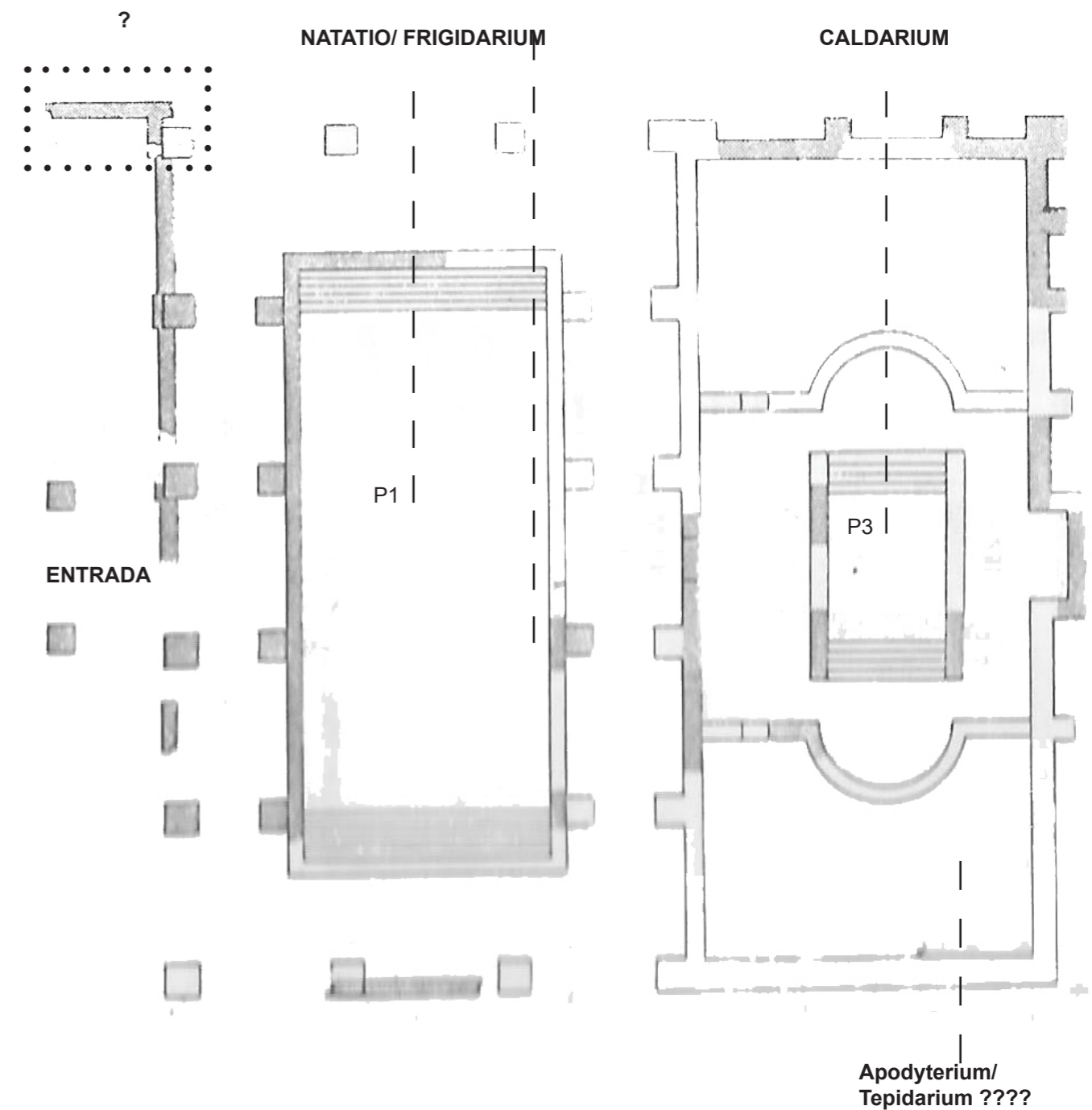
2.2.1. Primeira fase: século I

O edifício com planta regular e simétrica não obedecia à orientação indicada por Vitruvius - voltada a poente – foi antes orientada pelo eixo Norte/Sul. A entrada seria feita a meio da parede nascente, conotada pela existência de duas bases de colunas mais afastadas, sugerindo assim a presença de um pórtico de entrada que dava acesso à palestra, onde se encontra a *natatio* (Frade e Moreira, 1993: 524, 527).

É desconhecida qualquer outra extensão do balneário, mas tudo leva a crer que poderiam existir outros espaços adjacentes a este. Não creio que, todavia que fossem salas fundamentais de tratamento no circuito do utente, pois estas teriam de estar dispostas próximas nos espaços ainda hoje existente. Acredito, contudo, acredito que, se de facto, existiu uma extensão maior à que conhecemos hoje, esta poderá encontrar-se nos escombros da Capela de São Martinho, a oeste do edifício. É possível verificar que existem vestígios de paredes que parecem dar continuidade para sul e eventualmente oeste.

Com a construção da estrada possivelmente perdemos uma evidência de que o complexo seguiria para sul, embora não se estendendo em demasia devido ao declive acentuado do terreno. Existe ainda a possibilidade da extensão ter sido pelo lado este, mas novamente os estudos encontram-se comprometidos pela construção do balneário D. Afonso Henriques. Deixo assim em aberto, caso venham a ser feitas novas escavações, que estas sejam feitas próximas à Capela. Acredito que estas trariam informações positivas.

Nesta primeira fase (D.1), o edifício de um piso apenas teria duas piscinas: a piscina exterior P1, a *natatio* que corresponderia ao *frigidarium* de banhos frios e a piscina interior P3 (F.20), o *caldarium* de



ESCALA: 1/200

D.1 — Planta das Termas Romanas na 1ª fase
FONTE Daniela Páscoa



F. 20 — Antigas fundações da P3
FONTE Daniela Páscoa

banhos quentes (Frade e Moreira, 1993: 522). É possível destacar as seguintes características:

67

PISCINA P1

— As medidas da piscina seriam 20,50m de comprimento, 9m de largura e 1,50m de profundidade, cujo acesso se fazia através de 6 degraus em cada um dos topos;

— Era circundada por um pórtico com duas filas de colunas – *palestra*.

— As colunas junto à extremidade da piscina tinham um módulo menor que as restantes, provavelmente seriam mais baixas. Isto leva a pensar que o pórtico poderia ser coberto e este seria inclinado para o interior (Frade e Moreira, 1993: 524).

— O pórtico seria fechado com uma parede adossada à segunda fila de colunas;

— O pavimento da piscina assentava sobre uma camada de seixo de diferentes dimensões em cima de um maciço de granito, com revestimento em *opus signinum* (Frade e Moreira, 1993: 528);

— A água chegava pela ajuda de canaletas de granito;

— O escoamento da água era feito para o rio;

PISCINA P3

— Localizada no interior, encontrava-se limitada por duas absides – uma a norte e outra a sul;

— As medidas seriam 7,40m de comprimento, 5,40 de largura e 1,20 de profundidade, cujo acesso se fazia através de 4 degraus em cada um dos topos;

— O pavimento da piscina era constituído por seixo do rio de grandes dimensões, misturado com terra castanha e com revestimento em *opus signinum* (Frade e Moreira, 1993: 528);

— A sul e a norte existiam dois espaços que serviriam de apoio mas não se sabe ao certo qual seria a sua finalidade;

Quanto à execução das paredes, as exteriores apresentavam um aspeto irregular e grosseiro, alternando elementos de pequeno e médio porte, cuja ligação era feita com argamassa de areão. Os espaços vazios eram colmatados com pedras mais pequenas, colocadas irregularmente, ou com fragmentos de tijolo. As paredes dos alçados seriam suportadas por pequenos contrafortes (Carriço, 2013: 90). As paredes interiores, que suportavam grandes esforços, tinham aproximadamente 1,20m de largura, sendo compostas por grandes blocos de granito e colmatadas com argamassa (Carriço, 2013: 90).

As salas existentes nesta primeira fase pressupõem que existiria o tepidarium que, por se tratar de um edifício de reduzidas dimensões, poderia coincidir igualmente com o apodyterium. Este poderia situar-se no espaço de apoio a norte ou então como refere Carriço, este espaço estaria contido no mesmo espaço que o caldarium (Carriço, 2013: 95). Como já visto coincidente à piscina P3 estaria o caldarium e coincidente à piscina P1 o frigidarium. Acredita-se que o percurso seria feito alternando os banhos quentes com os banhos frios passando sempre, na transição desta pelo tepidarium, espaço morno. Nesta época já existia a separação dos banhos por sexo, não existindo espaços que separassem ambos, os banhos eram tomados em horários diferentes.

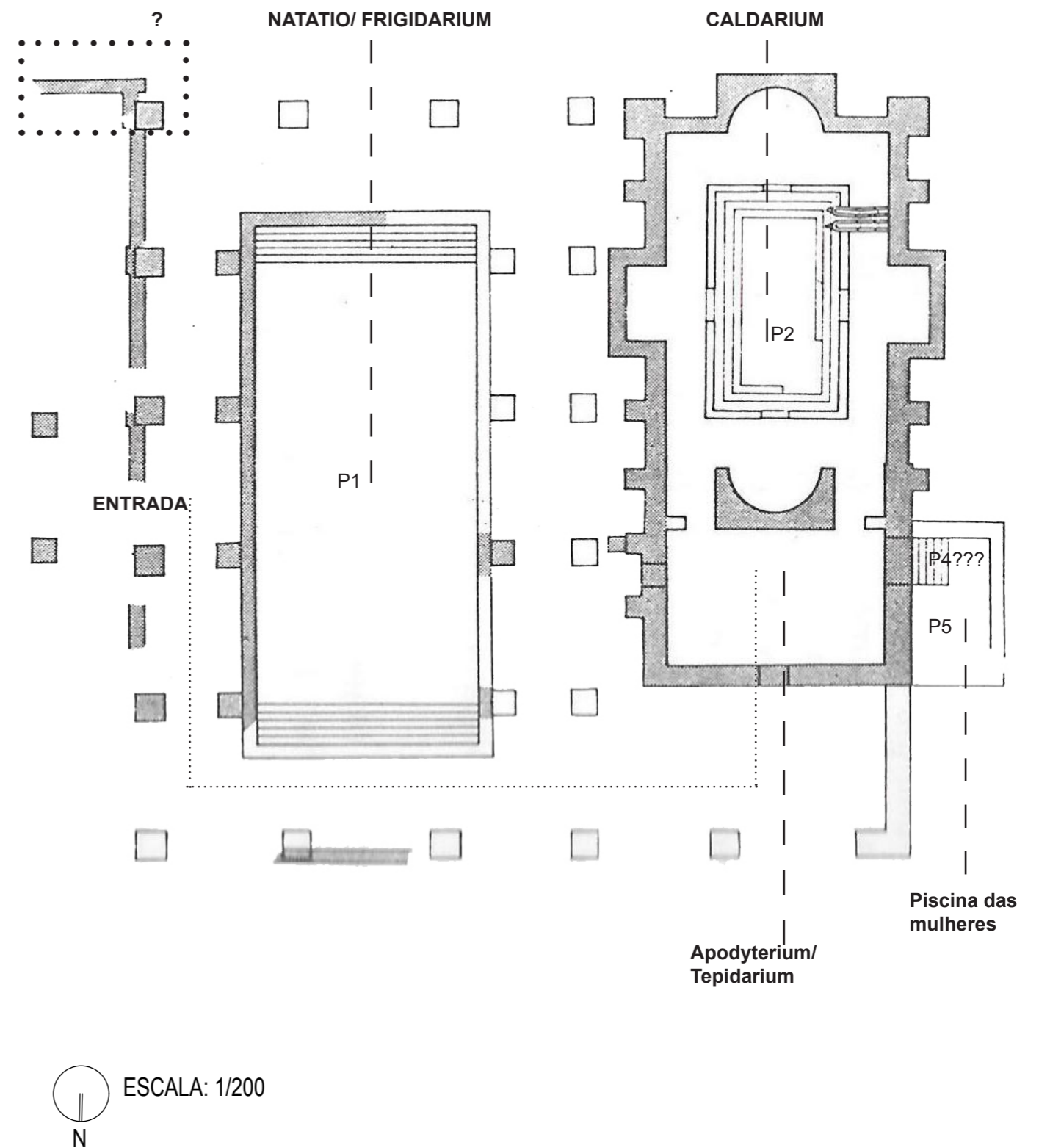
2.2.2. Segunda fase: final do século I e início do século II

O percurso do utente era, nesta fase, mais perceptível, embora mantendo a mesma lógica. A entrada manteve-se pelo lado oeste, atravessando o pórtilco de colunas que dobrava até a entrada do balneário no alçado norte. Chegava-se assim ao tepidarium/apodyterium, dando continuidade para os banhos quentes do caldarium e, por fim, aos banhos frios do frigidarium. Embora, segundo Carriço, após o apodyterium se seguisse possivelmente o unctorium, espaço onde os utentes podiam untar-se com óleos perfumados, passando depois para o laconicum, estufa de ar quente (Carriço, 2013: 102).

A principal alteração, foi a desativação da piscina P3 para a reformulação de uma nova: a P2, mantendo a sua função de caldarium. As principais características foram as seguintes (D.2):

PISCINA P2

- As medidas seriam 8,20m de comprimento, 4,70m de largura e 1,00m de profundidade, cujo acesso se fazia através de 3 degraus a toda a volta da mesma;
- A piscina assentava sobre uma camada de seixo do rio, colmatado a argamassa e constituída com lajes de granito (Frade e Moreira, 1993: 536);
- O revestimento era todo ele a argamassa avermelhada;
- Em volta da piscina, no centro de cada parede do alçado, havia uma abside;
- De um piso apenas, sabe-se que a piscina nesta fase era coberta por uma abóbada de berço.



D.2 — Planta Termas Romanas 2ª fase
FONTE Daniela Páscoa

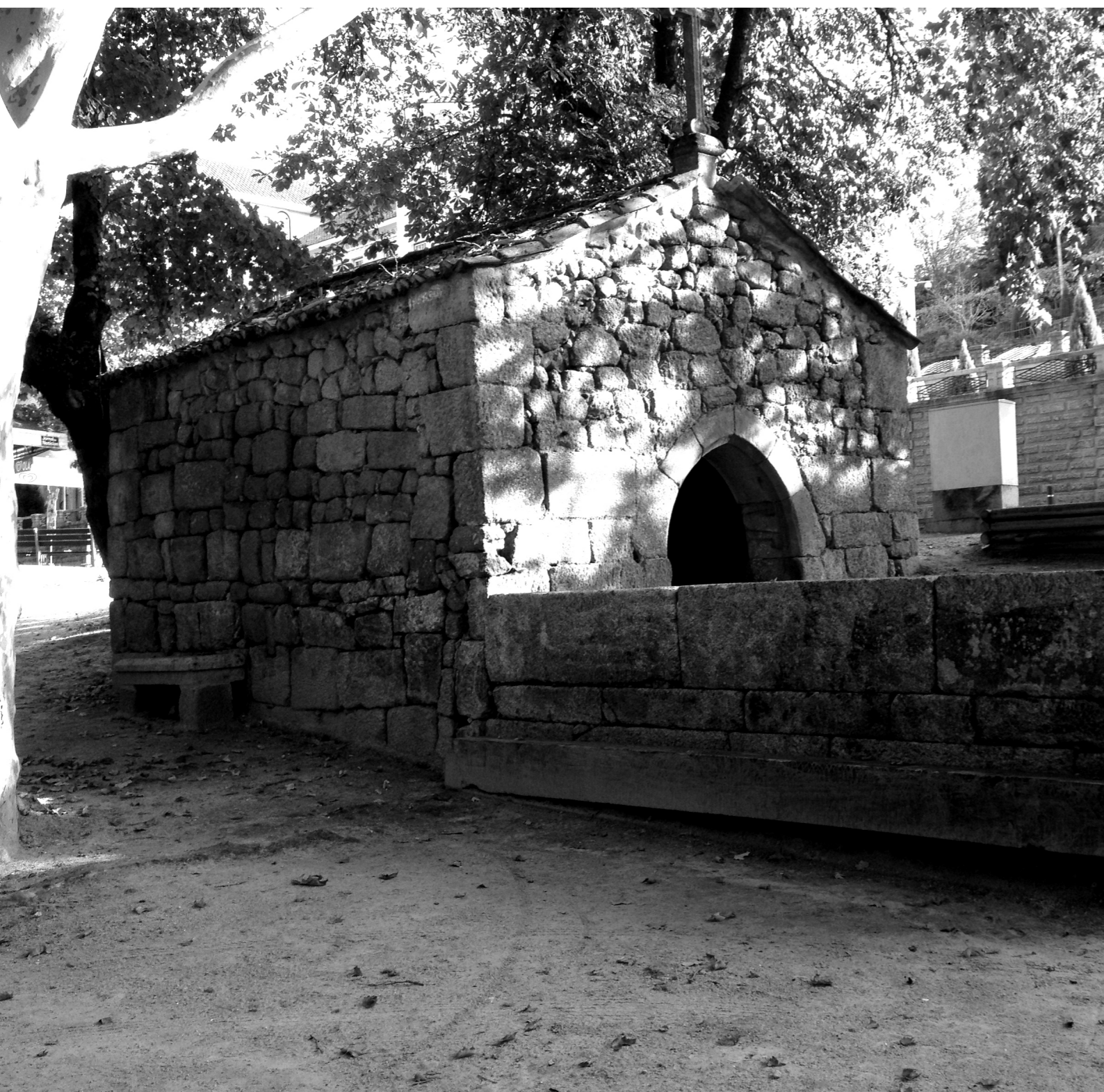


F. 21 — Vestígios de tijolo
 FONTE Daniela Páscoa

As paredes eram compostas por um aparelho misto e irregular, parcialmente construídas com pedra de talhe, em granito. A largura destas podia ser variável entre 60/70 cm de largura. Apesar da irregularidade, já apresentavam um cuidado de acabamento aperfeiçoado, com juntas bem definidas. O revestimento das paredes, nesta fase, passou a ser em *opus quadratum* (Frade e Moreira, 1993: 521). Junto ao arranque da abóbada de berço, eram colocadas fiadas de tijolo como técnica de encaminhamento dos arcos, ainda hoje bem visíveis nas paredes (F.21).

Os acessos eram feitos, para além da porta de entrada na parede norte, sendo que, existiam mais três portas. Duas delas contornavam a abside e davam acesso à piscina P2, outra situava-se na parede a nascente que garantia a passagem para a piscina exterior P1 e por fim, uma porta na parede a poente que dava acesso a um novo compartimento. Este novo espaço desperta alguma curiosidade. Sabe-se que, nesta fase, foi feita a piscina P5, mas que esta foi uma reformulação da P4 (Frade e Moreira, 1993: 538). Ora aqui levanta-se algumas questões interessantes: em que altura terá existido a piscina P4? E em que condições? Se de uma fase para a outra este acréscimo apenas surgiu nesta época ou elas apareceram em simultâneo, funcionando lado a lado ou então a premissa de que uma veio substituir a outra deveria ser mais argumentada? Este espaço, com a piscina P5, serviria de usufruto das mulheres (Frade e Moreira, 1993: 538).

Numa apreciação geral nota-se que existe uma grande discrepância desta fase para a anterior, nomeadamente a nível das paredes do balneário. Dá a entender que o edifício diminuiu a sua área, dando a sensação que as paredes foram deslocadas. Na minha opinião pessoal dificilmente isto poderia acontecer. Acredito que a planta desta segunda fase seria a configuração original do edifício, podendo ter os espaços da primeira mas os alçados, estes não poderiam ser tão distintos. A não ser que as paredes tivessem sido demolidas e levantadas novamente com uma nova configuração, o que duvido. Nota-se também a proximidade da pequena Capela de S. Martinho (F.22) - mandada construir por D. Afonso Henriques na sua vinda às termas – com o balneário. Pouco foi estudada a relação que poderia existir entre ambos os edifícios, mas gostaria de expressar uma curiosidade: a capela encontra-se alinhada a uma fila de colunas (F.23) assim como aos vestígios de um muro que parecem ligar ao edifício termal. Se a capela teria um acesso distinto ou se poderia ser de maior dimensão é um facto ainda a analisar. A proximidade com o balneário não pode ter sido um acaso, eles deveriam provavelmente estar interligados.



F. 22 — Capela de São Martinho
FONTE Daniela Páscoa



F. 23 — Alinhamento das colunas com a Capela de São Martinho
FONTE Daniela Páscoa

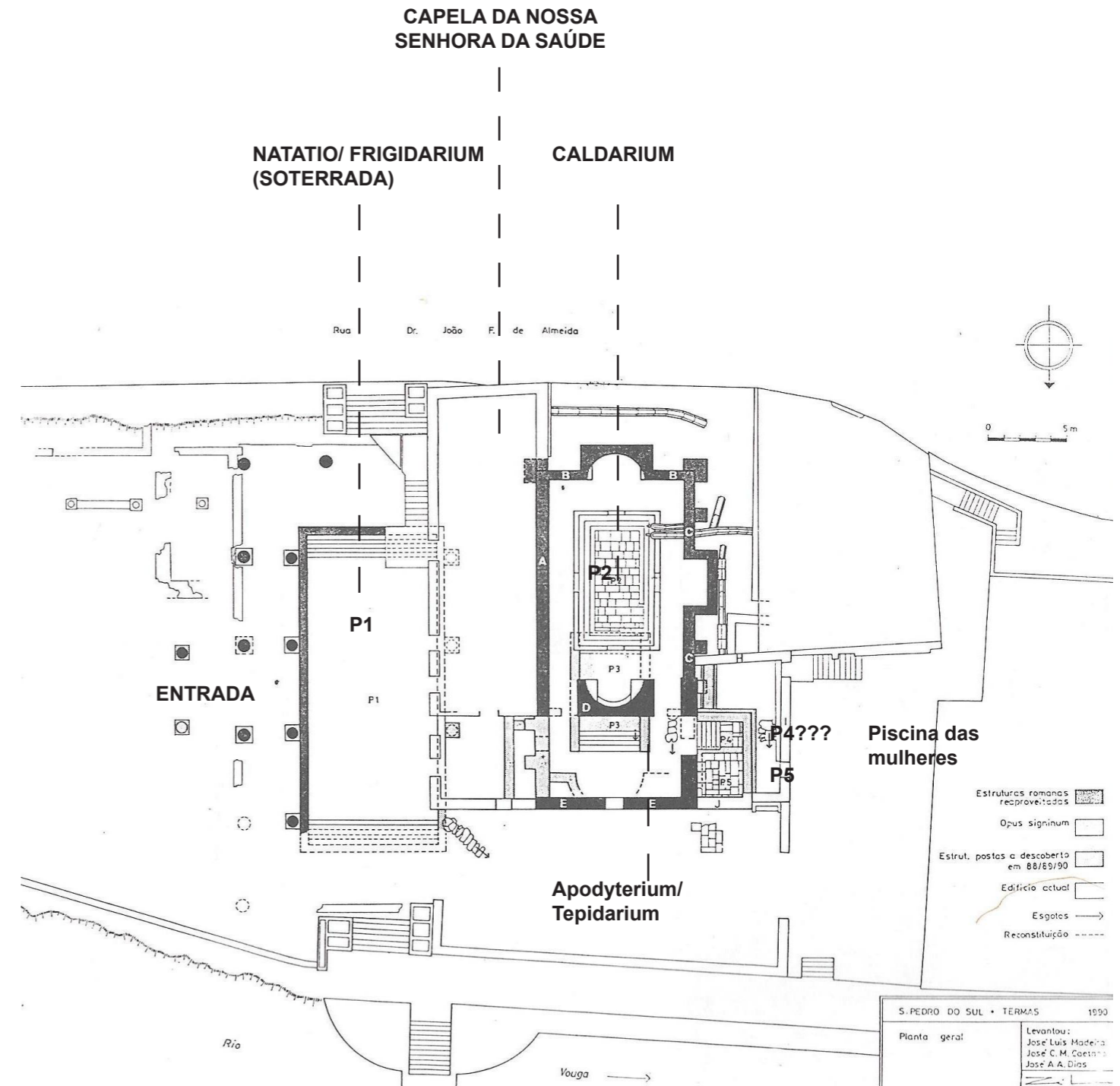
2.2.3. Terceira fase: final do século XVI e século XVII e XVIII

Se devemos a alguém a imagem que é mantida até os nossos dias ainda, é ao rei D. Manuel. Foi nesta fase que o balneário sofreu as alterações mais marcantes. A nível de funcionamento pode dizer-se que foi a época de ouro das Caldas de Lafões. Embora que a sua importância já lhe tivesse sido conferida com a vinda de D. Afonso Henriques no século XII, mas foi D. Manuel, séculos mais tarde, que notou a falta de um hospital naquela região e tomou a decisão de usar as instalações do balneário romano, ampliando a construção e fazer surgir dele o **Hospital Real das Caldas de Lafões**. As alterações passaram pelo aproveitamento da estrutura pré-existente e das diferentes salas dos banhos, ajustando o balneário à sua nova exigência programática (D.3).

Aproveitando o duplo pé direito do edifício romano foi criado um segundo piso. O que leva a crer que o rés-do-chão servia essencialmente como zona de tratamento, mais social, ao passo que piso superior se destinava a ser uma área mais reservada de descanso. Assim como foi acrescentado outro volume adjacente ao balneário romano, que corresponde à Capela da Nossa Senhora da Saúde (F.24) e aos aposentos do Hospital das Caldas de Lafões. A Capela teria um caráter restrito, destinada sobretudo aos utentes. Construída como acrescento do alçado oeste, acredita-se que nesta época a piscina P1 estaria desativada e, muito provavelmente, estaria já, nesta época, soterrada – permanecendo neste estado até os anos 50, do último século. Estariam por isso, apenas em funcionamento as piscinas P2, mantida como caldarium, e a piscina P5, reservada às mulheres. Mais tarde, o acrescento da sala da piscina P5 foi, no início do século XIX, desativada. O espaço passou a ser usufruído como aposento onde existiam quatro banheiras forradas a azulejo, ainda hoje visíveis (F.25).

O granito foi predominantemente usado sem qualquer tipo de reboco. Os blocos de origem romana foram rematados por outros novos blocos de pedra ordinária. No interior foi usada sobretudo a madeira, quer nos pavimentos, quer nas paredes divisórias e na estrutura da cobertura.

Aqui levanto, novamente, a questão sobre a evolução de uma fase para a outra. Na fase anterior, o alçado a este, pressupunha a existência de contrafortes que sustentavam a parede. Nesta fase, a mesma parede passa a ter um caráter mais linear, não existindo vestígios dos supostos contrafortes. Outra observação é a construção do volume da capela, ostentava que a piscina P1 estaria soterrada. Até poderia ser verdade, mas isso não quer dizer que não tivessem tido conhecimento da sua existência. É de reparar que o alçado principal, quase que coincidiu com a extremidade da piscina. Assim como o volume foi assente sobre as bases das colunas da palestra que circundavam a mesma - descobertas mais tarde nas escavações arqueológicas - coincidência ou aproveitamento das fundações?



D3— Planta Termas Romanas 3ª fase
 FONTE Daniela Páscoa

2.2.4. Uma visão atual: século XXI



F. 24 — Capela da Nossa Senhora da Saúde
FONTE Daniela Páscoa

A desativação da sua função primitiva e a sucessiva ocupação por parte de outros serviços, vieram ditar o grande nível de degradação em que hoje se encontra o edifício. Hoje o balneário apresenta-se, aos nossos olhos, como um amontoado de pedras - “são ruínas silenciosas mas ainda cheias de vozes” (Silva, 2014: 13). Existiu, e ainda existe, uma grande falha no tratamento de salvaguarda e conservação do monumento – agora sim já nos podemos referir ao monumento. Classificado no ano de 1938, parece que esta “etiqueta” pouco ou nada lhe veio trazer benefícios. Quase inalcançável é hoje posto de parte ao passo que a morte assistida parece ser o seu destino mais provável.

Na década de 90 um forte temporal causou a queda de parte do alçado norte e este - espaço este que teria as escadas de acesso ao piso superior. O recinto encontra-se preenchido por aglomerados de pedras: fragmentos das paredes que ruíram, das colunas que desapareceram, das cantarias que deixaram de funcionar, entre outros. Todas elas com uma função, mais parecem estar dispostas como meras peças de puzzles com vontade que as voltem a encaixar no sítio certo. As cheias causadas na tempestade levaram partes essenciais e estão hoje provavelmente perdidas no leito do rio Vouga. Apenas com uma análise detalhada, pedra a pedra, seria possível restituí-la ao seu local de origem. Mas, em vinte séculos de existência, é natural que se tenha perdido, com as alterações construtivas em épocas que os valores patrimoniais de preservação ainda não eram uma preocupação, dificilmente conseguiríamos fazer uma reconstituição perfeita das diferentes fases evolutivas do edifício.

Estas mesmas fases foram devidamente fundamentadas pela arqueóloga Helena Frade que dedicou o seu tempo na descoberta das verdadeiras origens do edifício. Sendo o único estudo fiável das ruínas romanas é importante, antes de mais, deixar claro que sem este forte contributo parte da história do edifício seria, ainda hoje, ainda uma incógnita. Contudo existem algumas contradições e discrepâncias de umas fases para as outras, as quais ainda merecem ser revistas.

Hoje, o antigo balneário encontra-se vedado. Os únicos que, esporadicamente, lhe fazem uma visita são os responsáveis da limpeza. É, no entanto, uma limpeza muito superficial aquela que a Câmara de São Pedro do Sul tem vindo a executar, passando pela retirada da vegetação selvagem que teima em impor-se sobre as ruínas. A preocupação por parte da entidade camarária pode ser forte, mas sem o contributo do IPPAR, responsável pelo monumento, ocorrem longos anos de espera na tomada de uma decisão. Quem por ali passa vê um património ao abandono que ainda se mantém em pé pelas quantidades de escoras que o amparam. Faltando-lhe grande parte da cobertura e com um piso extremamente irregular, principalmente devido às escavações feitas no local, é evidente que urge um processo de reabilitação e conservação, deste grande testemunho com vinte séculos de história, antes que seja tarde de mais.

III. PROPOSTA DE REABILITAÇÃO

1. Conceito e princípios de intervenção



F. 25 — Banheira com azuleijos
 FONTE Daniela Páscoa

Quando se trata de fazer a relação entre património cultural e turismo cultural, existem três tarefas fundamentais e indissociáveis,:

1. **Conhecer e Investigar;**
2. **Proteger e Conservar;**
3. **Valorizar e Divulgar.**

Partindo da abordagem da “divulgação” é importante destacar que o turista, como observador de um monumento arquitetónico ou de um sítio arqueológico vai, instintivamente, proceder a um exercício racional, abstraindo-se do estado real em que se encontra o objeto; irá tentar entender e procurar a objetividade perdida possível de reconstruir através da sua imaginação subjetiva (Pereira, 2001: 6). De acordo com Pérez, o autor Freeman Tilden, o qual terá sido o primeiro a falar sobre o conceito de Interpretação. Este defende que a interpretação deve explicar questões ligadas à experiência do visitante, e que esta não é mais do que uma descodificação baseada na informação (Tilden, 1977: 110 cit in Pérez, 2009: 224).

Quanto à interpretação do património cultural, pode afirmar-se que esta é a arte de revelar os significados a um público específico, é oferecer ao visitante um conjunto de imagens e memórias que remete para um acontecimento marcante, uma civilização perdida, uma vivência única. Seja qual for o fator cultural, o desejo é apelar à imaginação do observador.

“A interpretação é entendida como a arte de dar a conhecer e tornar acessível o sentido e o significado dos bens culturais e dos modos de vida dos grupos humanos (...) A interpretação é, pois, um sistema de descodificação de mensagens que têm níveis de complexidade diversos e uma forte carga de ambiguidade. A interpretação é sempre um ato de comunicação que torna algo inteligível, mas que ao mesmo tempo converte o património cultural em “ativo” da procura”
 (Pérez, 2009: 226)

É um facto que a interpretação é um campo tão vasto que depende em muito da imaginação, dos conhecimentos e da experiência de quem observa. Nunca uma interpretação é feita de igual forma para duas pessoas distintas. Em parte, o desenvolvimento da interpretação como um lugar gerador de novas experiências a de dinamização, deu-se pela crise da teorias museológicas tradicionais, onde as sensações podem ser consideradas bastante limitadas. O principal objetivo é essencialmente destacar os sentidos que permitam: ver, situar, explorar, observar, sentir, compreender, reviver,

TERMAS DE S. PEDRO DO SUL

HÁ MAIS DE DOIS MIL ANOS A PROMOVER SAÚDE E BEM ESTAR



Construção do
Balneário Romano

Testemunhos
castrejos

Fim do Império
Romano
do Ocidente

476



D. Afonso Henriques
concede Foral a Vila
do Banho (concelho)

Primeiras notícias
sobre as denominadas
Caldas Lafonenses

1100

1152

D. Afonso Henriques
trata nas Caldas
Lafonenses da fractura
da perna que
sofreu na batalha
de Badajoz

1169



D. Manuel I desenvolve
as Caldas Lafonenses
e cria o Hospital Real
das Caldas de Lafões

1500

D. Manuel I
concede novo Foral
à Vila do Banho

1515

Câmara Municipal
de S. Pedro do Sul
decide construir um
moderno Balneário
que substitua o
Hospital Real das
Caldas de Lafões

1884



Rainha D. Amélia
vem pela primeira
vez ao Balneário
para obter cura para
os seus "achaques"

1894

Decreto Real
determinando que
as Caldas de Lafões
se passem a denominar
Caldas da Rainha
D. Amélia

1895



As Caldas da Rainha
D. Amélia passam
a denominar-se Termas
de S. Pedro do Sul

1910

Inauguração do novo
Centro Termal e início
da modernização do
Balneário Rainha
D. Amélia

1987



Abertura ao público
do renovado Balneário
Rainha D. Amélia

2001

Início das obras
de ampliação e
modernização
do Centro Termal

2006



Inauguração oficial
da remodelação
do Balneário
D. Afonso Henriques

2008



Lançamento da 1.ª Linha
Dermocosmética das
Termas de S. Pedro do Sul

2014

a.c. 0

entre outras (Pérez, 2009: 227,228). Quando se trata de património cultural, este geralmente é relativo a um tempo e a um determinado espaço, podendo ser interpretado de várias formas e por diferentes observadores de épocas distintas. Alcançar essa pluralidade é o principal objetivo de uma boa interpretação.

Os locais passíveis de interpretar são chamados de centros de interpretação. São locais cuja interpretação é o principal suporte e tendem a satisfazer uma nova procura social, ao mesmo passo que ajudam a realizar a gestão dos bens culturais e patrimoniais (Pérez, 2009: 237). Como Pérez clarifica, os centros de interpretação são equipamentos destinados à apresentação, comunicação e exploração do património cultural. Acolhem os turistas e dinamizam, in situ, os recursos culturais do espaço, oferecendo uma leitura interpretada de simples contemplação. Existem sobretudo para construir um olhar sob o património cultural (Pérez, 2009: 237). Estes centros buscam geralmente o reviver de uma história, criando verdadeiras performances culturais.

Posto isto, encontra-se justificada a escolha de propor para o antigo balneário romano: um **Centro de Interpretação das Caldas de Lafões**. Nome este que foi escolhido por ter sido umas das primeiras designações do local, embora que não seja o mais popular. Mas seria realmente ingrato fazer referência a D. Afonso Henriques, quando o principal fundamento deste estudo são as suas origens romanas. Aqui pretende-se sobretudo, partir para uma proposta interventiva de conservação e reabilitação do edifício, dando-lhe uma nova função programática que permita mostrar ao público qual seria a verdadeira origem dos banhos públicos nas Termas de São Pedro do Sul. Não se trata apenas de preservar o edifício como monumento nacional. Este é um elemento do património histórico e arquitetónico de grande valor, que perdurou durante vinte séculos (F.26). Existe, sim, a vontade de o fazer subsistir ainda muitos mais anos, mas a intervenção vai para além disso. Mais do que preservar o edifício é imortalizar as tradições e as vivências, os rituais dos banhos públicos. O balneário é, por si só, considerado património cultural material, mas porque não destacar a sua função como valor imaterial? De acordo com o artigo 2º da Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (Lopes e Correia, 2014: 388,389), é possível destacar a seguinte definição:

1. Entende-se por “património cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos, e aptidões – bem como os instrumentos, objetos, artefactos e espaços culturais que lhes estão associados – que as comunidades, os grupos e, sendo o caso, os indivíduos reconhecem como fazendo parte integrante do seu património cultural. Esse património cultural imaterial, transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu meio, da sua interação com a natureza e da sua história, incluindo-lhes um sentimento de identidade e de comunidade, contribuindo, desse modo, para a promoção do respeito pela diversidade cultural e pela criatividade humana (...).

Considera-se assim que os banhos públicos como prática social ou ritual de bem-estar devam, por

F. 27 — Nicho principal do caldarium
FONTE Daniela Páscoa



isso, fazer parte do património cultural imaterial característico da região. Tendo dois balneários em funcionamento seria o reviver das origens. Perceber a evolução e o progresso dos banhos públicos, desde a época romana até aos nossos dias, seria mais um contributo histórico e cultural para a região, que já prospera em torno dos banhos termais e de toda a sua mística.

O Centro de Interpretação das Caldas de Lafões permitiria, assim, dar a conhecer o património arquitetónico (F.27), tendo em conta que tornar aquele espaço visitável, pode colocar em risco a preservação do edifício. Por essa razão será traçado um percurso, que embora não seja o percurso típico do utente romano, se considera que seja o mais adequado para facilitar a circulação, sem interferir na lógica da interpretação do espaço. Esta geralmente é uma das problemáticas dos centros de interpretação. Como a intenção de dar a conhecer o património cultural este, por vezes, ainda provoca mais o seu desgaste. A intervenção visa que sejam respeitadas as normas descritas na Carta sobre a Interpretação e a Apresentação de Sítios Culturais (Lopes e Correia, 2014: 449,456), possíveis de consultar em ANEXO.

No que diz respeito à intervenção de conservação e reabilitação, pretendeu-se que fossem respeitados os princípios essenciais de acordo com as seguintes escolhas:

- A intervenção deve respeitar os traços de **autenticidade** do balneário romano;
- Foi adquirido um **conhecimento do objeto** rigoroso, que facilitou as escolhas de intervenção;
- O processo utilizado foi o da **intervenção mínima**, em que a ruína é quase toda ela respeitada na sua essência. Em casos de reconstrução, esta é feita de acordo com os dados adquiridos do conhecimento do objeto;
- As escolhas de projeto permitem que a qualquer momento os atos sejam **reversíveis**, podendo voltar ao ponto inicial, sem interferir na ruína;
- Os materiais escolhidos são distintos aos materiais existentes. A escolha é feita sobretudo tendo em conta a **compatibilidade** entre eles, sem interferir negativamente na ruína;

Sendo um edifício em ruínas, não é inesperado concluir que este se encontra num evidente estado degradado de conservação (F.28). Olhando para os diferentes materiais, constata-se que o elemento predominante é sobretudo a **pedra**. Existem, para além deste:

- **Madeira**: nomeadamente nos elementos estruturais na cobertura, nas carpintarias e caixilharias, guardas, pavimento e tetos. Para além destes ainda se encontra presente o altar da Capela, igualmente em madeira.
- **Cerâmica**: particularmente os azulejos das antigas banheiras, nas paredes da capela e numa

F. 28 — Interior da Capela da Nossa Senhora da Saúde
 FONTE Daniela Páscoa

área reduzida do antigo apodyterium. Para além destes ainda se encontram vestígios de tijolo nas paredes e, em maior quantidade, no revestimento da cobertura.

— **Rebocos**: é ainda possível encontrar algumas paredes rebocadas, como as paredes do hall de entrada que contém as escadas de acesso ao piso superior, as paredes do coro e, embora que pontualmente, nas paredes da Capela.

A sobrevivência das termas romanas, ao longo dos séculos, demonstra sobretudo anomalias de carácter estrutural, especialmente evidenciadas pelo desaparecimento de grande parte da cobertura e pela derrocada de algumas paredes, causadas sobretudo pela evolução do tempo, por agentes naturais, e claro, pela falta de manutenção. O facto de se tratar um edifício antigo, a sua crescente alteração construtiva e ainda a variação de ocupação, foram circunstâncias que vieram acentuar ainda mais a degradação do edifício. Existem ainda anomalias causadas pela humidade, cuja ausência da cobertura favorece o crescimento da vegetação selvagem no interior, como por exemplo, o caso da proximidade da parede sul da Capela com a estrada, condição que faz com que as canalizações causem infiltrações no seu interior.

Qualquer que seja a anomalia destacada por uma análise detalhada, devemos ter sempre em conta os valores essenciais e predominantes do monumento. Sendo um edifício classificado património cultural, a sua preservação e salvaguarda torna-se ainda mais imprescindível, contudo um erro de análise, investigação ou de projeto de intervenção e conservação pode ser considerado um ato “fatal”.



2. Projeto de Intervenção

Retirar o antigo balneário em ruínas da sombra e abrir as suas portas à sociedade, é o principal intuito deste projeto (D.4). Um edifício com um vasto percurso histórico, não poderia ficar por aqui. Embora este tenha tido, em diferentes fases, o seu momento de glória, é sobre a época romana que as escolhas de intervenção foram fundamentadas – voltando, assim às origens da época romana. O desafio começou por ser definir qual seria a história a contar ao público.

É importante destacar que, embora o edifício tenha valor no seu conjunto, algumas decisões tiveram de prevalecer. Essencialmente ao destacarmos a época romana percebemos que, por exemplo, o acrescento da Capela e os aposentos, encontram-se efetivamente inscritos na leitura do centro de interpretação mas com um impacto secundário. A intervenção no seu conjunto não procura em caso algum fazer a reconstrução integral ou de partes integrantes do edifício, tal como seria na sua origem. São feitas algumas restituições que visam proporcionar ao observador uma melhor perceção do espaço, mas estas poderão a qualquer momento ser retiradas, sendo reversíveis, voltando à imagem inicial, antes da intervenção. A intervenção no geral, procura acentuar a separação entre o que é “novo” e o que é “antigo”, fazendo uso de materiais e sistemas construtivos contemporâneos.

O observador deve, intuitivamente, perceber que esta proposta busca essencialmente dar a conhecer e valorizar, na sua maioria, a ruína tal como ela nos é apresentada hoje, mas contando com a inserção de diferentes apontamentos, para facilitar e estimular a imaginação do observador sobre bases historicamente fundamentadas.

O turista, assim que chega ao Centro de Interpretação das Caldas de Lafões, entra no preciso local onde se acredita que os primeiros utentes termais passaram, para dar início ao ritual dos banhos públicos (F. 29). Num primeiro momento, o que lhe despertará maior interesse serão as enormes colunas. Para que o cenário da palestra em volta da natatio fosse enaltecido, foram reconstituídas as colunas de acordo com o estudo feito pela arqueóloga Helena Frade. Com a junção das peças fragmentadas encontradas no local e com o trabalho de reconstrução pelo processo de anastilose, foi feita a recomposição das partes existentes de forma a tornar reconhecível cada elemento da sua composição. Fazendo uso de materiais compatíveis e sistemas reversíveis, evita-se que as peças originais de pedra, não sofreram qualquer ação negativa. A coluna volta a ganhar forma através de uma estrutura metálica que a suporta, ao eixo nas pedras pré-existentes. Aproveitando o antigo sistema de fixação, os módulos existentes são colocadas no sitio correto ao passo que os módulos em falta, são reconstituídos através de uma chapa em ferro forjado moldada e soldada de acordo com diâmetro da antiga peça.

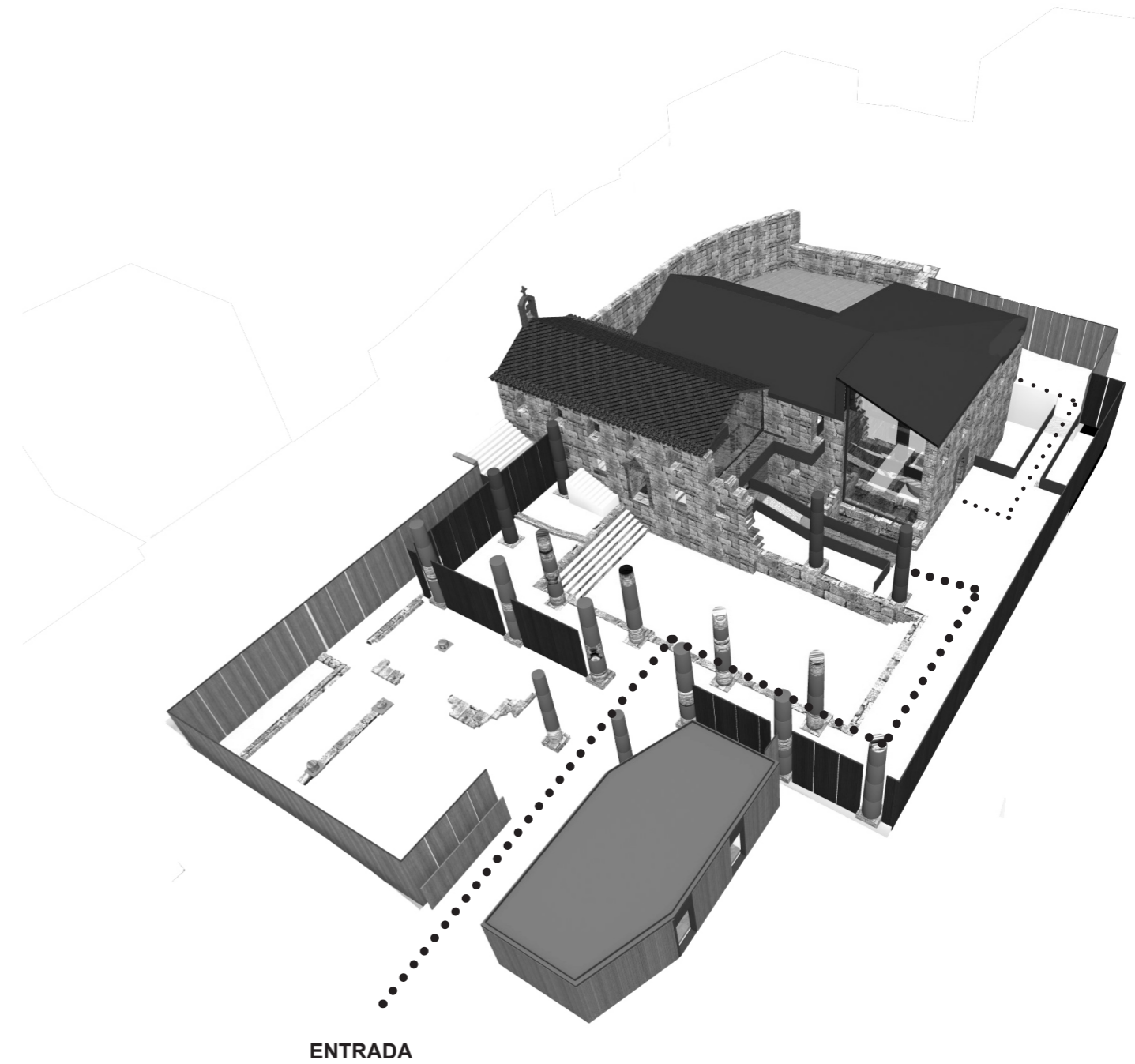
Para completar a palestra, por meio de uma estrutura facilmente removível, composta por painéis opacos, é feita a reconstituição das paredes que adoçavam as colunas servindo em alguns momentos, igualmente, de vedação do espaço.



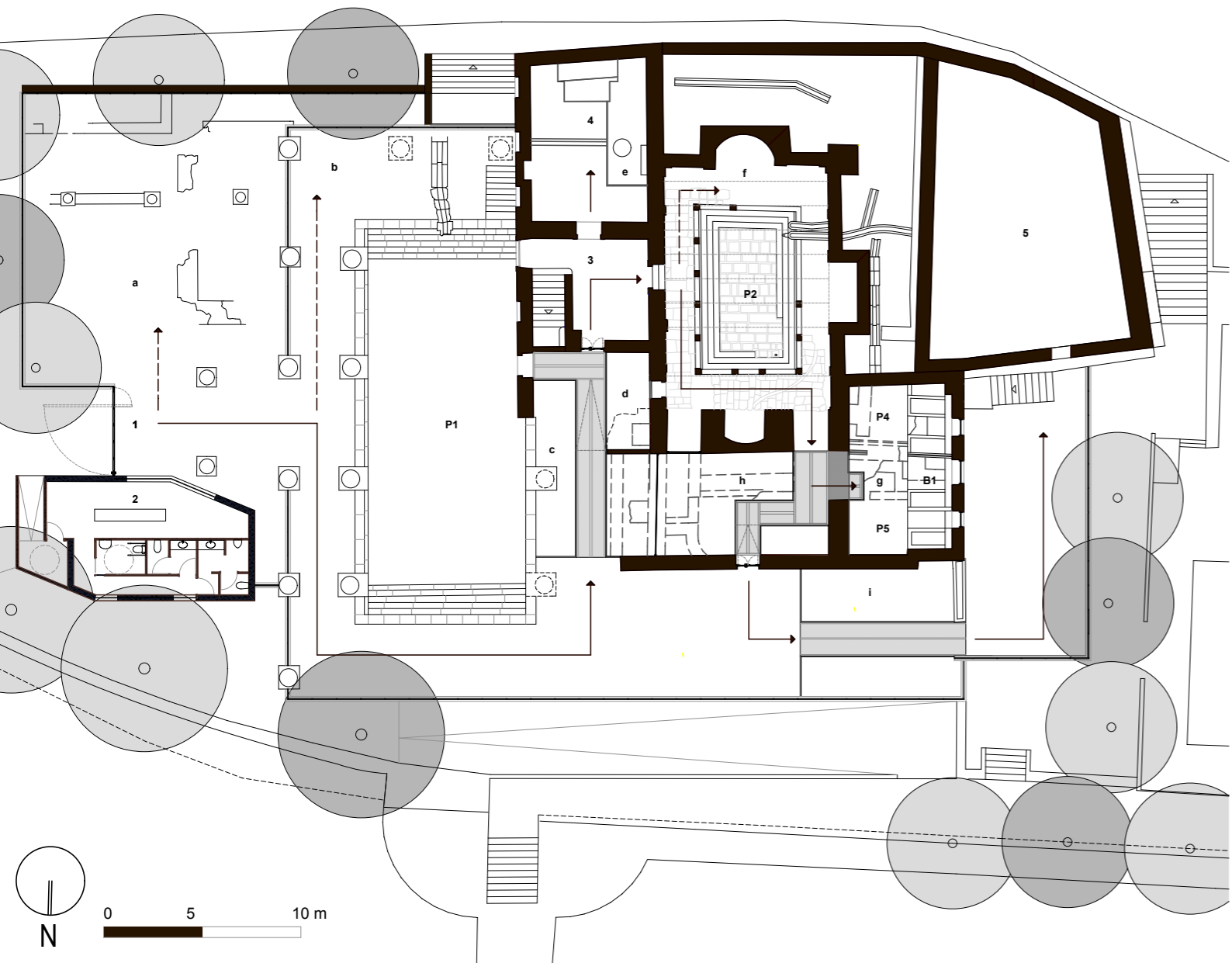
F. 29 — Proposta de intervenção, entrada
FONTE Daniela Páscoa

Desta forma, o turista obtém o primeiro contato visual de interpretação. Percorrendo a palestra irá observar a grande piscina exterior P1, as cantarias e terá o primeiro contato com o alçado principal. Ao olhar para o alçado irá perceber que falta uma parte. De facto, a zona correspondente à derrocada não foi reconstituída. Por ser uma área sobre a qual a informação reduzida – sabendo-se somente que ali estaria uma das escadas de acesso ao piso superior e por sua vez o piso superior serviu posteriormente como sala de aulas. Optou-se por enaltecer a piscina romana ao invés de um espaço construído posteriormente ao edifício de origem romana. Para colmatar as aberturas da derrocada, foram colocados vãos envidraçados.

Visto que o primeiro contato do turista é com a grande piscina exterior, considerou-se importante que o observador desse conta que uma das margens da piscina se encontra debaixo da construção atual. Logo por aí, informo que existe uma volumetria posterior ao edifício original. Aqui surge um ponto fundamental: apesar do edifício deva a sua origem aos romanos, este já sofreu inúmeras alterações. Para além da necessidade de relacionar o edifício com as várias transformações, a verdade é que todas estas, nas diferentes fases foram importantes. Por isso, o percurso do turista não é o mesmo que o percurso do utente termal romano (F. 30). Trata-se de saber canalizar o excesso de informação, criar diferentes momentos em que o observador possa contemplar cada espaço na sua integra. Por ser um edifício historicamente rico, para que nenhuma informação seja esquecida foi traçado um percurso que se considera o mais favorável para contar as diferentes histórias. Isto porque foi escolhida a área coincidente à zona da derrocada como sendo o principal acesso ao edifício (F.31). O acesso é garantido através de um passadiço metálico, a partir do qual conseguimos observar, de vários pontos distintos, com maior exatidão, não só as margens da piscina, assim como as bases das



F. 30 — Proposta de Intervenção, axonometria
FONTE Daniela Páscoa



LEGENDA

- 1 — ENTRADA
- 2 — VOLUME INDEPENDENTE
- 3 — HALL DE ENTRADA DO CENTRO DE INTERPRETAÇÃO
- 4 — CAPELA DA NOSSA SENHORA DA SAÚDE
- 5 — ZONA EXPOSIÇÕES
- 6 — VARANDA EXTERIOR
- 7 — ZONA DE EXPOSIÇÕES

- a — Observação continuidade dos muros
- b — Observação P1 e canaletas
- c — Observação P1 e bases das colunas
- d — Observação contrafortes
- e — Observação base da coluna, contraforte e cerâmicas
- f — Observação P2 e canaletas
- g — Observação P4, P5, banheiras e cerâmicas
- h — Observação P3, fundações e cerâmicas
- i — Observação fundações

- P1 — Natatio/ Frigidarium
- P2 — Caldarium
- P3 — Antigo Caldarium
- P4 — Piscina das mulheres
- P5 — Piscina das mulheres (2)
- B1 — Banheiras

D.4 — Proposta de Invenção, piso terreo
 FONTE Daniela Páscoa

F. 31 — Proposta de Intervenção, entrada do edifício
FONTE Daniela Páscoa



colunas pertencentes ao corredor obstruído da palestra, descoberto nas últimas escavações. Já dentro do edifício, temos a possibilidade de entrar na Capela, onde é possível observar uma das bases da coluna. A descoberta destas bases foi essencial para constatar que o edifício havia sido ampliado - mas também serviu para clarificar a existência dos corredores em volta da piscina exterior de água fria P1. Vista a capela, o percurso prossegue para o espaço central do edifício, a piscina interior de água quente P2. A este espaço que se encontrava descoberto, foi-lhe inserida uma nova cobertura. Que por questões estruturais e de preservação foi restituída, embora numa linguagem e materialidade distinta. A estrutura que a suporta, para além da função estrutural, tem igualmente a função cenográfica da antiga abóbada. Os arcos metálicos estão pontualmente colocados e assentes sobre os antigos traçados nas paredes, correspondentes aos arranques da abóbada. A curvatura é a mesma, a qual foi recriada de acordo com a estratigrafia das paredes (F. 32).



F. 32 — Sala do Caldarium
FONTE Daniela Páscoa

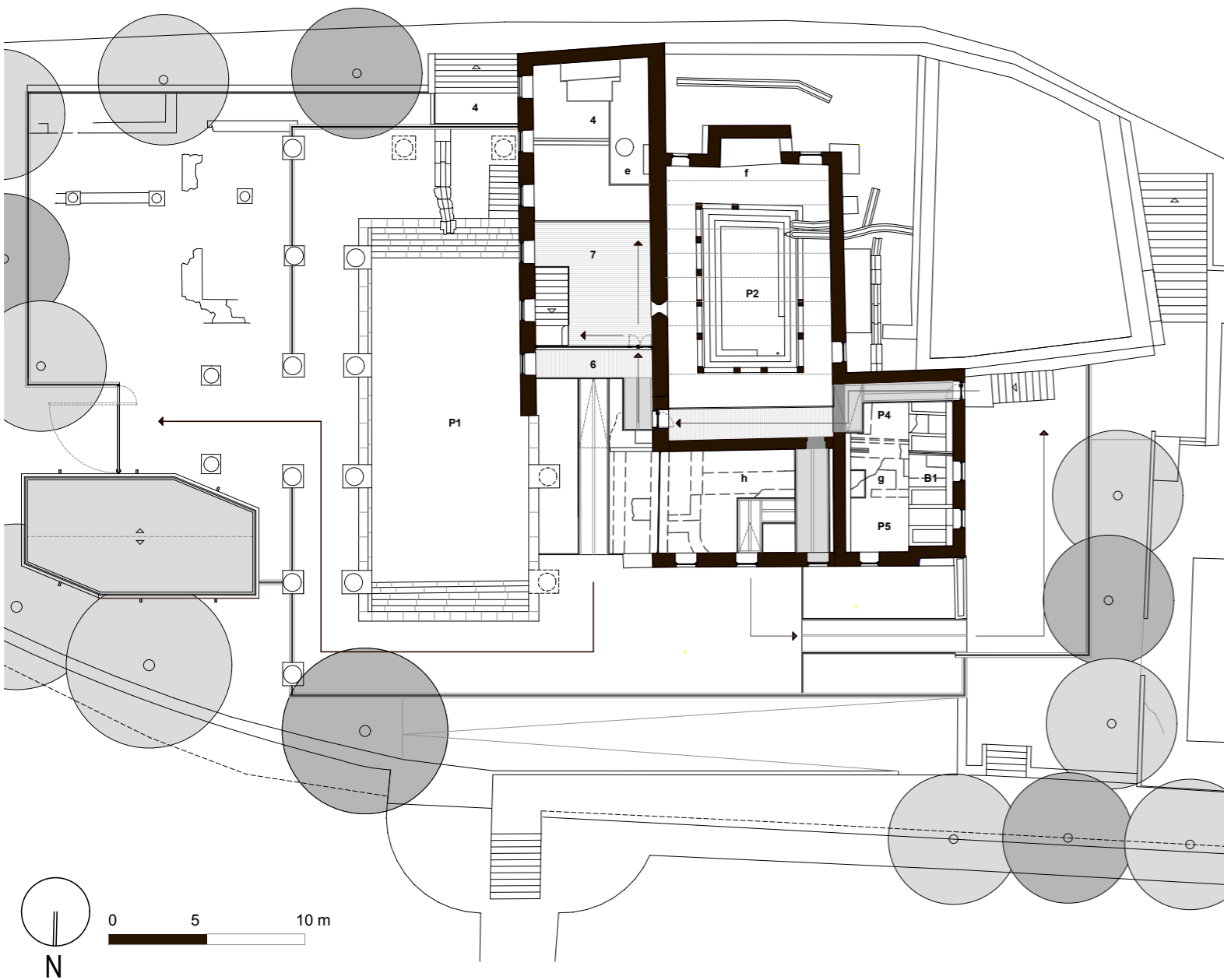
Seguindo o percurso passamos para a sala das banheiras (F.33), o espaço destinado aos banhos das mulheres. Devido à complexidade deste espaço e à quantidade de informação histórica sobreposta, nomeadamente pela existência das piscinas P4, P5 e das banheiras, levou a que se optasse que este funcionasse apenas para contemplação através de uma varanda. A largura da varanda foi determinada segundo a antiga porta de acesso ao espaço. Passando para o último compartimento, igualmente acedido através de um passadiço metálico, é possível contemplar algumas fundações, as bases da piscina P3 e as cerâmicas no pavimento, marcadas ainda hoje por suportarem as antigas banheiras móveis no tempo do Hospital da Caldas (F.34). Ironicamente, acabamos por sair do edifício onde seria a eventual porta de entrada. Mas o percurso não fica por aqui.



F. 33 — Sala do banho das mulheres, varanda de observação
FONTE Daniela Páscoa



F. 34 — Sala do Apodyterium
FONTE Daniela Páscoa



LEGENDA

- 1 — ENTRADA
- 2 — VOLUME INDEPENDENTE
- 3 — HALL DE ENTRADA DO CENTRO DE INTERPRETAÇÃO
- 4 — CAPELA DA NOSSA SENHORA DA SAÚDE
- 5 — ZONA EXPOSIÇÕES
- 6 — VARANDA EXTERIOR
- 7 — ZONA DE EXPOSIÇÕES

- a — Observação continuidade dos muros
- b — Observação P1 e canaletas
- c — Observação P1 e bases das colunas
- d — Observação contrafortes
- e — Observação base da coluna, contraforte e cerâmicas
- f — Observação P2 e canaletas
- g — Observação P4, P5, banheiras e cerâmicas
- h — Observação P3, fundações e cerâmicas
- i — Observação fundações

- P1 — Natatio/ Frigidarium
- P2 — Caldarium
- P3 — Antigo Caldarium
- P4 — Piscina das mulheres
- P5 — Piscina das mulheres (2)
- B1 — Banheiras

D. 5 — Planta de primeiro piso
 FONTE Daniela Páscoa

Prosseguindo, o turista poderá agora ter uma perspectiva dos mesmos espaços mas a uma cota diferente. De facto na época romana o edifício não continha segundo piso. Ele, no entanto existiu. Nessa transição, é possível observar o antigo tanque de água, cuja intervenção passou por abrir o espaço retirando-lhe a laje de cobertura e as paredes que lhe foram acrescentadas, deixando apenas as bases dos muros de pedra. A abertura deste espaço permite que esta seja uma zona livre possível de criar eventuais ações de divulgação histórica ou turística relacionada com o centro de interpretação.

Aproveitando as escadas exteriores, junto ao antigo tanque de água, acede-se ao segundo piso das ruínas. Foi criado um conjunto de passadiços que permitem circular pelos diferentes espaços e poder então aprimorar ainda mais a imaginação do observador. À exceção da zona da piscina P2 que foi possível aproveitar o pavimento sobre o nicho existente do piso inferior. Para que o percurso seja contínuo, optou-se por fazer uma abertura, coincidente com uma das portas pré-existentes. É feita uma passagem através de uma varanda exterior, que faz a ligação do espaço da piscina P2 com a zona do coro da Capela. Esta zona destina-se essencialmente a ser um espaço de exposição e de divulgação de informação (F.35). Descendo as escadas, o turista sai da mesma forma que entrou.



F. 35 — Coro da Capela, sala de exposições
FONTE Daniela Páscoa

VOLUME INDEPENDENTE

A necessidade de criar um volume independente veio das exigências de garantir um apoio favorável ao edifício. Este foi tratado de forma a distinguir-se da ruína, para que não interferisse na interpretação do sítio. Contendo o espaço de recepção, com a eventual bilheteira, e, ao mesmo tempo, garantir o apoio turístico e o acesso aos equipamentos sanitários.

Este volume totalmente independente é colocado, à margem das ruínas romanas. Respeitando assim o sítio e as memórias do espaço. Tratado como um elemento novo, o seu carácter é efémero. A intenção é que este seja facilmente removível para que não seja acentuado o seu carácter de imposição face ao que realmente importa, as ruínas (F.36).



F. 36 — Volume independente
FONTE Daniela Páscoa

MATERIALIDADE E LINGUAGEM

Como já foi referido anteriormente, os materiais utilizados tiveram a intenção de contrastar, quer a nível da materialidade, quer da linguagem, com os materiais originais do sítio. A intenção foi confrontar ao observador a separação e diferenciação na leitura do velho edifício com a nova proposta de intervenção. O propósito postura da intervenção é comunicar o que existe ou existiu, sem recorrer à reconstrução, logo em nenhum momento faço uso da pedra. As pedras existentes devem falar por si só.

Nesta intervenção existem nesta intervenção duas ações distintas: a primeira é a intervenção que confina com a ruína ou com algum dado histórico que remeta diretamente ao antigo edifício; a segunda é a intervenção nova, a criação de elementos que nunca existiram mas que por necessidade devem implementar-se no complexo.

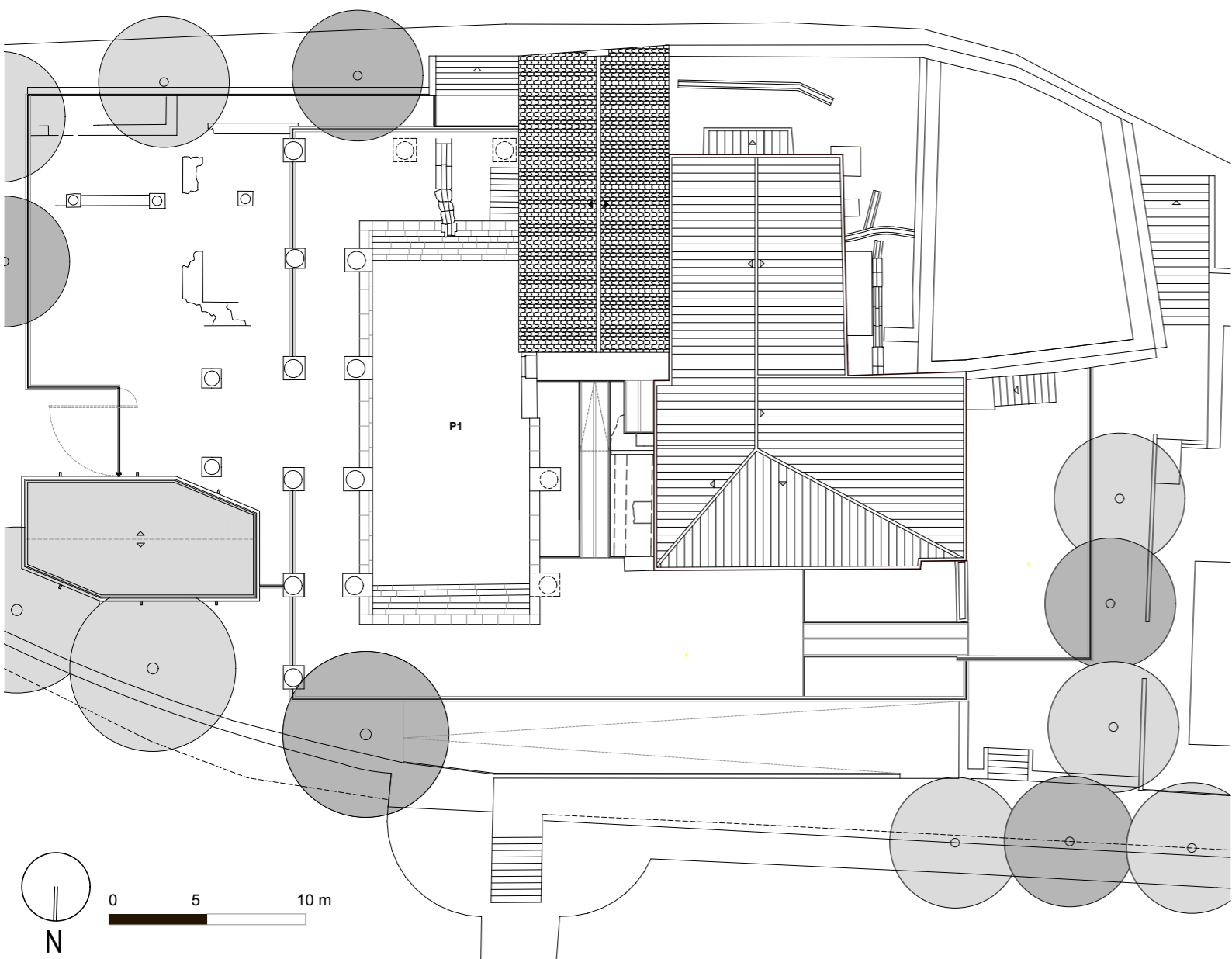
No primeiro caso, os materiais buscam ser os mais subtis possíveis. Assim vejamos:

- Nos passadiços em gradil, embora com alguma imposição intencional devido às guardas compostas por panos opacos, onde foi sempre feito o uso de elementos metálicos, com uma cor semelhante à cor da pedra;
- A cobertura com revestimento em chapas de zinco, tem de facto um forte contraste com a cobertura em telha de barro da Capela, mas aqui a intenção, foi aproximar a cor da materialidade da pedra e não à da cobertura vizinha. É importante referir que este espaço já se encontra descoberto há várias décadas, e que o impacto de uma nova cobertura pode ferir a imagem visual que o observador tinha em memória do espaço;
- Para que esta cobertura fosse restituída, verificou-se que algumas paredes já não correspondiam à altura devida. Para tal, a solução foi criar a continuidade da cobertura dobrando as águas para a fachada e funcionar assim como parede.
- A necessidade de vedar o complexo, fez com que alguns paramentos coincidissem com muros reconstituídos na encenação do edifício romano. A opção passou por criar uns panos opacos em viroc numa cor semelhante à pedra.

No que diz respeito aos materiais usados em partes novas, não coincidentes com a ruína, a solução foi o contraste:

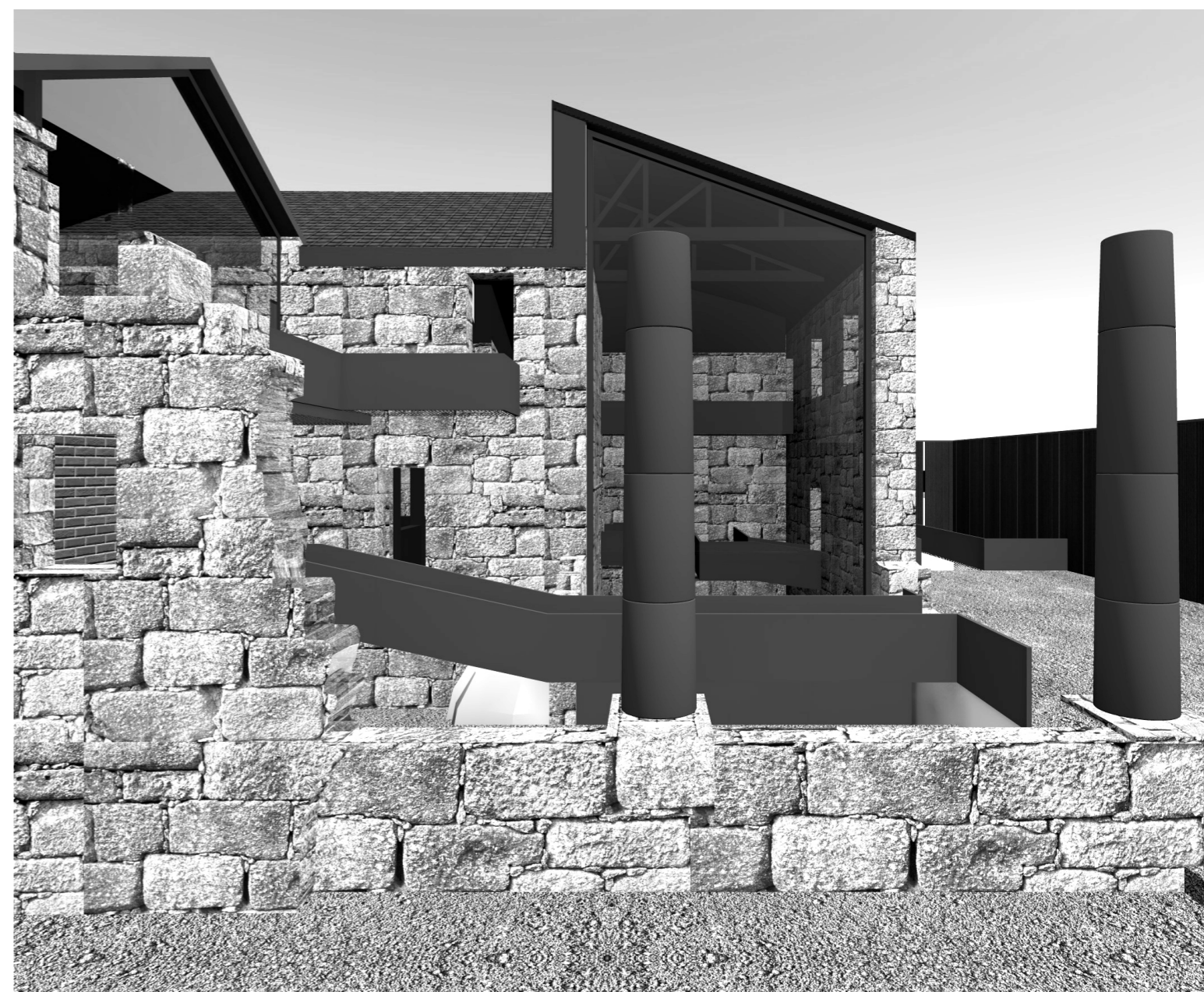
— O volume independente apresenta-se com um revestimento em ripado de madeira;

— A restante vedação, que não coincide com nenhum dado histórico, com o mesmo sistema de painéis opacos em viroc. Aqui o contraste é feito pelo uso de uma cor semelhante à da madeira, fazendo a relação com o revestimento do volume independente.



D. 6 — Planta de cobertura
FONTE Daniela Páscoa

Com estas duas ações pretendeu-se que fosse visivelmente destacada a separação entre duas linguagens distintas. A intervenção em património deve demonstrar sensibilidade e deve respeitar os seus valores intrínsecos. Os materiais usados procuraram facilitar a compreensão e a leitura do espaço sem que estes fossem demasiado impositivos (F.37). A nova construção deve, essa sim, destacar-se. Não deve tornar-se mais importante que a restante intervenção, mas deve ser contrastante e ser encarada como um elemento à parte, mas ao mesmo tempo difundida na intervenção nas ruínas romanas.



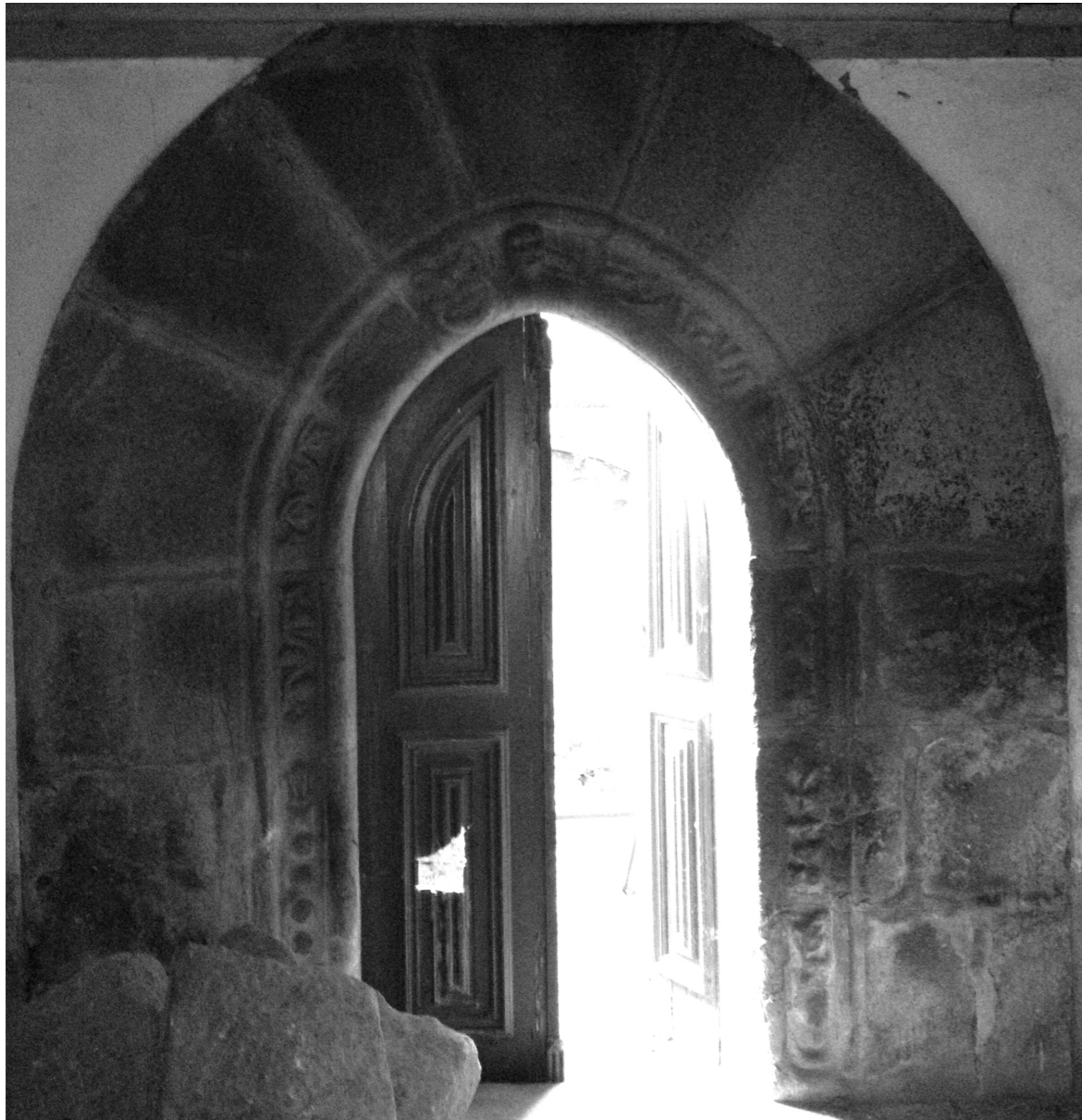
F. 37 — Materialidade do novo e do antigo
FONTE Daniela Páscoa

Conclusão

Desta forma, concluo que as ruínas romanas devem finalmente ter a estima que elas merecem. A consciência do real valor que elas transmitem é onde creio que reside a verdadeira falha. Mais do que uma simples questão de gestão económica, torna-se urgente dar início aos trabalhos de reabilitação e conservação do espaço. Um edifício fechado há décadas, apontado como monumento nacional, está literalmente a desaparecer. Os olhares de quem por ali passa transmitem todos o mesmo sentimento de tristeza e incompreensão: param, olham, tentam decifrar, mas não percebem. A proposta de intervenção desenvolvida - procura que este espaço leve as pessoas a pararem, mas também a olhem com mais atenção, a sentirem vontade de visitar, de interpretar, perceber a mensagem e, finalmente, que se sintam realizados por terem percebido que foi assim, foi ali que as Termas de São Pedro do Sul tiveram sua verdadeira ascensão.

Esta não é infelizmente este não é um caso isolado. Existem, espalhadas por todo o país e por todo o mundo, verdadeiras riquezas esquecidas ou postas de parte. Quando as obras transmitem um valor especial para uma dada comunidade, é-lhes consagrado o título de monumento. Mas para quê? Para lhes garantir proteção? A ideia geralmente associada ao monumento é que este não pode desaparecer, os valores devem ser preservados e este passa a ser visto como um objeto único e frágil. Mas e quando esse título o remete para uma morte lenta e certa? A mudança de atitude passa por isso mesmo. O rótulo dá-lhe valor, mas em nada lhe confere proteção se não existir nenhuma ação. Os bens patrimoniais devem ser preservados e dados a conhecer à sociedade.

Espero que este trabalho tenha despertado uma maior consciencialização sobre a importância do património cultural. Os fatores benéficos que estes bens podem trazer para uma dada região devem ser aproveitados. Ainda para mais quando se trata de regiões onde o turismo é uma das mais valias. Para além de que espero ter destacado o quanto é importante, antes de tomar qualquer atitude e iniciativa de proposta, conhecer muito bem o objeto. A intervenção em património é um ato sensível. Qualquer que seja a ação ela será sempre questionável. Por isso ela deve ser o mais coerente e fundamentada possível. Isso só se torna viável quando nos apercebemos que, arquitetura, mais do que construção, é emoção e paixão.



F. 38 — Porta de entrada para o caldarium
FONTE Daniela Páscoa

Bibliografia

NÃO PERIÓDICOS

Aguiar, J. (1999) *Estudos Cromáticos nas Intervenções de Conservação em Centros Históricos: Bases para a sua aplicação à realidade portuguesa*. Tese de Doutoramento. Évora: FAUE

Aguiar, J., Pinho, A., Paiva, V. (2006) *Guia Técnico de Reabilitação Habitacional*. Lisboa: INH/LNEC

Alpoim, M. F. M. (2010) *Análise à procura termal*. Tese de Mestrado. Aveiro: UA

Cariço, A. (2013) *Metamorfoses do espaço termal. O caso da Termas de S. Pedro do Sul*. Tese de Doutoramento. Covilhã: UBI

Choay, F. (2000) *Alegoria do património*. Lisboa: Edições 70, LDA.

Choay, F. (2011) *As questões do património antologia para um combate*. Lisboa: Edições 70, LDA.

Fortuna, C., e Leite, R.P. (2009) *Plural de cidade: novos léxicos urbanos*. Coimbra: Edições Almedina, S.A.

Lopes, F., Correia, M. (2014) *Património Cultural – Critérios e Normas Internacionais de Proteção. Casal de Cambra: Caleidoscópio Edição e Artes Gráficas, SA.*

Maciel, M. J. (2006) *Vitrúvio: Tratado de Arquitectura*. Lisboa: Copyright.

Mason, R. (2000) *Values and Heritage Conservation*. Los Angeles: The Getty Conservation Institute.

Oliveira, A. N. (2002) *Termas de S. Pedro do Sul*. Viseu: Palimage Editores, Lda.

Peixoto, P. (2006) *O passado ainda não começou: Funções e estatuto dos centros históricos no contexto urbano português*. Tese de Doutoramento. Coimbra: FEUC

Pinho, A. (2009) *Conceitos e políticas europeias de reabilitação urbana: Análise da experiência portuguesa dos Gabinetes Técnicos Locais*. Tese de Doutoramento. Lisboa: FAUTL

Pinto, H. G., Mangorrinha, J. (2009) *O desenho das Termas: História da Arquitectura Termal Portuguesa*. Odivelas: Ministério da Economia e da Inovação – Direção Geral de Energia e Geologia.

Quintela, M. M., (2008) *Águas que curam, águas que “energizam”*: etnografia da prática terapêutica termal na sulfúrea (Portugal) e nas Caldas da Imperatriz (Brasil). Tese de Doutoramento. Lisboa: ICSUL.

Ramos, A. C. V (2005) *O Termalismo em Portugal: Dos factores de obstrução à revitalização pela dimensão turística*. Tese de Doutoramento. Aveiro: UA.

Riegl, A. (2013) *O culto moderno dos monumentos e outros ensaios estéticos*. Lisboa: Edições 70, LDA.

Silva, G. B. (2014) *Portugal em ruínas*. Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Torre, M., Avrami, E. (2000) *Values and Heritage Conservation*. Los Angeles: The Getty Conservation Institute.

UNEP, (2005) *Making tourism more sustainable: A guide for policy makers*. Madrid: UNWTO Publications.

Viñas, S. M. (2005) *Contemporary Theory of Conservation*. Oxford: Elsevier Lda.

PERIÓDICOS

Arantes, A. A. (2009) Património cultural e cidade, in C. Fortuna, R. P. Leite, ed. 2009. Plural de cidade: novos léxicos urbanos. Coimbra: Edições Almedina, S.A.

Fortuna, C., Ferreira, C. (1996) O turismo, o turista e a (pós) modernidade, Oficina do Centro de Estudos Sociais de Coimbra”. nº80. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/80.pdf>. [20/06/2014].

Fortuna, C. (2012) Património, turismo e emoção, in Revista Crítica de Ciências Sociais, nº97. Disponível em: <http://rccs.revues.org/4898#quotation> [22/07/2014].

Frade, H., Moreira, J. B. (1993) A Arquitectura das Termas Romanas de S. Pedro do Sul, in Revista de La Facultad de Geografía e Historia Espacio, Tiempo y Forma – série II. São Pedro do Sul: Câmara Municipal de S. Pedro do Sul.

Gomes, C. S. (2008) Imagens e Narrativas da Coimbra Turística: entre a cidade real e a cidade (re) imaginada, in Revista Crítica de Ciências Sociais, nº83. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/rccs/includes/download.php?id=1010>. [15/06/2014].

Nunes, S., Tamura, B. M. (2012) Revisão histórica das águas termais, in Surg Cosmet Dermatol, nº220. Disponível em: <http://www.surgicalcosmetic.org.br/detalhe-artigo/220/Revisao-historica-das-aguas-termais> [10/08/2014].

Oliveira, E., Manso, J. R. P. (2010) Turismo sustentável: utopia ou realidade?, in Revista de Estudos Politécnicos, nº 14 Disponível em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/tek/n14/n14a15.pdf>. [13/06/2014].

Pereira, P. (2001) “Lugares de passagem e o resgate do tempo” in Estudos/ Património, nº1, Publicação do IPPAR – Instituto Português do Património Arquitectónico.

Pérez, X. P. (2009) Turismo Cultural: uma visão antropológica, in PASOS, Revista de Turismo y Patrimonio Cultural, Asociación Canaria de Antropología, nº2.

Silva, E. P. (2000) Património e Identidade. Os Desafios do Turismo Cultural, in I.S.C.S.P. Fórum da Universidade Técnica de Lisboa, nº 4

Silva, M. L. (2012) “Termas em Portugal: A oferta e a procura em 2011”, in Turismo de Portugal, Direção de Estudos e planeamento Estratégico/ Departamento de Informação Estatística. Disponível em: <http://www.turismodeportugal.pt/Português/ProTurismo/estat%C3%ADsticas/análisesestat%C3%ADsticas/termasemp Portugal/Anexos/Termas%20em%20Portugal%202011.pdf>. [15/09/2014].

ONLINE

Carta de Atenas sobre o restauro de monumentos. Atenas: Serviço Internacional de Museus, (1931). Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/CartadeAtenas.pdf>. [10/07/2014]

Carta de Veneza sobre a conservação e o restauro de monumentos e sítios. Veneza: ICOMOS, (1964). Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/CartadeVeneza.pdf>. [10/07/2014]

Carta de Turismo Cultural sobre a gestão do turismo nos sítios com significado patrimonial. México: ICOMOS, (1999). Disponível em: http://www.turismodeportugal.pt/Português/AreasAtividade/desenvolvimentoeinovacao/Documents/Doc10_CartaInternacionalTurismoCultural.pdf. [22/06/2014]

Carta de Cracóvia sobre os princípios para a conservação e o restauro do património construído. Cracóvia: Conferencia Internacional sobre Conservação, (2000). Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/cartadecracovia2000.pdf>. [17/07/2014]

Carta sobre os princípios para análise, conservação e restauro de elementos estruturais do património arquitectónico. Zimbabué: ICOMOS, (2003). Disponível em: http://5cidade.files.wordpress.com/2008/03/carta-do-icomos-2003_principios.pdf. [02/07/2014]

Decreto de Lei nº 107/2001 de 8 de setembro de 2001. Disponível em: <https://dre.pt/application/dir/pdfgratis/2001/09/209A00.PDF>. [25/07/2014]

Decreto de Lei nº 237/1995 de 13 de outubro de 1995. Disponível em: https://www.ccdrc.pt/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=584&Itemid=215&lang=pt. [10/09/2014]

Página Oficial das Termas de São Pedro do Sul. Disponível em: www.termas-spsul.com [15/09/2014]

ANEXOS

Carta de Cracóvia do ano 2000 sobre os princípios para a conservação e o restauro do património construído (excerto)

OBJETIVOS E METODOS

1. (...) A conservação pode ser realizada mediante diferentes tipos de intervenções, tais como o controlo do meio ambiente, a manutenção, a reparação, o restauro, a renovação, e a reabilitação. Qualquer intervenção implica decisões, escolhas e responsabilidades relacionadas com o património, entendido no seu conjunto incluindo os elementos que embora hoje possam não ter um significado específico, poderão, contudo, tê-lo no futuro.
2. A manutenção e a reparação constituem uma parte fundamental do processo de conservação do património. Estas ações exigem diversos procedimentos, nomeadamente investigações prévia, testes, inspeções, controlos, acompanhamento dos trabalhos e do seu comportamento pós realização (...).
3. A conservação do património construído é executada de acordo com o projeto de restauro, que se inscreve numa estratégia para a sua conservação a longo prazo. O “projeto de restauro” deverá basear-se num conjunto de opções técnicas apropriadas a ser elaborado segundo um processo cognitivo que integra a recolha de informações e a compreensão do edifício ou do sítio. (...) No projeto de restauro devem participar todas as disciplinas pertinentes e a coordenação deve ser levada a cabo por uma pessoa qualificada na área da conservação e restauro.
4. Devem ser evitadas reconstruções de partes significativas de um edifício, baseadas no que os responsáveis julgam ser o seu “verdadeiro estilo”. A reconstrução de partes muito limitadas, com um significado arquitetónico pode ser excepcionalmente aceite, na condição de se fundamentar, em documentação precisa e irrefutável. (...).

(Lopes e Correia, 2014: 356, 357)

Carta da ICOMOS do ano 2003 sobre os princípios para a análise, conservação e restauro das estruturas do património arquitetónico (excerto)

119

1. CRITÉRIOS GERAIS

- 1.1. A conservação, o reforço e o restauro de elementos estruturais do património arquitetónico exigem uma abordagem multidisciplinar.
- 1.2. O respeito devido a cada cultura exige que o património deva ser estudado no seu contexto cultural específico. Consequentemente, o seu valor intrínseco e o seu nível de autenticidade não são determinados por padrões universais.
(...)
- 1.6. As estruturas do património arquitetónico, em razão da sua história, muitas vezes complexa, exigem a realização de estudos e projetos seguindo etapas específicas, tal como no campo da medicina. Estas etapas incluem o diagnóstico, a terapia e a posterior verificação. Em cada fase são realizadas pesquisas apropriadas para recolha de dados e de informação para identificar as causas das patologias, para determinar a escolha das ações a apreender e, em seguida, verificar a sua eficácia. Com o objetivo de provocar o mínimo impacto sobre o património devem usar-se os recursos disponíveis de forma racional. (...).
- 1.7. Nenhuma ação deve ser empreendida sem prévia avaliação dos seus efeitos negativos sobre o seu património arquitetónico, exceto no caso de medidas urgentes de salvaguarda necessárias para prevenir o colapso iminente de estruturas (...). No entanto as medidas a tomar, nestes casos, não devem alterar a estrutura de forma irreversível.

3. MEDIDAS DE CONSOLIDAÇÃO E CONTROLO

- 3.1. As medidas de consolidação de elementos estruturais do património arquitetónico devem dirigir-se às causas profundas das patologias, e não aos seus sintomas.
- 3.2. A manutenção preventiva é a melhor terapia para evitar futuras intervenções de consolidação.
(...)
- 3.5. As medidas de consolidação devem ser proporcionais aos objetivos de segurança fixados, mantendo os níveis essenciais de segurança e durabilidade com o mínimo de efeitos negativos sobre o valor patrimonial do bem considerado.
(...)
- 3.8. Por vezes, a dificuldade em avaliar os níveis eficazes de segurança, e os possíveis benefícios decorrentes das intervenções de conservação e restauro, podem conduzir ao uso de uma abordagem gradual, partindo de um nível mínimo de intervenção, e adotando, posteriormente, medidas suplementares ou corretivas.
- 3.9. As medidas escolhidas deverão, sempre que possível, ser reversível de modo a permitir, perante a eventualidade de novos conhecimentos, a implementação de novas e mais adequadas ações. (...)
- 3.10. Todos os materiais utilizados em trabalhos de restauro, especialmente os materiais novos, devem ser adequadamente testados e apresentar provas, não só das suas características, mas também da sua compatibilidade com os materiais originais, para evitar efeitos secundários indesejáveis.

(...)

3.12. Cada intervenção deve, na medida do possível, respeitar a conceção, as técnicas e os valores históricos da configuração original da estrutura, bem como a sua posterior evolução, e deve deixar evidências que possam ser reconhecidas no futuro.

(...)

3.22. Toda as atividades de controlo e monitorização devem ser documentados e mantidas como parte da história da estrutura.

(Lopes e Correia, 2014: 409, 410)

Carta Internacional do Turismo Cultural da ICOMOS do ano 1999 sobre a Gestão do Turismo nos Sítios com Significado Patrimonial (síntese)

121

PRINCÍPIOS DA CARTA INTERNACIONAL SOBRE O TURISMO CULTURAL

PRINCÍPIO 1

O turismo nacional e internacional é um dos principais vínculos do intercâmbio cultural. A proteção do património cultural deve oferecer oportunidades responsáveis e bem geridas aos membros das comunidades de acolhimento e aos visitantes, para fruição e compreensão do património e da cultura das diversas comunidades.

1.1. O património cultural é um recurso simultaneamente material e espiritual. É testemunho do desenvolvimento histórico. Desempenha um papel importante na vida contemporânea e deve ser acessível, física, intelectual e emocionalmente, ao grande público. Os programas de produção e de conservação dos elementos físicos, dos aspetos intangíveis e das expressões da cultura contemporânea, tomadas no seu sentido mais lato, devem facilitar a apresentação compreensão do significado do património, quer pelas comunidades de acolhimento, quer pelos visitantes, de um modo equitativo e adaptado aos meios de que dispõem.

(...)

1.3. Os programas de interpretação devem facilitar e encorajar uma profunda tomada de consciência do público, pois essa consciencialização constitui a base essencial para assegurar a preservação, a longo prazo, do património natural e cultural.

(...)

PRINCÍPIO 2

A relação entre os conjuntos patrimoniais e o turismo é dinâmico e deve ultrapassar os conflitos de valores que atravessam os dois conceitos. Esta relação deve ser gerida, numa ótica duradoura, em benefício das gerações atuais e futuras.

2.1. Os conjuntos patrimoniais possuem um valor intrínseco para todos os povos por constituírem uma base importante da diversidade cultural e do desenvolvimento social. A proteção e a conservação, a longo prazo, das culturas vivas, dos conjuntos patrimoniais e do acervo cultural, bem como a sua integridade física e ecológica no seu meio ambiente, deve constituir uma componente essencial da políticas de desenvolvimento social, económico, legislativo, cultural e turístico.

(...)

2.4. É importante preservar a autenticidade dos conjuntos patrimoniais e a variedade dos seus objetos culturais. É uma condição essencial do seu significado cultural, que se exprime nos materiais, na memória coletiva e nas tradições que nos chegaram do passado. Os programas de ação devem apresentar e interpretar a autenticidade dos conjuntos patrimoniais de modo a favorecer a compreensão e a apreciação deste património cultura.

PRINCÍPIO 3

As ações de valorização dos conjuntos patrimoniais devem assegurar aos visitantes uma experiência enriquecedora e agradável.

3.1. Os programas de proteção patrimonial e de proteção turística devem apresentar informação de qualidade de modo a favorecer a compreensão, pelo visitante, sobre as características significativas do património e sobre a necessidade de o preservar. Estes programas devem também contribuir, para levar o visitante a desfrutar adequadamente a sua vida.

3.2. Ao visitante deve ser facultada uma visita aos conjuntos patrimoniais de modo tranquilo e com um programa livre, se for essa a sua vontade. Porém, a criação de itinerários específicos pode mostrar-se necessário para reduzir os impactos deste tipo de visita sobre a integridade e as características físicas, naturais e culturais dos sítios.

(...)

3.4. O planeamento das atividades turísticas deve oferecer aos visitantes as melhores condições de conforto, de segurança e de bem-estar, de maneira a reforçar o prazer da visita. Porém, estas condições não devem prejudicar o significado e as características ecológicas do património.

PRINCÍPIO 4

As comunidades de acolhimento e as populações locais devem participar em programas de valorização turística dos sítios patrimoniais.

4.1. Os direitos e os interesses legítimos das comunidades de acolhimento, quer ao nível regional, quer local, os proprietários e as populações locais, que praticam formas de direito tradicional e de responsabilidade sobre o seu próprio território e sobre os sítios possuídos de um significado particular, devem ser respeitados. Essas comunidades devem participar na elaboração e na execução de projetos de valorização do património cultural, definindo os objetivos, as estratégias, as políticas e os procedimentos que permitam identificar, conservar, gerir, apresentar e interpretar, num contexto turístico, os seus recursos patrimoniais e as suas práticas culturais tradicionais e atuais.

(...)

PRINCÍPIO 5

As atividades de turismo e a proteção de património cultural devem beneficiar as comunidades de acolhimento.

5.1. As políticas de conservação do património cultural e de desenvolvimento turístico devem promover medidas que favoreçam uma repartição equilibrada dos benefícios do turismo entre os países e as regiões, aumentar os níveis de desenvolvimento socioeconómico e contribuir para erradicar a pobreza.

(...)

5.5. Os programas educativos e de interpretação do património cultural executados junto das comunidades de acolhimento devem encorajar o desenvolvimento da valorização profissional

dos guias locais. Estes programas devem promover o conhecimento e o respeito pelo património, encorajando, ainda, as comunidades de acolhimento a interessarem-se pela gestão e conservação dos seus bens patrimoniais.

5.6. Os programas de gestão, relacionados com o desenvolvimento turístico dos bens patrimoniais, devem incluir a educação e a formação dos responsáveis políticos, dos técnicos de ordenamento do território, dos investigadores, dos designers, dos arquitetos, dos guias do património, dos conservadores de monumentos e museus e dos responsáveis da indústria turística. Os participantes nestes programas de formação deverão ser encorajados a compreender os problemas uns dos outros para desenvolverem formas de cooperação na procura de soluções.

PRINCÍPIO 6

Os programas de promoção turística devem proteger e valorizar as características do património cultural.

6.1. Os programas de promoção turística devem suscitar expectativas realistas e informar de forma responsável os visitantes potenciais sobre as características culturais e patrimoniais específicas dos sítios e das comunidades de acolhimento e, desse modo, encorajá-los a terem comportamentos apropriados.

(...)

6.3. Os programas de promoção turística devem valorizar uma correta distribuição dos benefícios e aliviar a pressão que pesa sobre os sítios mais conhecidos. Devem encorajar os visitantes a fruir de uma forma mais alargada os diferentes elementos do património natural e cultural de uma região ou de uma localidade.

(...)

(Lopes e Correia, 2014: 333, 340)

OBJECTIVOS

1. Facilitar a compreensão e a valorização dos sítios culturais e promover a sensibilização do público e a sua adesão para a necessidade da proteção e conservação desse património.
2. Comunicar o valor dos sítios culturais a diferentes públicos através de um cuidadoso e bem documentado reconhecimento dos seus significados, com recurso a métodos científica e academicamente comprovados, cem como às tradições culturais vivas
3. Preservar os valores tangíveis e intangíveis específicos dos sítios culturais, no seu contexto cultural, natural e social.
4. Respeitar a autenticidade dos sítios comunicando a sua importância histórica e os valores culturais, protegendo-os contra os efeitos adversos de infraestruturas interpretativas intrusivas, da pressão dos visitantes e de interpretações imprecisas e inadequadas.
5. Contribuir para a conservação sustentável dos sítios culturais, promovendo a compreensão e a participação do público relativamente aos esforços de conservação, garantindo a manutenção, a longo prazo, dos equipamentos e serviços de interpretação e a revisão regular dos seus conteúdos interpretativos
6. Incentivar a participação e a inclusão social na interpretação dos sítios culturais, facilitando a participação ativa das comunidades interessadas e dos agentes implicados no desenvolvimento e implementação de programas de interpretação.
7. Elaborar normas técnicas e profissionais para a interpretação e a apresentação do património cultural, incluindo as tecnologias, a investigação e a formação. Estas normas devem ser adequadas e sustentáveis no seu contexto social.

PRINCÍPIO 1: ACESSO E COMPREENSÃO

Os programas destinados à interpretação e a apresentação devem facilitar o acesso físico e intelectual do público aos sítios culturais

1. A interpretação e a apresentação devem, para serem eficazes, enriquecer a experiência pessoal, aumentar o respeito e o conhecimento do público e pôr em evidência a importância da boa conservação dos sítios culturais.
(...)
3. Os programas de interpretação devem identificar e analisar o seu público do ponto de vista demográfico e cultural. Devem ser feitos esforços para que a interpretação e a apresentação de um sítio cultural atinjam eficazmente os seus diferentes públicos alvo.
(...)
5. Os programas de interpretação e de apresentação devem ser fisicamente acessíveis a um público amplo, em toda a sua diversidade, incluindo as pessoas com mobilidade reduzida.
6. Quando o acesso físico a um sítio cultural for limitado, por razões de conservação, de sensibilidades culturais ou de requisitos de segurança, a interpretação e a apresentação devem ser previstos noutra local.

PRINCÍPIO 2: FONTES DE INFORMAÇÃO

A interpretação e a apresentação devem basear-se em fontes fidedignas, investigadas através de métodos científicos e académicos, genericamente aceites, bem como nas tradições culturais vivas.

1. A interpretação deve mostrar o leque de informações orais e escritas, os vestígios materiais, as tradições e os significados atribuídos aos sítios culturais. As fontes desta informação devem ser documentadas, arquivadas e tornadas acessíveis ao público.
(...)

PRINCÍPIO 3: CONTEXTO E MEIO ENVOLVENTE

A interpretação e a apresentação de sítios culturais devem incluir a relação que esses locais possuem com o meio onde se implantam e com o seu contexto social, cultural, histórico e natural.

1. A interpretação deve explorar o significado do sítio cultural, em todos os seus aspectos: históricos, políticos, espiritual e artístico. Devem ter em consideração todos os valores culturais, sociais e ambientais do sítio.
2. A interpretação pública de um sítio cultural deve distinguir e datar, com precisão, as sucessivas fases da sua evolução mostrando as diversas influências recebidas. Devem ser respeitadas as várias contribuições históricas para o significado do sítio.
3. A interpretação deve, também, ter em conta todos os grupos humanos que contribuíram para o significado histórico e cultural do sítio.
(...)

PRINCÍPIO 4: AUTENTICIDADE

A interpretação e a apresentação dos sítios culturais devem respeitar a sua autenticidade, no espírito do Documento de Nara (1994)

1. A autenticidade refere-se, quer às comunidades humanas, quer aos vestígios materiais. A conceção de um programa de interpretação patrimonial deve respeitar as funções sociais tradicionais do sítio cultural, as práticas culturais e a dignidade dos moradores e das comunidades associadas.
2. A interpretação e a apresentação devem contribuir para a conservação da autenticidade do sítio cultural, através da divulgação dos seus significados, sem pôr em causa os seus valores culturais ou provocar alterações físicas irreversíveis.
3. Todos os equipamentos e serviços de interpretação visíveis (tais como quiosques, sinalização e painéis informativos), apesar de facilmente identificáveis, devem integrar-se harmoniosamente no sítio cultural, respeitar o seu carácter, o seu meio ambiente, bem como os seus valores culturais e naturais.
(...)

PRINCÍPIO 5: SUSTENTABILIDADE

O projeto de interpretação de um sítio cultural deve ser sensível ao ambiente cultural e natural onde este se integra. A sua sustentabilidade social, financeira e ambiental, a longo prazo, constitui um dos seus principais objetivos.

1. O desenvolvimento e a interpretação do programa de interpretação e de apresentação devem ser parte integrante do projeto global de conservação e gestão do sítio cultural.
2. Devem ser previamente estudados, de forma aprofundada, quer as potenciais repercussões dos equipamentos de interpretação, quer o impacto do elevado número de visitantes sobre os valores culturais, bem como as características física, a integridade e o meio ambiente dos sítios culturais.
(...)
4. A interpretação e a apresentação devem fazer parte integrante do processo de conservação, aumentando a sensibilização do público para os problemas de conservação que o sítio cultural coloca e explicando os esforços realizados para proteger a sua integridade física.
(...)
6. Os programas de interpretação de sítios culturais devem procurar proporcionar benefícios justos e duradouros a todos os interessados, através da formação, da educação e da criação de emprego.

PRINCÍPIO 6: INCLUSÃO E PARTICIPAÇÃO

A interpretação e a apresentação de sítios culturais devem ser resultado de uma colaboração efetiva entre os profissionais do património, as comunidades de acolhimento e outros interessados.

1. A experiência multidisciplinar, nomeadamente entre investigadores, especialistas em conservação, autoridades públicas, gestores, profissionais ligados aos programas de interpretação, operadores turísticos e outros profissionais, deve ser integrada na conceção dos programas de interpretação e apresentação.
2. Os direitos tradicionais, bem como as responsabilidades e os interesses dos proprietários e das comunidades de acolhimento, devem ser considerados e respeitados
(...)

PRINCÍPIO 7: INVESTIGAÇÃO, FORMAÇÃO E AVALIAÇÃO

A interpretação dos sítios culturais é um processo gradual e evolutivo, de compreensão e de explicação, que requer atividades contínuas de investigação, formação e avaliação.

1. A interpretação de um sítio cultural não deve ser considerada como terminada no momento da entrada em funcionamento de um equipamento ou de determinados serviços de interpretação. A investigação e a contínua recolha de opiniões são necessárias para promover a compreensão e

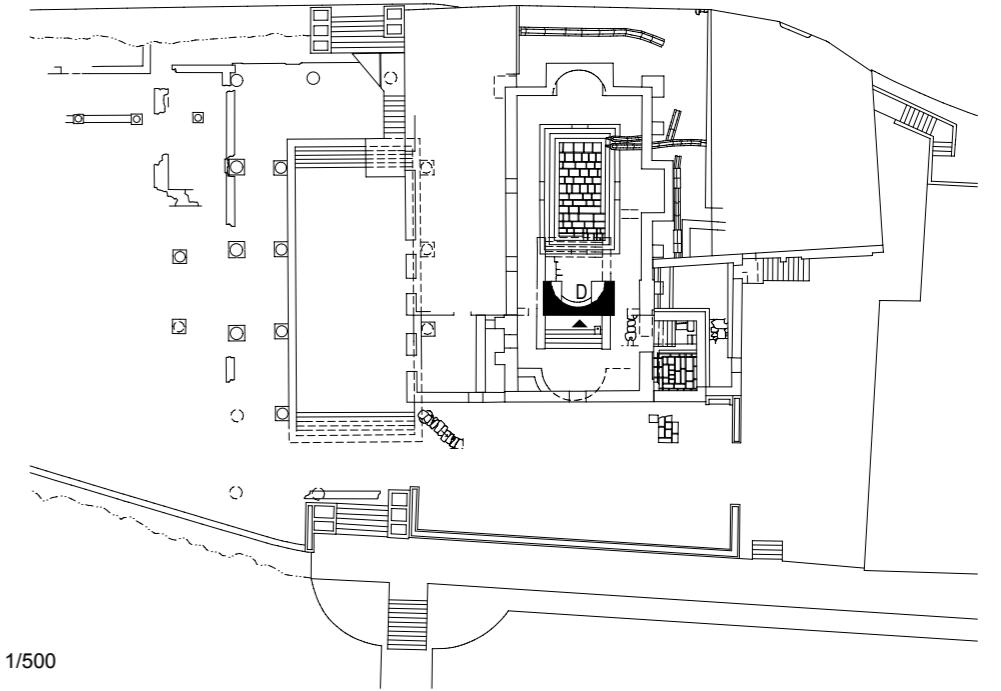
a apreciação da importância do sítio cultural. Os programas interpretativos devem incluir a sua periódica revisão.

(...)

3. É necessário prever um acompanhamento permanente e uma avaliação contínua dos programas de interpretação e apresentação para apreciar o seu impacto físico, baseados, quer em análises científicas, quer em comentários do público. Os visitantes, os membros das comunidades de acolhimento e os profissionais do património, devem ser associados ao processo de avaliação.

(...)

(Lopes e Correia, 2014: 449, 456)



ESCALA: 1/500

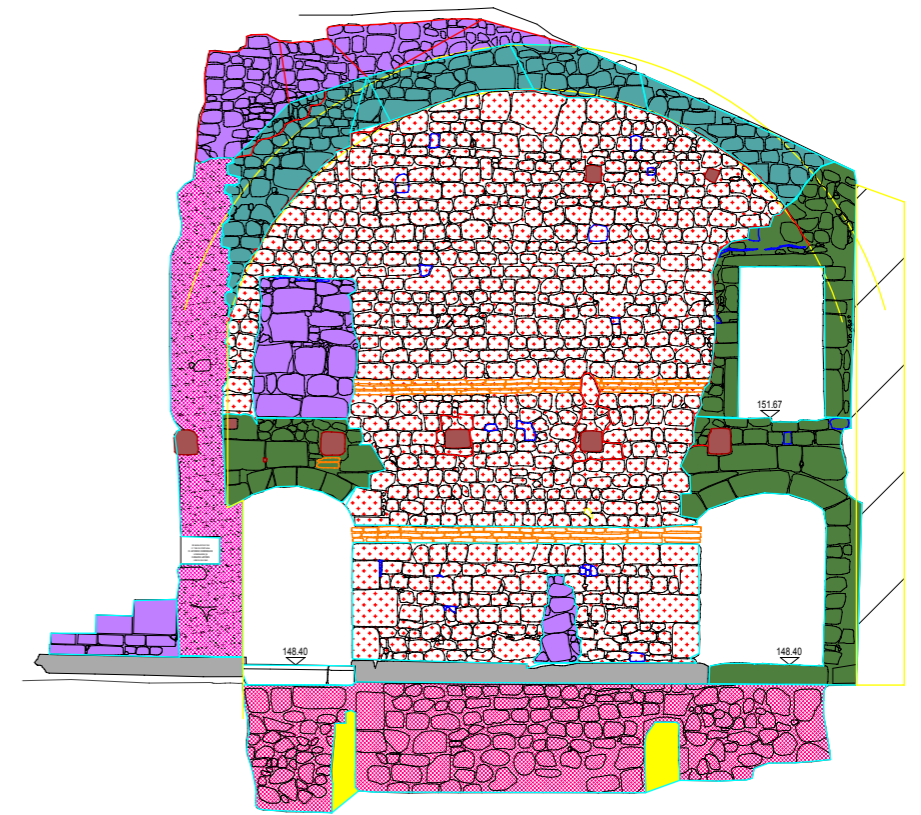
LEGENDA

- cavidade
- cavidade preenchida
- saliência

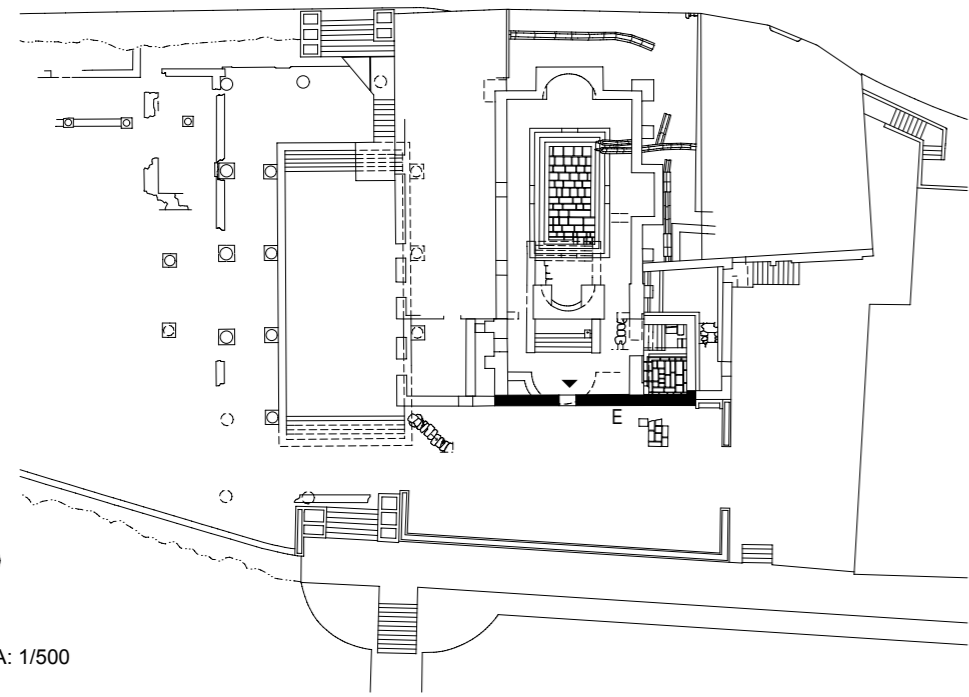
- barrotes de madeira
- cimento
- derrocadas

- zona diferenciada
- pedra
- tijolo
- madeira
- ferro
- saliências
- azulejos

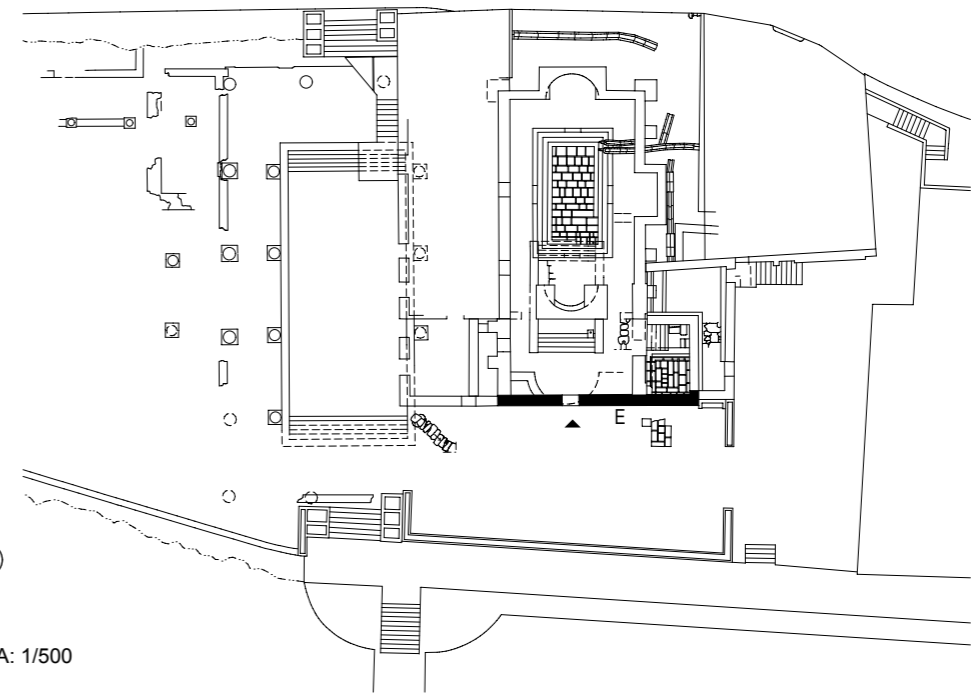
- Estruturas do Séc.I
- Argamassas do Séc.I
- Estruturas finais do Séc.I/ /início Séc.II
- Argamassas finais do Séc.I/ /início Séc.II
- Obras do Séc XVI/XVII
- Abertura época indeterminada
- Enchimento época indeterminada
- Arranque arcos das abóbodas
- Argamassas do interior das paredes finais Séc I/Séc II
- Caboucos finais Séc I/Séc II
- Época contemp. (Séc.XVIII/XIX)
- Enchimento das abóbodas dos finais Séc I/Séc II
- Séc XIX/Séc XX



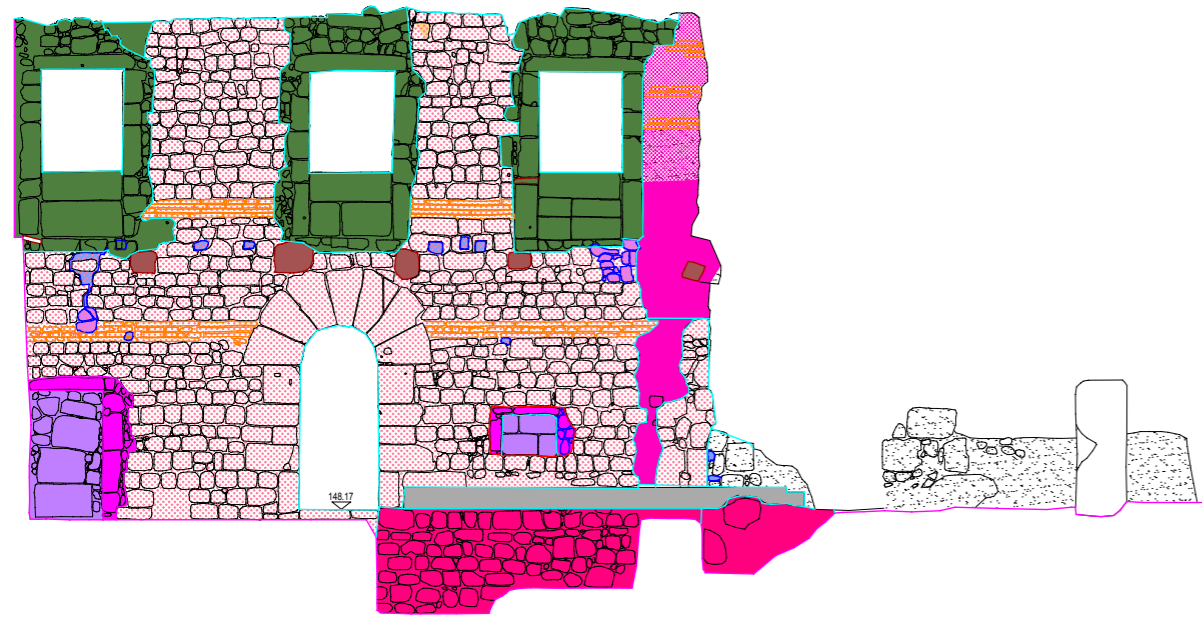
ESCALA: 1/100



ESCALA: 1/500



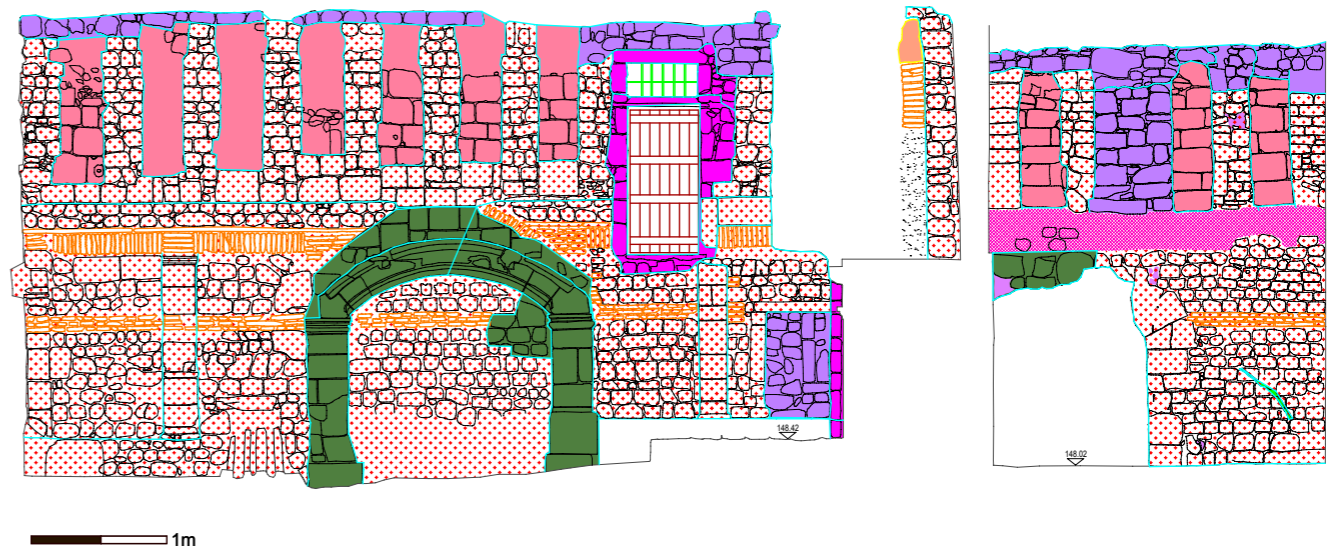
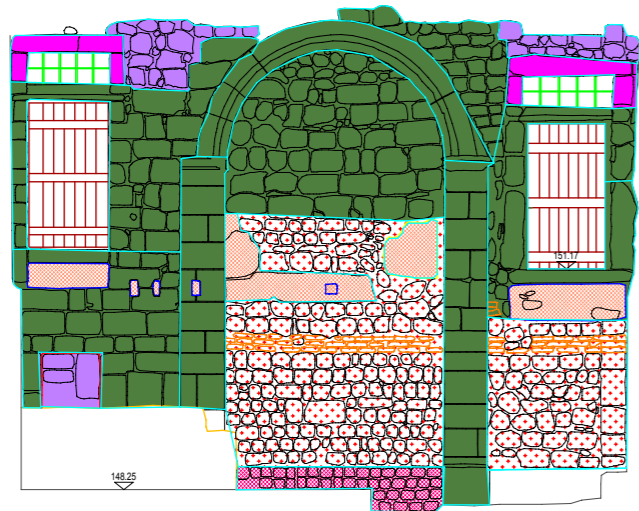
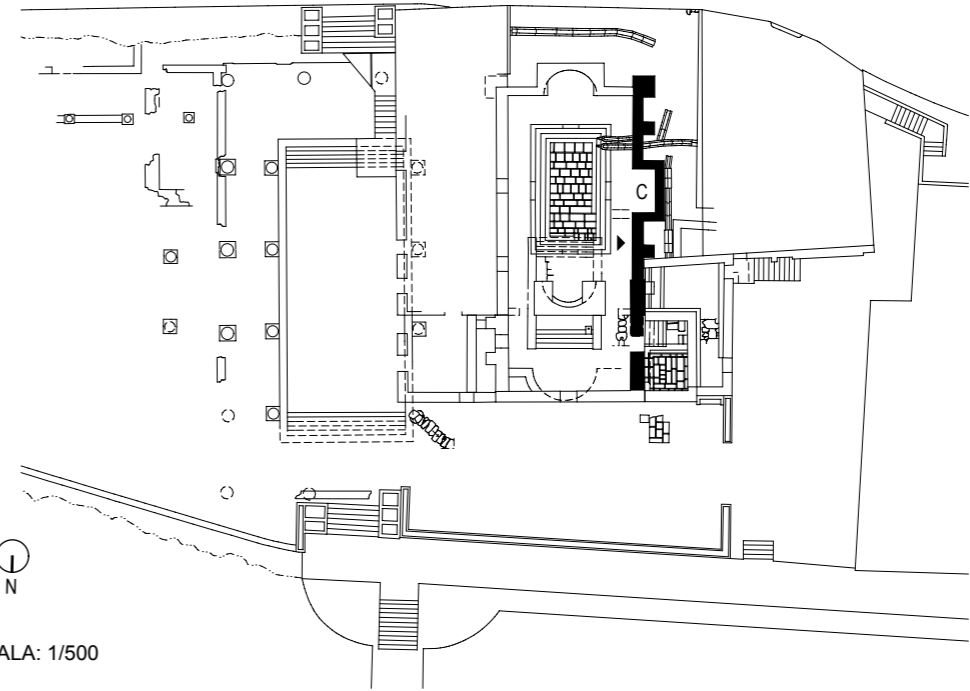
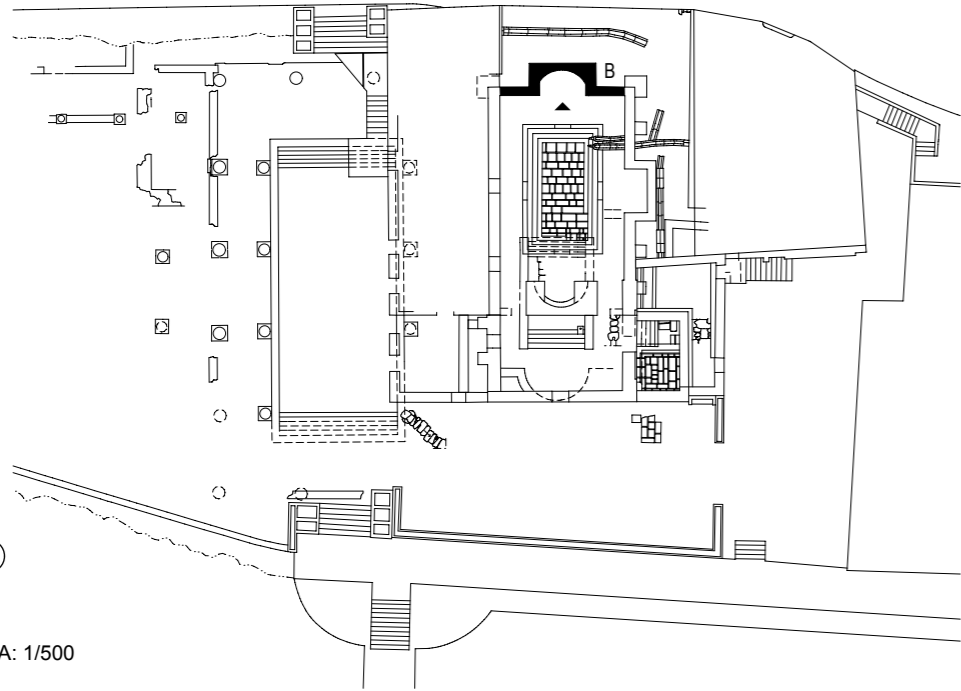
ESCALA: 1/500



ESCALA: 1/100



ESCALA: 1/100



ESCALA: 1/500

ESCALA: 1/500

ESCALA: 1/100

PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE S. PEDRO DO SUL
 Câmara Municipal - Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística



Assunto: Extracto da Carta da R.E.N. (Reserva Ecológica Nacional)
 à escala 1:10.000

Data:

___/___/___

O Funcionário

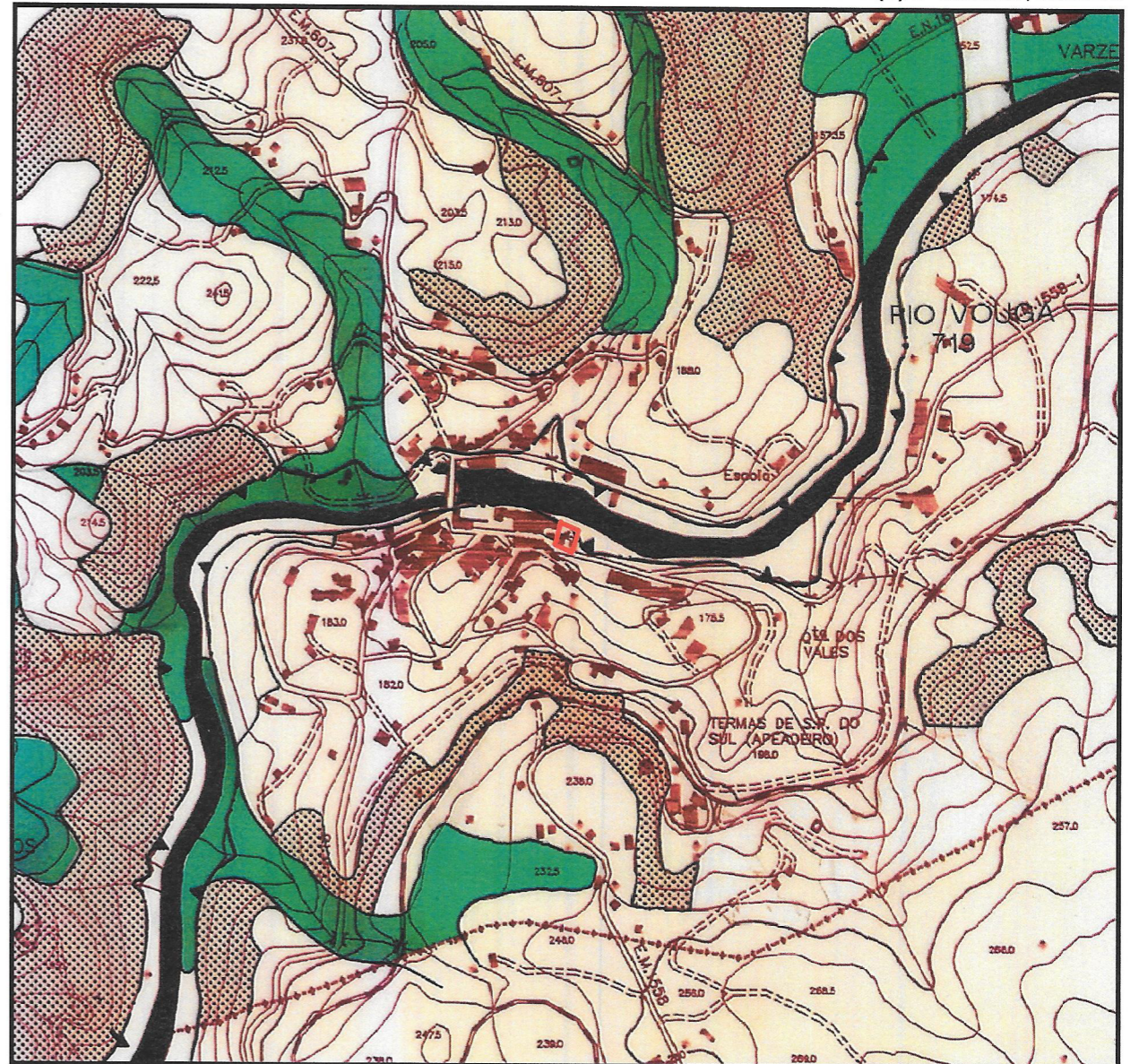
Local: _____

Requerente: _____

Contacto: _____ Contribuinte fiscal nº: _____

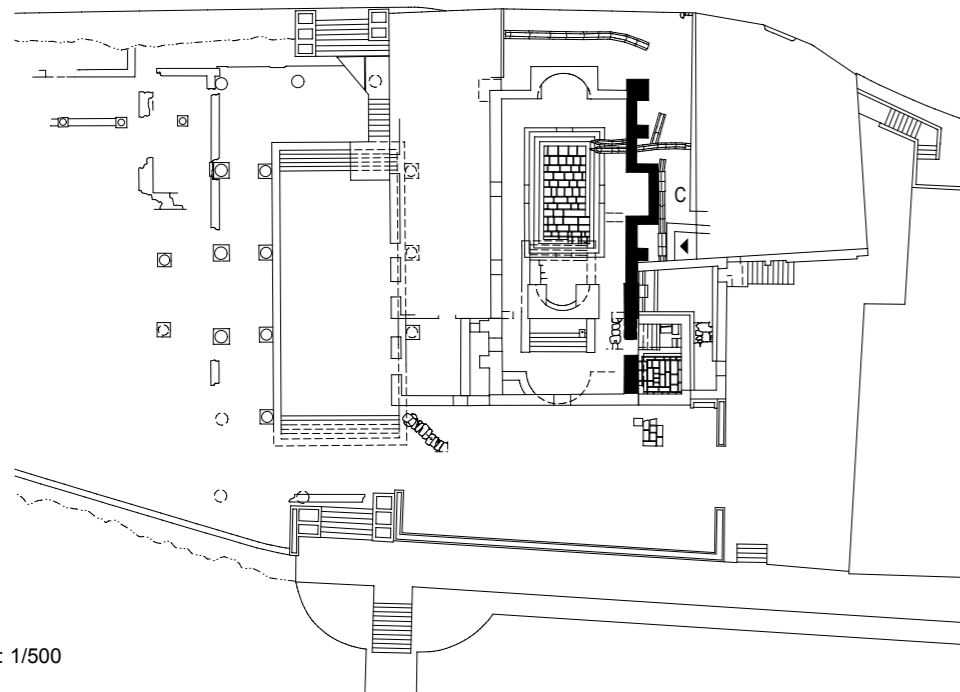
Freguesia:

Carta(s) nº ,

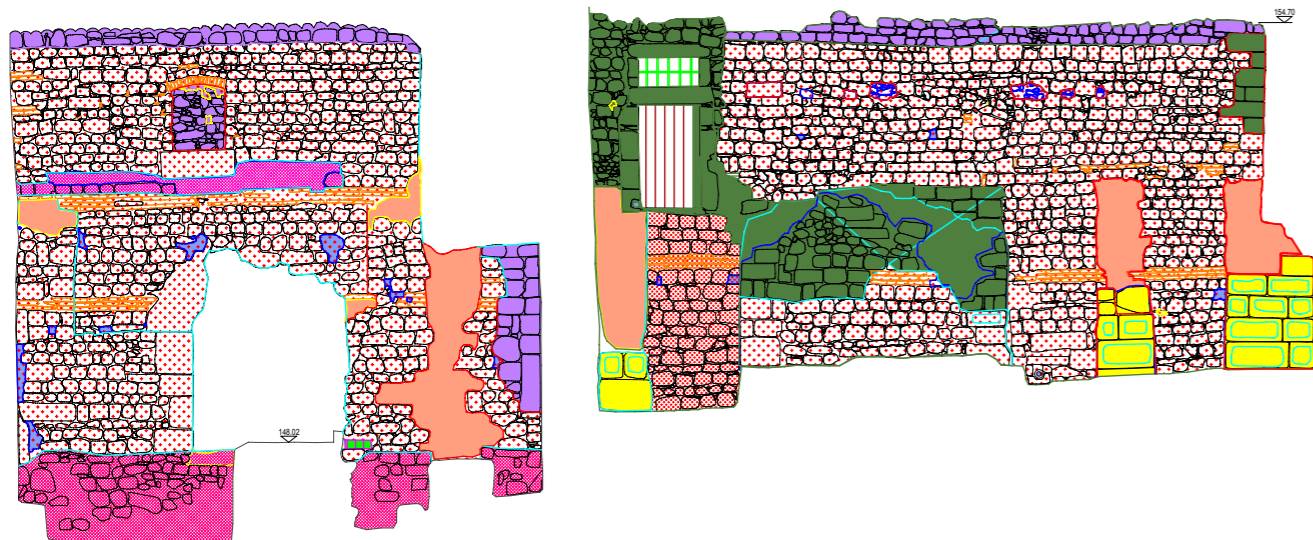


LEGENDA:

- | | | | |
|--|---|--|-----------------------------|
| | Leitos de cursos de água e Zonas ameaçadas por cheias | | Áreas de máxima infiltração |
| | Cabeceiras das Linhas de Água | | Áreas com risco de erosão |



ESCALA: 1/500



1m

PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE S. PEDRO DO SUL
 Câmara Municipal - Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística



Assunto: Extracto da Carta de Ordenamento do Plano Director Municipal
 à escala 1:10.000

Local: _____
 Requerente: _____
 Contacto: _____ Contribuinte fiscal nº: _____

Data:

____/____/____

O Funcionário

PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE S. PEDRO DO SUL
 Câmara Municipal - Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística



Assunto: Extracto da Carta de Condicionantes do Plano Director Municipal
 à escala 1:10.000

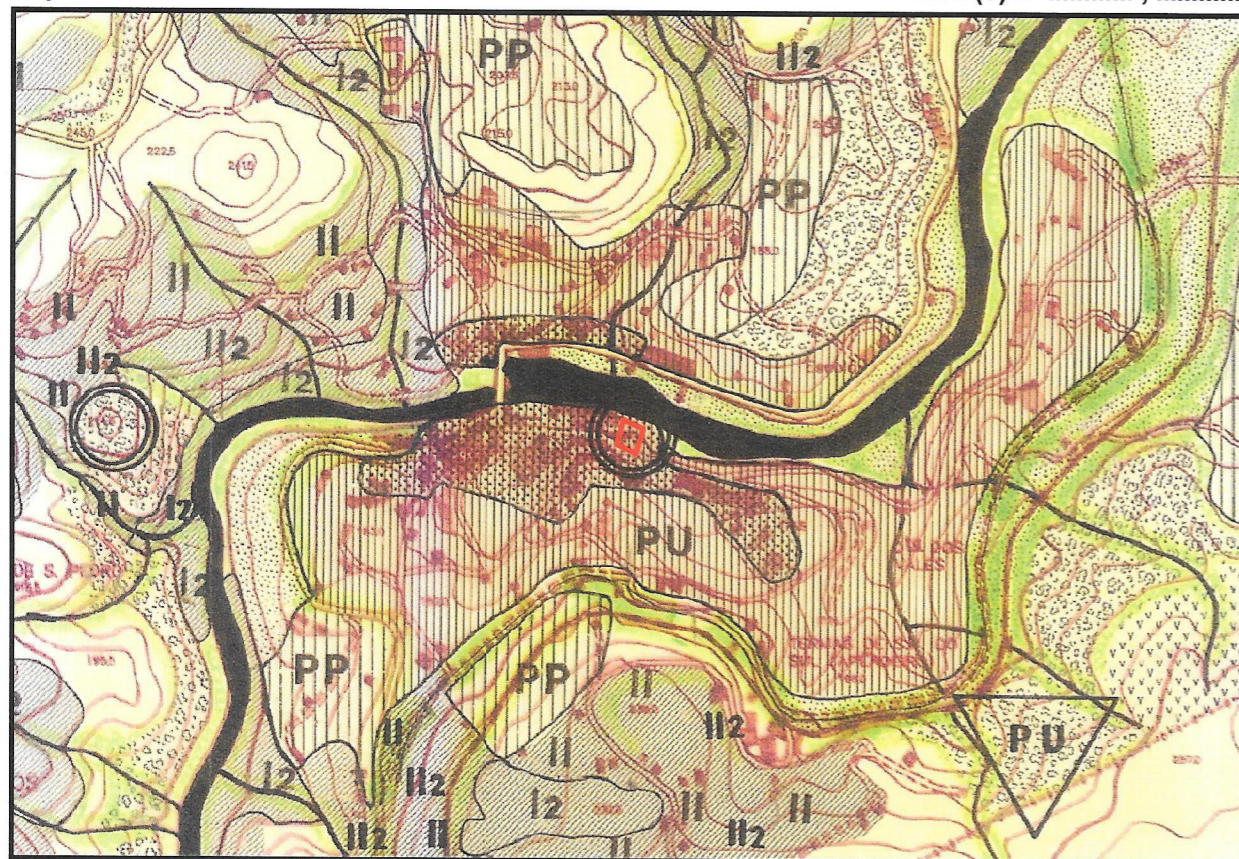
Local: _____
 Requerente: _____
 Contacto: _____ Contribuinte fiscal nº: _____

Data:

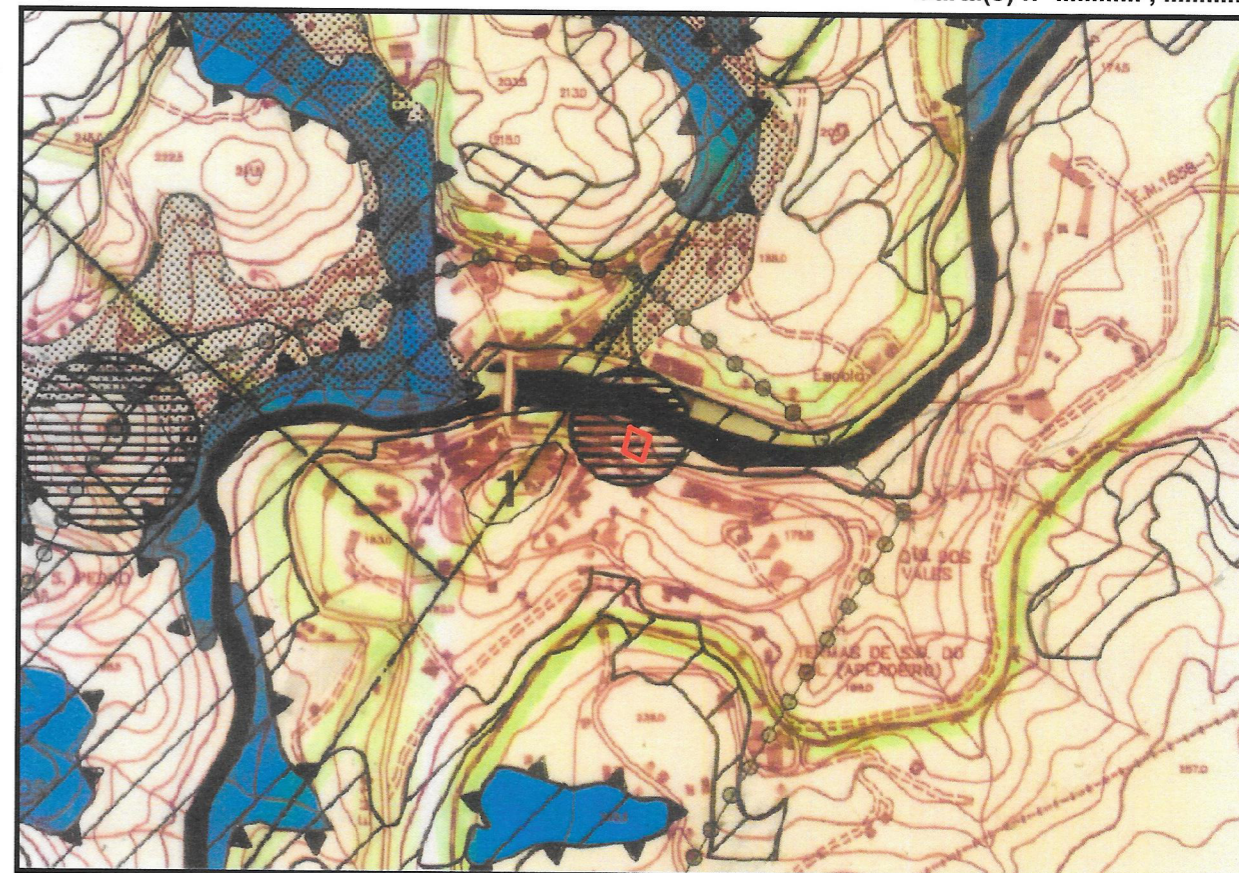
____/____/____

O Funcionário

Freguesia: _____ Carta(s) nº _____, _____



Freguesia: _____ Carta(s) nº _____, _____



LEGENDA			
ESPAÇOS URBANOS	ESPAÇOS INDUSTRIAIS	ESPAÇOS FLORESTAIS	ESPAÇOS CULTURAIS
Áreas urbanas	Existente	Mata de Produção	Valores patrimoniais classificados
Áreas urbanizáveis	Proposto	Pastagem de montanha/Gândara	Valores patrimoniais a classificar
Plano de salvaguarda	Indústria extractiva	ESPAÇOS NATURAIS	ESPAÇOS CANAL
PU Plano de urbanização	ESPAÇOS AGRÍCOLAS	Leitos de cursos de água e mata ribeirinha	Rede complementar (OE)
PP Plano de pormenor	c/ viabilidade económica	Orlas e sebes vivas	Estradas municipais existentes
ESPAÇOS DE RESERVA PARA EQUIPAMENTO	I1 R.A.N.	Mata de Protecção	Estradas municipais a construir
Parques Urbanos	I2 R.E.N.	Mato de Protecção	Percurso a requalificar
Aterro sanitário	I3 Culturas macrotérmicas	Areal / Prado	Linhas de A.T.
Quartel de bombeiros	II Complementares		
	II2 R.E.N.		

LEGENDA	
Reserva Agrícola Nacional (R.A.N.)	Áreas submetidas ao regime florestal
Reserva Ecológica Nacional (R.E.N.)	Perímetro de protecção termal
Áreas beneficiadas por obras de fomento hidro-agrícola ou projectos autorizados de emparcelamento integral	Espaços canal (Estradas)
Monumentos e imóveis classificados	Espaços canal (Linhas de alta e média tensão)
Áreas integradas no domínio público hídrico	Telecomunicações
	Marcos geodésicos
	1 Zona imediata
	Zona intermédia
	Zona alargada



Município de
São Pedro do Sul
Câmara Municipal

Planta de Localização

Ortofotomapas de 2007 - Instituto Geográfico Português
N.º de Registo: 280/09

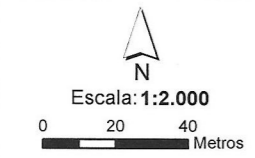
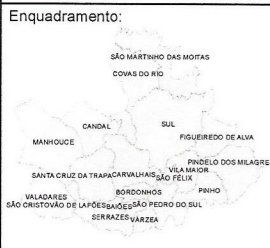
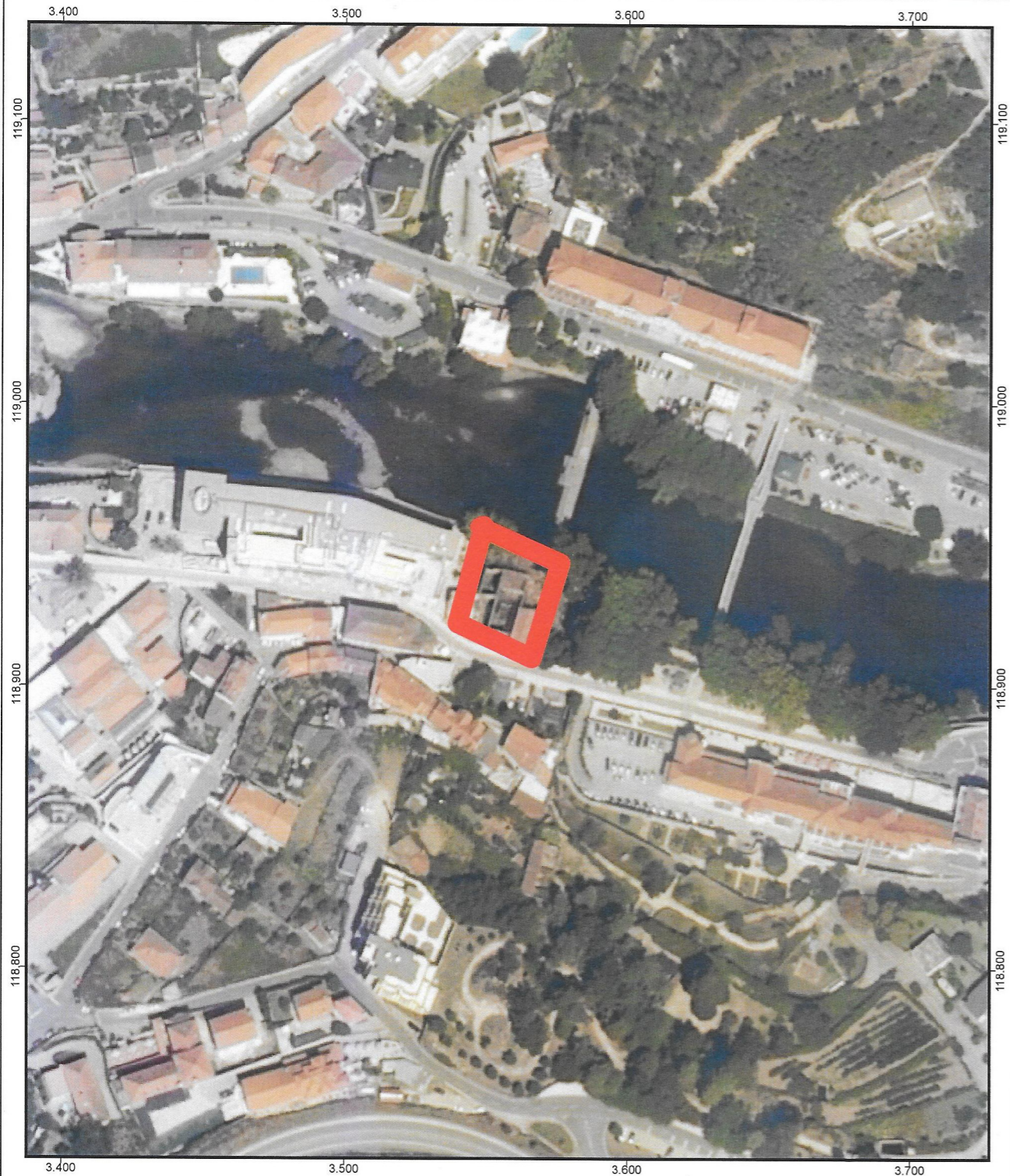
Data de Emissão:

Referência:

Local:

Freguesia:

Pretensão:



Coordenadas: ETRS 1989 TM06-Portugal;
Projeção: Transverse Mercator;
Datum: ETRS 1989

Requerente: _____
Contribuinte: _____ Contacto: _____
Morada: _____

Processo: _____ Data: ____/____/____
O funcionário: _____



Município de
São Pedro do Sul
Câmara Municipal

Planta de Localização

Levantamento Aerofotogramétrico do concelho de S. Pedro do Sul,
de 1990, à escala 1:10.000

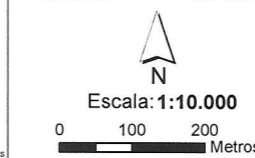
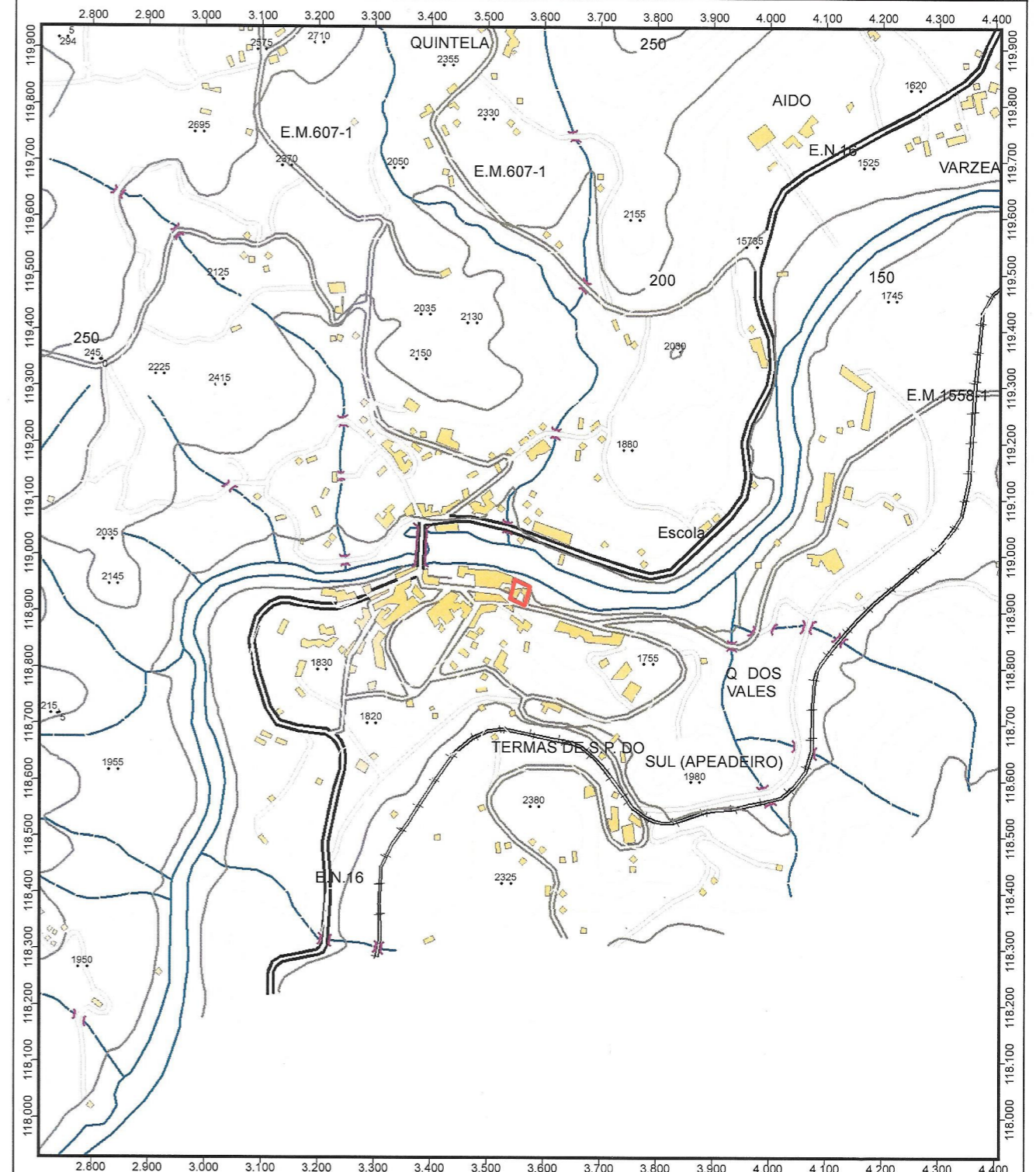
Data de Emissão:

Referência:

Local:

Freguesia:

Pretensão:



Coordenadas: ETRS 1989 TM06-Portugal;
Projeção: Transverse Mercator;
Datum: ETRS 1989

Requerente: _____
Contribuinte: _____ Contacto: _____
Morada: _____

Processo: _____ Data: ____/____/____
O funcionário: _____